

VOCÊ PODE EXPLICAR SUA FÉ?



A fé cristã não
deve ser cega

PAUL E. LITTLE

VOCÊ PODE EXPLICAR SUA FÉ?



PAUL E. LITTLE



EDITORIA MUNDO CRIST.
São Paulo

Digitalização e reedição: Semeador Jr.

Título do original em inglês
KNOW WHY YOU BELIEVE
Copyright © 1967 pela
Scripture Press Publications, Inc.
Wheaton, Illinois, E.U.A.

Tradução: Gordon Chown
Capa: Moisés Alves Pereira
1ª. edição brasileira em setembro de 1972
2ª. edição brasileira em março de 1977
3ª. edição brasileira em novembro de 1985
4ª. edição brasileira em agosto de 1990 Impresso na Imprensa da Fé, São Paulo, SP.

Publicado no Brasil com a devida autorização
e com todos os direitos reservados pela
ASSOCIAÇÃO RELIGIOSA EDITORA MUNDO CRISTÃO
Caixa Postal 21.257, 04698 — São Paulo, SP, Brasil.

Índice

1 o Cristianismo é racional?	6
2 existe Deus?	13
3 Cristo é Deus?	21
4 Cristo ressuscitou dos mortos?	28
5 a Bíblia é a Palavra de Deus?	36
6 são fidedignos os documentos da Bíblia?	44
7 a arqueologia ajuda?	53
8 os milagres são possíveis?	62
9 há conflito entre a ciência e a religião?	70
10 por que Deus permite o sofrimento e o mal?	82
11 o Cristianismo é diferente de outras religiões universais?	91
12 é válida a experiência cristã?	99

agradecimento

O editor e o autor reconhecem com gratidão a permissão dada por vários editores para o emprego de citações feitas de matéria de direitos reservados, a saber, Macmillan Company, Nova Iorque, pelas citações de *God our Contemporary*, de J. B. Phillips; *New American Library of World Literature*, pela citação tirada de *The Limitations of Science*, de J. W. N. Sullivan; E. P. Dutton & Co., Inc., Nova Iorque, pela citação de *Science is a Sacred Cow*, de Antony Standen; Pergamon Press, Nova Iorque, por uma citação de “Implications of Evolution”, de G. A. Kerkut, na *International Series of Monographs on Pure and Applied Biology*, Vol. 4; Farrar, Straus, & Giroux, Inc., Nova Iorque, por uma citação de *Rivers in the Desert*, de Nelson Glueck; *Encyclopaedia Britannica*, Chicago, pela citação de *Great Books of the Western World*, Vol. II, editado por Mortimer Adler; Inter-Varsity Christian Fellowship, Chicago, pela citação do artigo “The Place of Reason”, por John Montgomery em *His*, março de 1966, e por citações de *The Mystery of Suffering*, de Hugh Evan Hopkins, de *Conversions, Psychological and Spiritual*, de D. Martyn Lloyd-Jones, e de *Basic Christianity*, de John R. W. Stott; Baker Book House, Grand Rapids, por citações de *Revelation and the Bible*, editado por Carl F. H. Henry; Wm. B. Eerdmans Publishing Co., Grand Rapids, por citações de *The Christian View of Science and Scripture*, de Bernard Ramm, de *An Introduction to Christian Apologetics*, de E. J. Carnell, e de *The New Testament Documents; Are They Reliable?* de F. F. Bruce; Inter-Varsity Fellowship e Tyndale Press, London, pelas citações de *Creation*, de R. E. D. Clark, de *Questions of Science and Faith*, de J. N. Hawthorne, e de *Christianity in a Mechanistic Universe*, editado por D. M. Mackay, e Moody Press, Chicago, pelas citações de *Protestant Christian Evidences*, de Bernard Ramm, *The Bible and Modern Science*, de Henry Morris, *An Introduction to Bible Archaeology* e *Genesis and Archaeology*, de Howard F. Vos, e *Can I Trust my Bible?*

introdução

Numa época na qual os alicerces da nossa fé cristã estão sendo sacudidos até por professores de seminários teológicos e por homens que ocupam os púlpitos de igrejas que se chamam cristãs, um livro como este deve ter um ministério amplo e eficaz. Se há uma época na qual os cristãos precisam ser lembrados que suas crenças históricas são completamente razoáveis, é esta época agora. O Sr. Little, considerando o porte pequeno deste livro, faz isto de maneira singular. Qualquer adulto que estuda “Você Pode Explicar Sua Fé?”, poderá citar *várias* razões (cf. I Pedro 3.15) pela esperança que nele há! E quase todos os leitores, enquanto o Sr. Little trata com alguma área específica da verdade, acabará exclamando, pelo menos uma vez, “Oh! *Então é isso!* Sempre queria saber como explicar *aquilo!*”

Uma olhada nos títulos dos capítulos bastaria para mostrar quão interessante é o estudo que o leitor tem em mãos. Alguns dos assuntos, na verdade, são um pouco técnicos — mas o Sr. Little escreve num estilo que fará o uso do seu livro um encanto.

Talvez vá estranhar um pouco ao perceber algumas das fontes de pesquisa citadas pelo autor, e talvez o leitor vá perguntar por que o autor não se limita a cientistas que são evangélicos. Permita-nos explicar que quando se trata de Evidências Cristãs, o objetivo do Sr. Little é aduzir o mais forte apoio para sua posição. Às vezes, a melhor evidência deste tipo não está disponível em fontes evangélicas. O uso de citações de não evangélicos não constitui, de modo algum, uma aprovação de tais pessoas e de todos os seus pontos de vista teológicos ou científicos, nem da parte do Sr. Little nem de *Scripture Press*. Simplesmente indica que a declaração citada, talvez *por causa* do pano de fundo religioso do seu autor, mais do que *apesar dele*, tem valor para a questão em debate.

É claro que em hipótese alguma, indivíduos não regenerados, por mais altamente qualificados que sejam nas ciências, na filosofia, ou na psicologia, são citados aqui como autoridades na área da doutrina.

os editores

1

o Cristianismo é racional?

“O que é fé?” perguntou o professor da Escola Dominical. Um menininho respondeu no mesmo instante: “Acreditar numa coisa que você sabe que não é verdadeira.”

Não é de surpreender que muitos não cristãos pensem dessa maneira. Mas, que muitos crentes pensem assim, aberta ou secretamente, é trágico.

Muitas vezes tenho a oportunidade de apresentar o Evangelho em forma de parlamento. Depois de cada apresentação temos as perguntas do auditório. Depois dessas discussões, muitas vezes eu fico satisfeito e outras tantas fico abismado. Os incrédulos dizem que a reunião foi útil porque foi a *primeira vez* que eles ouviram algo que fazia sentido. Eu também fico satisfeito, porém mais profundamente desanimado, quando Cristãos dizem-me a mesma coisa! Eles ficam aliviados ao descobrir que o Evangelho pode ser defendido com sucesso no mercado aberto de ideias e ao constatar que não se despediram do bom-senso pelo fato de terem se tornados cristãos!

Nós vivemos num mundo crescentemente sofisticado e educado. Já não é suficiente sabermos o que acreditamos. É essencial saber *por que* o acreditamos. O fato de crermos em alguma coisa, não torna essa coisa verdadeira. Uma coisa é verdadeira ou não independentemente de alguém crer nela. Isto é tanto verdadeiro para o Cristianismo como para qualquer outra coisa.

Existem dois pontos de vista igualmente errôneos divulgados hoje em dia entre os cristãos, sobre a importante questão de saber-se se o Cristianismo é racional. O primeiro é, em essência, uma abordagem anti-intelectual ao Cristianismo. Muitos compreendem mal versículos como Colossenses 2.8: “Cuidado que ninguém vos venha a enredar com sua filosofia e vãs sutilezas, conforme a tradição dos homens, conforme os rudimentos do mundo, e não segundo Cristo”. Alguns usam este versículo de tal maneira que dá a impressão que o Cristianismo é, pelo menos, não racional, se não irracional. Esses não compreendem que uma

apresentação do Evangelho claramente arrazoada “é importante — não como uma substituição racional para a fé, mas como um fundamento para a fé; não como uma substituição à obra do Espírito, mas como meio pelo qual a verdade objetiva da Palavra de Deus possa se tornar clara, de modo que os homens a atendam como o veículo do Espírito, que convence o mundo através de sua mensagem”. (1)

Existem desafiadores da nossa fé em toda a parte. As modernas comunicações tornaram o mundo pequeno, como uma vizinhança. Nós podemos ser desafiados tanto por muçulmanos, como por hindus e budistas, todos eles apregoando uma experiência religiosa válida que pode se aproximar da nossa. De dentro da própria Cristandade dizem-nos agora que Deus está morto. Em nossa *idade* científica e cada vez mais, o humanismo ético está tendo um apelo mais forte. O livro *Religion without Revelation* (“Religião Sem Revelação”), de Julian Huxley, é um bom exemplo dessa abordagem.

Montgomery observa ainda: “o filósofo analítico Anthony Flew, desenvolvendo uma parábola de um conto de John Wisdom, ilustra quão sem significação para os não cristãos são as assertivas religiosas incapazes de serem provadas objetivamente.

“Era uma vez dois exploradores que chegaram a uma clareira, na selva. Na clareira cresciam muitas flores e muitas ervas daninhas. Um dos exploradores diz: ‘Algum jardineiro deve cuidar deste pedaço de terra’. O outro discorda: ‘Não há nenhum jardineiro’. Então armaram suas tendas e ajustaram a vigilância. Nenhum jardineiro é visto. ‘Mas talvez seja um jardineiro invisível’. Colocaram então uma cerca de arame farpado. Eletrificaram essa cerca. Patrulharam-na com cães de guarda. (Pois se lembraram como *The Invisible Man* (“O Homem Invisível”), de H. G. Wells podia ser cheirado e tocado, embora não pudesse ser visto). Mas nenhum grito indicou jamais que algum intruso recebeu um choque. Nenhum movimento do arame da cerca indicou jamais um escalador invisível, Os cães nunca latiram. Ainda assim o crente não está convencido: ‘mas há um jardineiro, invisível, insensível a choques elétricos, um jardineiro que vem secretamente cuidar do jardim que ele ama’. Por fim, o cético se desespera: “Mas o que resta de sua afirmação original? *Como* difere exatamente o que você chama de jardineiro invisível, intangível, eternamente ilusório, de um jardineiro imaginável, ou mesmo de nenhum jardineiro enfim?” (2)

(1) Montgomery, J. W. "The Place of Reason" ("O Lugar do Raciocínio") *His*, março, 1966. p. 16.

(2) Flew, Anthony. "Theology and Falsification" ("Teologia e Falsificação"), *New Essays in Philosophical Theology* ("No-vos Ensaaios em Teologia Filosófica"), ed. Flew and Macintyre, Londres, SCM Press, 1955.

“Esta parábola é um julgamento condenatório de todas as reivindicações de veracidade religiosa, salvo aquela da fé Cristã. (3) Pois no Cristianismo nós não temos meramente uma alegação de que o jardim deste mundo é cuidado por um Jardineiro amoroso; nós temos a real, empírica entrada do Jardineiro dentro da cena humana na pessoa de Cristo (cf. João 20.14,15), e essa entrada é comprovável através de sua Ressurreição”.

Por outro lado, há aqueles que candidamente confiam numa coletânea de respostas e tentam persuadir as pessoas a entrarem no Reino. Isto é uma impossibilidade e está tão fadada ao insucesso como uma tentativa de furar uma parede de tijolos atirando nela com uma pistola de água! Há um fator intelectual no Evangelho, mas há também considerações morais. “O homem natural não aceita as coisas do Espírito de Deus, porque lhe são loucura; e não pode entendê-las, porque elas se discernem espiritualmente” (I Coríntios 2.14). A parte do trabalho do Espírito Santo, nenhum homem crerá. Mas um dos instrumentos que o Espírito Santo usa para trazer esclarecimento é uma explicação razoável do Evangelho e da maneira como Deus trata com os homens.

Além dessas considerações pragmáticas, entretanto, estão as assertivas bíblicas sobre a racionalidade do Evangelho. A par disso, existem claras ordens bíblicas aos Cristãos para serem inteligentes em sua fé: “Estai sempre preparados para responder a todo aquele que vos pedir razão da esperança que há em vós, fazendo-o todavia, com mansidão e temor” (I Pedro 3.15,16a). Se formos capazes de justificar nossa fé, e se permitirmos que as mesmas questões nos derrotem na conversação, vez após vez, estaremos sendo desobedientes. Por nossa própria ignorância, estaremos confirmando os incrédulos em sua descrença.

Há sólidas razões práticas para que essa ordem nos tenha sido dada. Em primeiro lugar, é necessária para o fortalecimento da nossa fé como Cristãos. Se soubermos que Jesus vive unicamente porque, como diz o hino: “Ele vive dentro de meu coração”, estaremos em apuros na primeira vez que sentirmos que Ele não está lá. E quando alguém numa posição não cristã alegar que teve a mesma experiência do seu deus, nossas bocas serão caladas. Podemos optar por ignorar as dúvidas mas ocasionalmente elas “chegarão até nós”. Não se pode impulsionar-se a si mesmo indefinidamente a fazer pela força de vontade uma coisa de que não se está intelectualmente convencido. Testemunhar, por exemplo. Sofrer-se-á finalmente um colapso emocional. Quando alguém nos diz que a única razão de crermos é devida a nossos pais e nosso passado religioso, devemos poder

(3) “On the issue of theological verification”, (“Na Questão da Verificação Teológica”), cf. Montgomery, “Inspiration and Inerrancy: a New Departure” (“Inspiração e Infalibilidade: um Novo Começo”). Evangelical Theological Society Bulletin, VIII (Primavera 1965), p. 45-75.

mostrar a nós mesmos e aos outros que o que acreditamos é *objetivamente verdadeiro*, independentemente de quem nos disse.

Muitos não cristãos não consideram o Evangelho seriamente porque ninguém jamais lhes apresentou os fatos convincentemente. Esses associam a fé com a superstição, baseados primariamente em considerações emocionais, e portanto o rejeitam de antemão.

Mas indicações bíblicas da base racional do Evangelho aparecem na ordem de nosso Senhor de “amar o Senhor Teu Deus de todo o teu coração e de toda a tua alma, e de todo o teu entendimento” (Mateus 22.37). O homem todo está envolvido na conversão: a mente, as emoções e a vontade. Paulo diz que ele é incumbido da defesa do Evangelho (Filipenses 1.16). Tudo isso implica em um Evangelho claramente compreensível, o qual pode ser racionalmente compreendido e defendido.

É bem verdade que uma mente não esclarecida não pode chegar à verdade de Deus sem ajuda, mas o esclarecimento traz a compreensão de *um corpo racional de verdade*.

O Evangelho é sempre equiparado com a verdade. A verdade é sempre o oposto do erro (II Tessalonicenses 2.11,12). Os não cristãos são definidos por Paulo como aqueles que desobedecem à verdade (Romanos 2.18). Estas declarações não teriam significado se não houvesse um modo de estabelecer objetivamente o que é a verdade. Se não houvesse tal possibilidade, a verdade e o erro seriam, para todos os fins práticos, a mesma coisa, porque não teríamos meios de diferenciar um do outro.

Escrevendo aos Romanos, Paulo torna claro que os homens têm, desde a própria criação, conhecimento suficiente para saber que há um Deus (Romanos 1.20). Ele vai mais longe e mostra que a razão básica para os homens não conhecerem a Deus não é porque Ele não pode ser conhecido ou compreendido, mas sim porque os homens têm se rebelado contra Ele, seu Criador. “Tendo conhecimento de Deus, não o glorificaram como Deus” (1.21), “mudaram a glória do Deus incorruptível em semelhança da imagem de homem corruptível” (1.23), “mudaram a verdade de Deus em mentira” (1.25), e, finalmente, “por haverem desprezado o conhecimento de Deus...” (1.28).

O problema moral sempre obscurece o problema intelectual, no Cristianismo. Não é que o homem não pode acreditar — é que ele *não quer* acreditar.

Jesus indicou isso aos fariseus, como sendo a raiz do problema. “Contudo não quereis vir a mim”, Ele disse-lhe, “para terdes vida” (João 5.40). Ele deixou bem claro que o compromisso moral leva à solução do problema intelectual. “Se

alguém quiser fazer a vontade D'Ele, conhecerá a respeito da doutrina, se ela é de Deus, ou se falo por mim mesmo" (João 7.17). Alegados problemas intelectuais são frequentemente uma nuvem de fumaça cobrindo uma rebelião moral.

Um estudante disse-me certa vez que eu havia respondido satisfatoriamente a todas as suas perguntas. "Você vai se tornar Cristão?" perguntei. "Não", respondeu ele. Perplexo, eu perguntei: "Porque não?" Ele admitiu: "Francamente, porque atrapalharia o meu modo de viver". Ele reconhecia que a verdadeira questão para ele não era intelectual, mas moral.

Esta pergunta é feita constantemente: "Se o Cristianismo é racional e verdadeiro, porque é que a maioria das pessoas cultas não creem nele?" A resposta é simples. Elas não creem nele pela mesmíssima razão que a maioria das pessoas *sem* cultura não creem nele. Não, *querem* crer nele. Não é uma questão de força intelectual, pois há destacados Cristãos em todos os campos das artes e das ciências. É primariamente, uma questão de vontade.

John Stott tirou conclusões harmoniosas quando disse: "Nós não podemos servir de instrumento à arrogância intelectual de um homem, mas precisamos alimentar sua integridade intelectual"

Muitos cristãos ficam aborrecidos quando pensam em sua fé e, às vezes, ficam duvidando se é mesmo verdadeira. A dúvida é uma palavra que inflige terror à alma e é frequentemente suprimida de maneira não muito saudável. Este é um problema particularmente agudo para aqueles que foram criados em lares cristãos e na Igreja Cristã. Desde seus anos mais tenros, eles aceitaram os fatos do Cristianismo somente na base da confiança e crédito em pais, amigos, no ministro. Com o desenvolvimento do processo educacional, tem lugar um reexame de sua posição. Esta é uma experiência saudável e necessária para dar lugar a uma fé viril. Não é nada para temer nem para se ficar chocado. De vez em quando me pergunto, andando pela rua: "Paulo, como é que você sabe que não foi conquistado por um colossal programa de propaganda? Afinal de contas, você não pode ver Deus, tocá-lo, prová-lo, nem senti-lo". Então eu continuo me perguntando como é que *eu sei* que o Evangelho é verdadeiro. Eu sempre chego a dois fatores básicos: os fatos objetivos, externos e históricos da Ressurreição, e a experiência de Cristo, subjetiva, interna, pessoal, que eu tenho conhecido.

Quando os jovens começam a pensar e parecem ter dúvidas, eles devem ser bem-vindos a um ambiente onde possam ser livres para "desabafar" e *expressar* suas dúvidas. Muitos desses jovens têm sido forçados a esconder suas dúvidas, para então ser perdidos de vez para a causa de Cristo, porque os adultos com que falaram primeiro tinham um elevado índice de melindres. Eles inferiram que um bom Cristão nunca teria dúvidas, e que a vida espiritual do perguntador devia

estar periclitante pelo fato de estar pensando. Os jovens não são estúpidos. Quando se defrontam com essa resposta, eles rapidamente mudam de tom e prestam continência verbal à ortodoxia, mesmo que não veja um sentimento sincero, do coração. Esperam calmamente até que estejam livres da pressão para se conformarem, e então se desprendem duma fé que nunca se tornou propriamente deles.

A dúvida e as perguntas são normais a qualquer pessoa pensante. Melhor do que nos mostrarmos chocados, é ouvir o perguntador e, se possível, até mesmo estimular um pouco mais as perguntas. Aí pode-se sugerir uma resposta. Porque o Cristianismo é acerca do Único que é a Verdade, um exame acurado não pode prejudicá-lo.

Se não tivermos a resposta no momento, não precisamos ficar em pânico. Podemos sempre deixar entendido que teremos prazer em *obter* a resposta. É improvável que qualquer pessoa tenha pensado, durante a semana passada, na pergunta que desmoronaria o Cristianismo. Mentes brilhantes têm pensado e meditado sobre as questões profundas de todas as eras e tem respondido a elas perfeitamente.

Nós não temos respostas completas a todas as perguntas porque o Senhor não nos revelou completamente Sua mente em todos os respeitos. “As coisas encobertas são para o Senhor nosso Deus; porém as reveladas nos pertencem a nós e a nossos filhos para sempre” (Deuteronômio 29.29). Nós temos informação suficiente, contudo, para termos um sólido alicerce debaixo de nossa fé. A fé no Cristianismo é baseada na evidência. É uma fé razoável. A fé, no sentido cristão, vai além da razão, mas não contra ela.

A despeito destes fatos, muitos cristãos são subjugados por uma montanha de material que eles, erroneamente, pensam que devem dominar se quiserem alguma vez responder às perguntas dos cristãos e não cristãos pensantes. Um pouco de convivência com não cristãos, no entanto, ajudará a dissipar esses temores. Logo se tornará claro que as mesmas poucas perguntas são feitas repetidamente: Além disso, tais perguntas caem dentro de uma variação notavelmente limitada. Eu me dirijo frequentemente a auditórios compostos de 98% de não cristãos. E eu posso predizer com elevado grau de exatidão quais as perguntas que me serão feitas durante um período de meia hora de debates. As perguntas podem variar nas palavras que são formuladas, mas a estrutura dos problemas é a mesma. Esta consistência é uma grande ajuda para se saber o que estudar para estar apto a responder tais perguntas.

Um cético precisa entender que deve chegar necessariamente a uma decisão, depois que suas perguntas são respondidas. Não tomar nenhuma decisão é o

mesmo que decidir contra a posição cristã. A dúvida continuada, em face de informação adequada, pode ser um disfarce para a má-vontade de crer, e nesse caso o problema é de que a vontade do perguntador foi assentada contra Deus.

Recentemente, um amigo disse-me de uma ocasião, depois que ele terminou o colégio, em que ele sentiu que Deus o estava chamando para o campo de missões. Ele lutou contra o chamamento, fingindo problemas intelectuais referentes à sua fé, em lugar de orar claramente confessando sua má vontade de ir a outras terras, além-mar.

Este livro destina-se a focalizar as perguntas mais comumente feitas e sugerir respostas, pelo menos preliminares.

Para o fortalecimento da nossa própria fé e para auxiliar os outros, precisamos estar prontos para dar uma resposta a qualquer um que nos pergunte por uma razão para a esperança que está dentro de nós, pois *o Cristianismo é racional!*

existe Deus?

Não há na existência humana uma pergunta mais profunda exigindo uma resposta. “Existe um deus?” é a pergunta que deve ser respondida por todos os seres humanos individualmente, e a resposta tem um longo alcance em suas implicações.

Mortimer Adler*, em seu ensaio sobre Deus, na monumental obra *Great Ideas Synopticon* (“Sinóticos das Grandes Ideias”) declara: “Exceção feita a certos matemáticos e físicos, todos os autores dos “Grandes Livros” estão representados neste capítulo. Só na enorme soma de referências, tanto quanto na variedade, é o capítulo mais longo. A razão é óbvia. Para o pensamento, bem como para a ação, há mais consequências resultantes da afirmação ou da negação de Deus do que da resposta a qualquer outra pergunta fundamental.” E ele prossegue, descrevendo as implicações práticas: “Todo o teor da vida humana é atingido pelo fato de os homens, ou se considerarem os seres supremos do universo, ou reconhecerem um ser sobre-humano que eles concebem como objeto de medo ou de amor, uma força a ser desafiada ou um Senhor a ser obedecido. Entre aqueles que reconhecem uma divindade, importa muito se ela é representada meramente pelo conceito de Deus — objeto de especulação filosófica — ou pelo Deus vivente que os homens adoram em todos os atos de piedade que compõem os rituais da religião.” (1)

Devemos dizer claramente desde o princípio que não é possível “provar” Deus no sentido científico do termo. Mas pode-se dizer com ênfase idêntica que não se pode “provar” Napoleão pelo método científico. A razão jaz na própria natureza da História e nas limitações do método científico. Para que alguma coisa

* Mortimer Adler é judeu. Quanto aos nossos motivos pela citação de fontes não cristãs e não evangélicas, veja a Introdução.

(1) Adler, Mortimer. Vol. 2. p. 561, *Great Books of the Western World* (“Grandes Livros do Mundo Ocidental”), ed. Robert Maynard Hutchins.

seja “provada” pelo método científico, ela deve ser passível de repetir-se. Ninguém pode anunciar ao mundo uma nova descoberta baseado numa única experiência. Mas a História, na sua natureza real, não é passível de repetição. Ninguém pode “reprisar” o começo do universo, ou trazer Napoleão de volta, ou repetir o assassinato de Lincoln ou a crucificação de Jesus Cristo. Porém o fato de que estes acontecimentos não podem ser “provados” pela repetição, não refuta a sua realidade como acontecimentos.

Existem muitas coisas reais que escapam ao critério da verificação pelo método científico. Este só é útil para coisas mensuráveis. Ninguém jamais viu três metros de amor, ou dois quilos de justiça, mas seria verdadeiramente uma estultícia negar a realidade destas coisas. Insistir em que Deus seja “provado” pelo método científico equivale a insistir em que se use um telefone para medir a radiatividade. Ele simplesmente não foi feito para isso.

Quais são as evidências a favor de Deus? É muito significativo que recentes pesquisas antropológicas revelaram que, entre povos primitivos mais longínquos e remotos, hoje em dia, há uma crença generalizada em Deus. E que nas histórias e lendas mais antigas de todos os povos ao redor do mundo o conceito original era de um só Deus, que era o Criador. Parece que, em suas consciências, mesmo aquelas sociedades que hoje são politeístas, tinham a princípio um Deus supremo. Esta pesquisa, nos últimos 50 anos, desafiou o conceito evolucionista do desenvolvimento da religião, que sugeria que o monoteísmo — o conceito dum só Deus — era o ápice dum desenvolvimento gradual que começou com os conceitos politeístas. Está cada vez mais claro que as tradições mais antigas por toda parte eram dum único Deus supremo. (2)

Para os nossos objetivos atuais, contudo, é suficiente observar que a vasta maioria da humanidade, em todos os tempos e em todos os lugares, tem crido em alguma espécie de Deus ou deuses. Embora este fato não seja de modo algum uma prova conclusiva, devemos conservá-lo na mente à medida que tentamos responder à grande pergunta.

Temos agora a considerar a lei da causa e efeito. Nenhum efeito se pode produzir sem uma causa. Nós, como seres humanos, e o próprio universo, somos efeitos que devem ter tido uma causa. Chegamos finalmente a uma causa não causada, que é Deus. Bertrand Russell, em seu livro *“Why I Am Not a Christian”* (Por que não sou cristão), faz uma espantosa afirmação. Diz ele que quando era criança, “Deus” lhe era apresentado como a resposta às muitas questões que ele levantava acerca da existência. Em desespero, perguntou: “Bem, e quem criou

(2) Zwemer, Samuel, *The Origin of Religion* (“A Origem da Religião”).

Deus?” “Quando não apareceu resposta nenhuma”, diz ele, “toda a minha fé desabou!” Mas que tolo! Por definição Deus é eterno e incriado. Fosse Deus um ser criado, não seria e não poderia ser Deus.

Um desenvolvimento subsequente desta linha de pensamento relaciona-se com a ordem e o propósito do universo, claramente perceptíveis. Ninguém imaginaria que um relógio pudesse vir a existir sem um projetista inteligente. Quão mais inacreditável é pensar que o universo, em sua infinita complexidade, poderia ter acontecido por acaso! O corpo humano, por exemplo, é um -organismo reconhecidamente assombroso e complexo — uma permanente maravilha de organização, propósito e eficiência. Tão impressionado com isto ficou Albert Einstein, geralmente considerado como um dos maiores cientistas de todos os tempos, que afirmou: “Minha religião consiste numa humilde admiração do Espírito superior ilimitável que se revela nos pequeninos detalhes que somos capazes de perceber com as nossas mentes frágeis e débeis. Esta convicção profundamente emocional da presença duma força inteligente, superior, que é revelada pelo universo *incompreensível*, forma a minha ideia de Deus.” (3)

As evidências deste propósito são abundantes. É improvável que um macaco numa tipografia pudesse compor a Oração aos Moços de Rui Barbosa. Se encontrássemos ali um exemplar desse discurso, concluiríamos que uma mente inteligente era a única explicação possível para a sua impressão. Da mesma forma é inacreditável que a água, por exemplo, com todas as suas propriedades, tivesse simplesmente aparecido. Bernard Ramm, citando L. J. Henderson, enumera algumas dessas propriedades:

“A água tem um calor específico muito elevado. Isto significa que as reações químicas no interior do corpo (humano) serão conservadas em razoável estabilidade. Se a água tivesse um calor específico baixo, nós “ferveríamos” com a menor atividade. Se elevarmos dez graus centígrados a temperatura duma solução, aceleraremos ao dobro sua reação. Sem essa propriedade peculiar da água, a vida seria bem pouco possível. O oceano é o termostato do mundo. É necessária uma grande perda de calor para a água passar do líquido ao gelo, e para a água tornar-se vapor exige uma considerável absorção de energia. Daí que o mar é uma almofada contra o calor do sol do sopro gélido do inverno. Não fossem as temperaturas da superfície da terra moduladas pelo oceano e conservadas dentro de certos limites, os seres vivos seriam cozidos ou congelados até a morte.

A água é o solvente universal. Dissolve ácidos bases e sais. Quimicamente, ela é relativamente inerte, provendo um meio para reações sem participar de-

(3) Barnett, Lincoln. *The Universe and Dr. Einstein* (“O Universo e Dr. Einstein”), p. 95. Cf. Introd. p. 5.

las. Na corrente sanguínea, ela sustenta em solução um mínimo de 64 substâncias. Talvez se conhecêssemos a quantidade real dessas substâncias, o número seria surpreendente. Qualquer outro solvente formaria uma verdadeira lama! Sem as propriedades peculiares da água, a vida, tal como a conhecemos, seria impossível.” (4)

A. Rendle Short faz esta observação acerca da água: “Ela constitui mais da metade do peso corporal da maioria dos animais e das plantas. Não se decompõe prontamente; dissolve muitas substâncias; faz as substâncias secas aderirem e tornarem-se flexíveis; com sais em solução, ela conduz a eletricidade. Isto é uma propriedade muito importante no corpo animal. Depois, ela é o único, ou quase o único, entre os fluídos conhecidos por nós, que alcança sua maior densidade quando esfriado, não ao ponto de congelamento, mas a 4 graus centígrados. Isto tem duas importantes consequências. Uma é que os lagos e as piscinas congelam na superfície, e não do fundo para cima. Assim a vida dos peixes tem uma oportunidade de resistir a um inverno muito rigoroso. A outra consequência é que pela sua expansão ao congelar-se, a água rebenta as rochas (e também — que azar! — os nossos encanamentos domésticos), e as arrasa para formar o solo, cria despenhadeiros e vales, e faz possível a vegetação. A água possui o mais alto calor de evaporação entre todas as outras substâncias. Isto, com outras propriedades especiais, reduz a elevação de temperatura quando uma superfície de água é aquecida pelos raios do sol.” (5)

A própria terra é evidência de propósito. “Se ela fosse muito menor seria impossível a existência duma atmosfera (e.g. Mercúrio e a Lua); se fosse muito maior, a atmosfera conteria hidrogênio puro (e.g. Júpiter e Saturno). Sua distância do sol é correta — até uma pequena mudança a tomaria excessivamente quente ou fria. A nossa Lua, provavelmente a responsável pelos continentes e as depressões oceânicas, é singular em nosso sistema solar e parece haver-se originado duma maneira totalmente diferente das outras luas, relativamente bem menores. A inclinação do eixo (da terra) assegura a existência das estações, e assim por diante.” (6)

Du Noüy declara que “o cálculo da probabilidade para a formação duma molécula de proteína típica composta de 3.000 átomos é da ordem de um para 2.02×10^{231} , ou praticamente nula. Mesmo que os elementos fossem agitados à velocidade da vibração da luz, levaria 10234 bilhões de anos para conseguir a

(4) A. Ramm, Bernard. *The Christian View of Science and Scripture* (“O Ponto de Vista Cristã da Ciência e das Escrituras”), p. 148. Grand Rapids: Wm. B. Eerdmans, 1955.

(5) Short, A. Rendle. *Modern Discovery and the Bible* (“A Descoberta Moderna e a Bíblia”), p. 39. Londres: Inter-Varsity Christian Fellowship, 1949.

(6) Clark, R.E.D., *Creation* (“Criação”), p. 20. Londres: Tyndale Press, 1946.

molécula de proteína (necessária) para a vida, e a vida na terra está limitada a cerca de dois bilhões de anos.” (7)

Há que acrescentar ao propósito no universo a implicação da segunda lei da termodinâmica, também chamada a lei da entropia. Ramm a explica: “O que esta lei afirma pode ser ilustrado por meio dum saco de plástico contendo margarina branca e uma pequena cápsula cheia de corante amarelo. Quando se rompe a cápsula, à medida que se bate o saco, o corante se espalha completamente por toda a massa de margarina branca. Se o saco plástico for esmagado indefinidamente, a distribuição do corante prosseguirá, até que ele esteja perfeitamente espalhado através de massa toda. Não importa quanto tempo continuemos batendo o saco — não poderemos reverter o processo e colocar o corante de volta dentro da cápsula. Há algumas partes do universo que são muito mais quentes do que outras. A distribuição do calor é sempre ‘para baixo’, das regiões mais quentes para as mais frias. À medida que o calor ‘flui’ das regiões quentes para as mais frias, toma-se cada vez mais equitativamente distribuído através do universo. Se o universo fosse infinitamente velho, a energia já estaria presentemente distribuída de modo uniforme. O fato de que ainda existem corpos quentes no universo significa que no passado a fornalha foi abastecida, por assim dizer, num período de tempo mensurável. Este seria o momento da criação, ou de alguma atividade criadora.” (8)

À luz de todas estas coisas podemos concluir com a declaração de Ramm: “O capítulo 1.º do Gênesis encontra-se agora com uma reputação mais alta do que poderia jamais alcançar na história da ciência até este ponto. Agora nós dispomos de meios pelos quais podemos indicar um momento do tempo, ou um acontecimento ou grupo de acontecimentos no tempo, que data o nosso universo atual. De acordo com os melhores dados disponíveis isso é coisa da ordem de quatro ou cinco bilhões de anos atrás. Uma série de cálculos converge para a mesma ordem de tempo. Não podemos com as informações disponíveis atualmente forçar da parte dos cientistas um veredicto a favor da criação, embora isto não seja para considerar-se uma impossibilidade. Talvez chegue o dia quando teremos evidência suficiente, da física, da astronomia e da astrofísica, para obter dos cientistas um veredicto tal. Neste entre-tempo podemos sustentar que o capítulo 1.º do Gênesis não está fora da harmonia com a tendência das informações científicas.”

Foi isto o que o Apóstolo Paulo tinha em mente quando escreveu: “Porquanto o que de Deus se pode conhecer é manifesto entre eles, porque Deus lhes

(7) Ramm, obra citada, p. 148.

(8) Ramm, obra citada, p. 154.

manifestou.” Porque os atributos invisíveis de Deus, assim seu eterno poder como também a sua própria divindade, claramente se reconhecem desde o princípio do mundo, sendo percebidos por meio das coisas que foram criadas. Tais homens são por isso indesculpáveis.” (Romanos 1.19,20). O salmista diz a mesma coisa: “Os céus proclamam a glória de Deus e o firmamento anuncia as obras das suas mãos.” (Salmo 19.1):

Mas o preconceito muitas vezes impede as conclusões mais evidentes. Uma confissão muito notável de haver preconceito não científico, que impede uma admissão de que Deus é a única explicação plausível para a origem do universo, é feita por J. W. N. Sullivan. Quando ele morreu, o *Time* disse que ele era “no mundo inteiro, um dos quatro ou cinco mais brilhantes intérpretes da física para o mundo do homem comum.” Disse ele: “O começo do processo da evolução levanta uma pergunta que ainda permanece irrespondível: Qual foi a origem da vida neste planeta? Até épocas bem recentes havia uma crença extraordinariamente generalizada na ocorrência da “geração espontânea”. Supunha-se que formas inferiores de vida desenvolviam-se espontaneamente, por exemplo, da carne em putrefação. Todavia experiências cuidadosas, notadamente as de Pasteur, demonstraram que esta conclusão era devida a uma observação inadequada, e tornou-se uma doutrina aceita que a vida nunca surge senão da própria vida. (9) Até onde alcança a evidência real, esta ainda é a única conclusão possível. Porém, já que ela parece levar-nos de volta até algum ato criativo sobrenatural, esta é uma conclusão que os homens de ciência acham muito difícil de aceitar. Ela leva consigo o que sentem serem, na presente atmosfera mental, implicações filosóficas indesejáveis, e é oposta ao desejo científico pela continuidade. Ela introduz um inexplicável rompimento na corrente da causalidade e portanto não pode ser admitida como parte da ciência, a menos que seja absolutamente impossível rejeitá-la. Por essa razão, muitos homens de ciência preferem crer que a vida surgiu, dalguma maneira ainda não compreendida, da matéria inorgânica de acordo com as leis da física e da química.” (10)

Temos aqui um exemplo de como a crença de que *não* existe Deus é também um ato de fé. É pura pressuposição, tal como a fé *em* Deus é a pressuposição da crença. A descrença é ainda mais notável, quando se admite que a evidência, pela qual somos guiados na ciência, aponta para a direção oposta! E a ciência rejeita a conclusão porque ela é intragável!

(9) Ramm, obra citada, p. 154.

(10) Sullivan, J. W. N. *The Limitations of Science* (As Limitações da Ciência), p. 94. Nova Iorque: New American Library, 1956.

A esta altura é importante observar que, embora haja muitos *indícios* de Deus na Natureza, nunca poderíamos saber de modo conclusivo, por meio da Natureza, que Ele *existe* ou *como* é Ele. A pergunta foi feita séculos atrás: “Porventura desvendarás os arcanos de Deus?” (ou: “Buscando, acharás a Deus?”) (Jó 11.7). A resposta é NÃO! A menos que Deus a Si mesmo Se revele, estamos condenados à confusão e à conjectura.

É óbvio que entre os que acreditam em Deus há hoje muitas ideias errôneas a respeito de como é Deus. Alguns, por exemplo, pensam que Deus é um desmancha-prazeres celestial. Imaginam-no na sacada do céu perscrutando e procurando qualquer um que pareça estar gozando a vida. Ao descobrir uma pessoa assim, Ele grita logo: “Pare com isso!”

Outros pensam de Deus como um vovô sentimental lá do céu que, balançando benignamente na sua cadeira e coçando a barba, diz: “Crianças são sempre crianças!” Supõem que a Sua atitude geral para com o homem é que tudo no fim dará certo, não importa o que nós façamos. Outros O imaginam como sendo uma grande bola de fogo, enquanto nós somos pequenas centelhas que no final voltarão para a grande bola. Ainda outros, como Einstein, pensam em Deus como sendo uma força ou uma mente impessoal.

Herbert Spencer, um dos divulgadores do agnosticismo há um século, observou acertadamente que nunca se viu um pássaro voar para fora do espaço. Portanto, ele concluiu por analogia que é impossível o finito penetrar o infinito. Sua observação foi correta, mas sua conclusão estava errada. Ele esqueceu uma outra possibilidade: que o infinito podia penetrar o finito. E isto é, evidentemente, o que Deus fez.

Tal como o escritor aos Hebreus declara: “Havendo Deus, outrora, falado muitas vezes, e de muitas maneiras, aos pais, pelos profetas, nestes últimos dias nos falou pelo Filho” (Hebreus 1.1,2).

Deus tomou a iniciativa, ao longo da História, de comunicar-se com o homem. Sua revelação mais completa foi Sua penetração na história da humanidade na pessoa de Jesus Cristo. Aqui, em termos de personalidade humana que nós podemos entender, Ele viveu entre nós. Se eu quisesse comunicar o meu amor a uma colônia de formigas, como poderia fazê-lo da maneira mais eficiente? Indubitavelmente o melhor seria tornar-me uma formiga. Somente desta forma a minha existência e a minha personalidade poderiam ser transmitidas completa e eficientemente. Isso foi o que Deus fez conosco. Nós somos, como diz habilmente J. B. Phillips, “o planeta visitado.” A melhor e a mais clara resposta à pergunta como sabemos que Deus existe é que Ele nos visitou. Os outros indícios são me-

ras pistas ou sugestões. O que as confirma concludentemente é o nascimento, a vida, a morte e a ressurreição de Jesus Cristo.

Outra evidência da realidade da existência de Deus é a Sua clara presença nas vidas de homens e mulheres nos nossos dias. Onde se crê e confia em Jesus Cristo, ocorre uma profunda mudança no indivíduo — e por extensão na comunidade. Uma das mais comoventes ilustrações disto é registrada por Ernest Gordon, atual capelão da Universidade de Princeton. Em seu livro *Valley of The Kwai* (O Vale do Kwai) ele narra como, durante a Segunda Guerra Mundial, os prisioneiros dos japoneses na península da Malaia haviam sido reduzidos quase a animais, roubando comida dos seus próprios camaradas também famintos. Em seu desespero os prisioneiros acharam que uma boa coisa seria lerem o Novo Testamento.

Como Gordon possuía um grau universitário, pediram-lhe que assumisse a direção. Segundo sua própria confissão, ele era um cético — e os que lhe pediram que fizesse a leitura eram incrédulos também. Pois ele e os outros vieram a confiar em Cristo ao travarem conhecimento com Ele em toda a Sua beleza e poder através da simplicidade, sem acréscimos humanos, do Novo Testamento. Como este grupo de seres que mutuamente se roubavam e se agrediam foi transformado numa comunidade de amor é uma história tocante e poderosa que demonstra claramente a realidade de Deus em Jesus Cristo. Muitos outros hoje em dia, em circunstâncias menos dramáticas, têm experimentado esta mesma realidade.

Então há evidência na criação, na História, e na vida contemporânea de que existe Deus e de que este Deus pode ser conhecido numa experiência pessoal.

3

Cristo é Deus?

É impossível nós sabermos de modo conclusivo se Deus existe ou não, e como Ele é, a menos que Ele tome a iniciativa e Se revele a Si mesmo. Precisamos saber como Ele é e conhecer Sua atitude em relação a nós. Vamos supor que soubéssemos que Ele existe, e que é parecido com Adolfo Hitler — caprichoso, excêntrico, depravado, preconcebido e cruel. Que descoberta horrível seria essa!

Devemos esquadrihar o horizonte da História para ver se existe alguma pista da revelação de Deus. Há uma, e bem clara. Numa obscura vila da Palestina, há quase 2.000 anos, nasceu uma criança num estábulo. Seu nascimento despertou temores em Herodes, o monarca reinante, de tal sorte que, numa tentativa de destruir esta criança, que diziam ser o Rei dos Judeus, Herodes fez assassinar muitos infantes naquilo que a História conhece como a “matança dos inocentes”.

O infante e Seus pais se radicaram em Nazaré, onde Jesus aprendeu a profissão do Seu pai, um carpinteiro. Ele foi um menino fora do comum. Aos 12 anos confundiu os estudiosos e os rabinos em Jerusalém. Quando Seus pais O repreenderam porque Ele ficara para trás depois da partida deles, deu-lhes a estranha resposta: “Não sabíeis que me cumpria estar na casa de meu Pai?” Esta resposta implicava numa relação singular entre Ele e Deus.

Viveu na obscuridade até os 30 anos, e então iniciou um ministério público que durou três anos. Este ministério estava destinado a mudar o curso da História.

Era uma pessoa amável e temos a informação de que “a grande multidão o ouvia com prazer.” Ao contrário dos mestres religiosos do Seu tempo, Ele falava “como quem tem autoridade, e não como os escribas.”

Contudo, logo se tornou evidente que Ele estava fazendo declarações surpreendentes e espantosas acerca de Si mesmo. Começou a identificar-se como sendo muito mais que um mestre notável ou um profeta. Começou a dizer claramente que era a Divindade. E fez da Sua identidade o ponto central do Seu ensi-

no. A pergunta de suprema importância que Ele apresentou àqueles que O seguiram foi: “Quem dizeis vós que sou Eu?” Quando Pedro, ao responder, disse: “Tu és o Cristo, o Filho do Deus vivo” (Mateus 16.15,16), Ele não Se surpreendeu, nem repreendeu a Pedro. Pelo contrário, elogiou-o!

Ele fazia esta afirmação explicitamente, e os ouvintes receberam na sua totalidade o impacto das Suas palavras. Temos a informação de que “Por isso, pois, os judeus ainda mais procuravam matá-lo, porque não somente violava o sábado, mas também dizia que Deus era seu próprio Pai, fazendo-se igual a Deus” (João 5.18).

Numa outra ocasião, Ele afirmou: “Eu e o Pai somos um.” Os judeus quiseram apedrejá-lo imediatamente. Ele perguntou-lhes por qual obra boa eles O queriam matar. Eles responderam: “Não é por obra boa que te apedrejam, e, sim, por causa da blasfêmia, pois sendo tu homem, te fazes Deus a ti mesmo” (João 10.30-33).

Jesus alegava claramente possuir atributos que só Deus tem. Quando desceram um paralítico através do telhado e lho puseram aos pés, Ele disse: “Filho, os teus pecados estão perdoados”. Isto provocou uma tremenda confusão entre os escribas, que diziam em seus corações: “Por que fala ele deste modo? Isto é blasfêmia! Quem pode perdoar pecados, senão um, que é Deus?” Jesus, conhecendo os seus pensamentos, disse-lhes: “Qual é mais fácil, dizer ao paralítico: Estão perdoados os teus pecados, ou dizer: Levanta-te, toma o teu leito, e anda?” E prosseguiu: “Ora, para que vocês saibam que eu, o Filho do Homem, tenho sobre a terra autoridade para perdoar pecados (que vocês com razão dizem que só Deus pode fazer, mas isso é uma coisa invisível), eu vou fazer algo que vocês possam ver.” Voltando-se para o homem paralítico, Ele ordenou-lhe: “Levanta-te, toma o teu leito, e vai para a tua casa” (Marcos 2.7-11).

Que esse título “Filho do Homem” é uma afirmação da Deidade, antes que um repúdio a ela, como alguns têm sugerido, nota-se nos atributos que Jesus alega possuir como Filho do Homem. Tais atributos obviamente só são verdadeiros no caso do próprio Deus.

No momento cruciante quando Sua vida estava em perigo por causa desta pretensão, Ele afirmou ao sumo sacerdote, que lhe havia feito diretamente a pergunta: “És tu o Cristo, o Filho do Deus Bendito?”. Ele disse: “Eu sou.” Depois prosseguiu: “Vereis o Filho do Homem assentado à direita do Todo-poderoso e vindo com as nuvens do céu.” O sumo sacerdote rasgou as vestes e disse: “Que mais necessidade temos de testemunhas? Ouvistes a blasfêmia” (Marcos 14.61-64).

“Tão íntima era Sua relação com Deus que Ele equiparou a atitude do homem para com Ele à atitude do homem para com Deus. Assim, conhecê-lo era conhecer a Deus (João 8.19; 14.7). Vê-lo era ver a Deus (12.45; 14.9). Crer nele era crer em Deus (12.44; 14.1). Recebê-lo era receber a Deus (Marcos 9.37). Odiá-lo era odiar a Deus (João 15.23). E honrá-lo era honrar a Deus (5.23).” (1)

Quando nos defrontamos com as reivindicações de Jesus, só há quatro possibilidades. Ele foi um mentiroso, um louco, uma lenda, ou a Verdade. Se dissermos que Ele não era a Verdade, estamos automaticamente afirmando uma das outras três alternativas, percebamos isto ou não. Quando amigos nossos assumem essa posição, devemos convidá-los a mostrar-nos as evidências que eles têm e que nos levariam a adotá-la. Frequentemente eles perceberam, pela primeira vez, que não há evidências a sustentar seus pontos de vista. Pelo contrário, todas as evidências apontam na outra direção.

Uma possibilidade é que Jesus mentiu quando afirmou que era Deus — que Ele sabia que não era Deus, mas enganou deliberadamente os Seus ouvintes para emprestar autoridade ao Seu ensino. Uns poucos, se os há, sustentam esta posição com seriedade. Todavia, até mesmo aqueles que negam Sua deidade asseveram achar que Jesus foi um grande mestre de moral. Mas não conseguem perceber que essas duas declarações formam uma contradição. Jesus dificilmente poderia ter sido um grande mestre de moral se, no ponto decisivo, crucial do Seu ensino, i.e., Sua identidade, Ele tivesse sido deliberadamente um mentiroso.

Uma possibilidade mais delicada, embora não menos chocante, é que Ele era sincero mas estava enganado consigo mesmo. Possuímos na atualidade um nome para a pessoa que pensa que é Deus — ou que é um ovo escaldado! Esse nome é *lunático* e sem dúvida se aplicaria a Cristo *se* Ele estivesse enganado neste assunto de importância capital.

Mas quando olhamos para a vida de Cristo, não percebemos evidência alguma da anormalidade e do desequilíbrio que encontramos numa pessoa demente. Pelo contrário, encontramos nele a maior tranquilidade em momentos de aperto. Durante Seu julgamento diante de Pilatos, quando a Sua própria vida estava em jogo, Ele se manteve calmo e sereno. Como o disse C. S. Lewis, “A discrepância entre a profundidade e a sensatez do Seu ensino moral dum lado e, do outro, a incomensurável megalomania que teria que subjazer atrás de seu ensino teológico a menos que Ele fosse realmente Deus, nunca foi superada satisfatoriamente.” (2)

(1) Stott, John W. *Basic Christianity* (“Cristianismo Básico”), p. 26. Chicago: Inter-Varsity Press, 1964.

(2) Stott, *ibidem*, p. 32, citando C. S. Lewis, *Miracles* (“Milagres”).

A terceira alternativa é que toda a conversa a respeito da Sua pretensão de ser Deus é lenda — que o que realmente aconteceu foi os Seus entusiásticos seguidores, nos séculos III e IV, terem-lhe posto na boca palavras que Ele acharia chocam-se as ouvisse. Se Ele voltasse, imediatamente as repudiaria.

A dificuldade com a teoria da lenda são as descobertas da moderna arqueologia. Já foi demonstrado cabalmente que as quatro biografias de Cristo foram escritas durante a vida dos contemporâneos de Jesus. Anos atrás, um arqueólogo mundialmente famoso, o Dr. William F. Albright, atualmente aposentado da Universidade John Hopkins, disse que não havia razão alguma para crermos que qualquer um dos Evangelhos tenha sido escrito depois do ano 70 d.C.. Que uma simples lenda sobre Cristo, na forma do Evangelho, tivesse ganhado circulação e obtido o impacto que teve sem uma sombra de base em fatos, é inacreditável. Se isto tivesse acontecido teria sido tão fantástico como se alguém que em nossos dias escrevesse uma biografia do falecido Franklin D. Roosevelt dissesse nela que ele tinha a pretensão de ser Deus, de perdoar os pecados do povo e de ter ressuscitado dos mortos. Uma história assim é tão extravagante que nunca tomaria corpo, porque ainda por aí há gente demais que conheceu Roosevelt! A teoria da lenda não se sustenta à luz da data antiga dos manuscritos dos Evangelhos.

A única alternativa restante é que Jesus falou a verdade.

Dum ponto de vista, entretanto, as pretensões não significam muito. Não custa falar. Pretensões qualquer um pode ter. Tem havido outros que alegaram ser a deidade. Um dos mais recentes era o Pai Divino, da cidade de Filadélfia, já falecido. Eu posso alegar que sou Deus, e o leitor também pode pretender ser Deus, mas a pergunta que todos nós teremos que responder é esta: “Que credenciais trazemos para dar conteúdo à nossa pretensão?” No meu caso não tomaria ao leitor mais de cinco minutos refutar minha pretensão. E provavelmente não levaria muito mais para liquidar com a sua. Certamente não foi difícil provar que o Pai Divino não era Deus. Mas quando se chega a Jesus de Nazaré, a coisa não é tão simples assim. Ele possuía credenciais para sustentar sua pretensão. Ele disse: “Mas, se faço, e não me credes, crede nas obras; para que possais saber e compreender que o Pai está em mim, e eu estou no Pai” (João 10.38).

Quais eram Suas credenciais?

Primeiro, Seu caráter coincidia com Suas pretensões. Vimos acima que muitos internos de hospícios alegam ser várias personalidades. Tais pretensões, entretanto, são desmentidas pelo seu caráter. Não assim em relação a Cristo. E nós não *comparamos* Cristo com os outros — nós O contrastamos com todos os outros. Ele é singular — tão singular como Deus.

Jesus Cristo era sem pecado. Sua vida era de tal jaez que Ele foi capaz de desafiar Seus inimigos com a pergunta: “Quem dentre vós me convence de pecado?” (João 8.46). A resposta que recebeu foi o silêncio, muito embora Ele se tenha dirigido àqueles que bem que gostariam de assinalar uma falha sequer em Seu caráter.

Lemos das tentações de Jesus, mas nunca ouvimos duma confissão de pecado por parte dele. Ele nunca pede perdão, embora mande que Seus seguidores o façam.

Esta ausência de qualquer senso de falha moral por parte de Jesus é surpreendente à vista do fato de que isso é totalmente contrário à experiência dos santos e dos místicos de todos os tempos. Quanto mais os homens e mulheres se aproximam de Deus, mais esmagados eles se sentem pelos seus próprios fracassos, sua corrupção e suas deficiências. Quanto mais perto está alguém duma luz brilhante, tanto mais percebe como está necessitando tomar um banho. Isto é verdade também, no reino moral, para os mortais comuns.

É impressionante também que João, Paulo e Pedro, todos os quais foram ensinados, desde a mais tenra idade, a crer na universalidade do pecado, todos eles falam da impecabilidade de Cristo: “o qual não cometeu pecado, nem dolo algum se achou em sua boca” (I Pedro 2.22); “nele não existe pecado” (I João 3.5); Jesus “não conheceu pecado” (II Coríntios 5.21).

Pilatos, que não era nenhum amigo de Jesus, disse: “Que mal fez ele?” Pilatos reconhecia implicitamente a inocência de Cristo. E o centurião romano que testemunhou a morte de Cristo, disse: “Verdadeiramente este era Filho de Deus” (Mateus 27.54).

Em Jesus nós encontramos a personalidade perfeita. Ramm assinala: “Se Deus fosse um homem, esperaríamos que a Sua personalidade encarnasse a humanidade verdadeira. Somente Deus poderia dizer-nos como deveria ser um verdadeiro homem. Na piedade do Antigo Testamento, por exemplo, há antevisões do homem perfeito. Deve haver principalmente uma total consciência de Deus, aliada a uma completa dedicação e consagração da vida a Ele. Depois, na ordem de importância, vêm as outras virtudes, graças e atributos que caracterizam a humanidade perfeita. A inteligência não deve sufocar a piedade, a oração não pode ser um substituto do trabalho, o zelo não será o fanatismo irracional, e a discrição não se transformará em impassividade. Em Cristo nós temos a amálgama perfeita dos traços da personalidade, porque como Deus Encarnado Ele é a humanidade perfeita. Schaff descreve o nosso Senhor, com referência a este ponto da nossa discussão, da seguinte forma: ‘Seu zelo nunca degenerou em paixão, nem Sua perseverança em obstinação, nem sua benevolência em fraqueza, nem

sua ternura em sentimentalismo. Seu apego a coisas celestiais era isento do indiferentismo, da falta de sociabilidade ou da intimidade inconveniente; Sua abnegação era sem mau-humor; Sua moderação, livre da severidade. Ele combinava a "inocência infantil com o vigor másculo, a devoção entusiasmada a Deus com um infatigável interesse pelo bem-estar do homem, o terno amor pelo pecador numa inflexível severidade contra o pecado, a dignidade dominadora com uma humildade cativante, a coragem destemida com uma cautela inteligente, a obstinada firmeza com uma suave bondade!" (3)

Cristo revelou um poder sobre as forças da natureza que só Deus, Autor destas forças, poderia possuir.

Ele acalmou uma furiosa tempestade de vento e vagalhões no Mar da Galiléia. E ao fazê-lo, arrancou dos que estavam no barco a pergunta cheia de reverência: "Quem é este que ate o vento e o mar lhe obedecem?" (Marcos 4.41). Ele transformou a água em vinho, alimentou 5.000 pessoas com cinco pães e dois peixes, devolveu a uma viúva aflita seu único filho levantando-o dos mortos, e trouxe à vida a filha morta dum pai esmagado pela dor. A um velho amigo Ele disse: "Lázaro, vem para fora!" e duma forma dramática o levantou dos mortos. É extraordinariamente significativo que Seus inimigos não negassem este milagre. Pelo contrário, procuraram matá-lo. "Se o deixarmos assim", diziam eles, "todos crerão nele" (João 11.48).

Jesus revelou o poder do Criador sobre as enfermidades e a doença. Ele fez os coxos andarem, os mudos falarem, e os cegos verem. Algumas de Suas curas foram de defeitos congênitos não suscetíveis de cura psicossomática. A mais destacada foi a do cego cujo caso está registrado em João capítulo 9. Embora o homem não pudesse responder a seus mal-intencionados inquiridores, sua experiência foi suficiente para convencê-lo a ele. "Eu era cego, e agora vejo," declarou. Ele estava pasmado de que os seus amigos não reconhecessem aquele que o curava como o Filho de Deus. "Desde que há mundo, jamais se ouviu que alguém tenha aberto os olhos a um cego de nascença" foram suas palavras. Para ele a evidência era óbvia.

A suprema credencial de Jesus para autenticar a Sua pretensão à Deidade foi Sua ressurreição dentre os mortos. Cinco vezes no curso da Sua vida Ele predisse que iria morrer. Predisse também como iria morrer e que três dias depois Se levantaria dentre os mortos e apareceria aos Seus discípulos.

(3) Ramm, Bernard, *Protestants Christian Evidences* ("Evidências Cristãs Protestantes") p. 177. Chicago: Moody Press, 1953.

Esta foi, certamente, a grande prova. Era uma pretensão fácil de verificar. Ou aconteceu ou não aconteceu.

A Ressurreição é um assunto tão essencial e fundamental que lhe dedicaremos um capítulo inteiro. Se a Ressurreição aconteceu, não há dificuldade alguma com nenhum dos outros milagres. E se nós provarmos a Ressurreição, temos a resposta à grande questão sobre Deus, Seu caráter, e nosso relacionamento com Ele. Uma resposta a esta questão torna possíveis as respostas a todas as questões subsidiárias.

Cristo movimentou a História como só Deus poderia fazê-lo. Schaff o diz muito vividamente. “Este Jesus de Nazaré, sem dinheiro nem armas, venceu mais milhões do que Alexandre, César, Maomé e Napoleão; sem ciência nem erudição formal derramou mais luz sobre questões humanas e divinas do que todos os filósofos e sábios juntos; sem a eloquência das escolas falou tais palavras de vida como nunca se falaram antes nem depois, e que produziram efeitos que estão além do alcance dum orador ou dum poeta; sem escrever uma única linha, fez moverem-se mais penas, e forneceu temas para mais sermões, discursos, discussões, volumes eruditos, obras de arte e hinos de louvor do que todo o exército de grandes homens dos tempos antigos e modernos.”

Finalmente, sabemos que Cristo é Deus porque podemos conhecê-lo de perto no século XX. A experiência por si mesma não é conclusiva, porém combinada com o fato histórico objetivo da Ressurreição, nos dá a base para a nossa sólida convicção. Não há outra hipótese para explicar todos os dados que temos senão o profundo fato de que Jesus Cristo é Deus o Filho.

Cristo ressuscitou dos mortos?

Amigos e inimigos da fé cristã têm reconhecido que a ressurreição de Cristo é a pedra angular da Fé. Aos crentes de Corinto, que em geral negavam a ressurreição dos mortos, o grande Apóstolo Paulo escreveu: “E, se Cristo não ressuscitou, é vã a nossa pregação e vã a vossa fé.” Paulo fazia todo o problema depender da ressurreição corporal de Cristo. Ou Ele ressuscitou dentre os mortos ou não. Se Ele *ressuscitou*, isto foi o acontecimento mais sensacional de toda a História e nós temos respostas conclusivas às profundas questões da nossa existência: De onde viemos nós? Por que estamos aqui? Para onde vamos? Se Cristo ressuscitou, sabemos com certeza que Deus existe, como Ele é, e como podemos conhecê-lo numa experiência pessoal; o universo adquire significado e propósito, e é possível conhecer por experiência o Deus vivente na vida dos nossos dias. Estas e muitas outras coisas maravilhosas são verdadeiras se Jesus de Nazaré ressuscitou dentre os mortos.

Por outro lado, se Cristo *não* ressuscitou dos mortos, o Cristianismo é uma curiosa peça de museu — nada mais. Não tem validade nem realidade objetivas. Embora seja uma ideia tão linda que seria bom que fosse verdade, não valeria absolutamente a pena sacrificar-se por ele. Os mártires que entre cânticos enfrentaram os leões, e os missionários da atualidade que deram suas vidas no Equador e no Congo quando levavam esta mensagem aos outros, todos eles eram uns pobres tolos iludidos.

O ataque desfechado contra o Cristianismo pelos seus inimigos, no mais das vezes se tem concentrado sobre a Ressurreição, porque já se viu com acerto que este acontecimento é o ponto crucial da questão. Uma notável investida foi aquela pretendida nos idos da década de 30 por um jovem advogado inglês. Ele estava convencido de que a Ressurreição era um simples emaranhado de fábula e fantasia. Percebendo que esta era a pedra fundamental da fé cristã, decidiu ele fazer um favor ao mundo desmascarando duma vez por toda esta fraude e supers-

tição. Como advogado que era, achava que possuía as qualificações críticas para analisar cuidadosa e rigorosamente as evidências, e para não admitir como prova nada que não satisfizesse os critérios inflexíveis de aceitação numa corte legal dos nossos dias.

Contudo, enquanto ele fazia sua investigação, aconteceu algo notável. O caso estava longe de se revelar tão fácil como ele supusera. Como resultado, o primeiro capítulo do seu livro intitula-se “O Livro que Recusou ser Escrito.” Neste capítulo ele descreve como, à medida que examinava as evidências viu-se persuadido, a contragosto, do fato da ressurreição corporal.

O livro chama-se *Who Moved the Stone?* (Quem Removeu a Pedra?). O autor é Frank Morrison.

Vejamos algumas amostras dos dados a ser considerados ao responder à pergunta: Cristo ressuscitou dos mortos?

Primeiro, existe o fato da Igreja Cristã. Ela tem um alcance mundial. Sua história pode ser traçada desde a Palestina, lá pelo ano 32 d.C. Ela simplesmente surgiu, ou existiu uma causa para isso? Essa gente que foi chamada de cristãos pela primeira vez em Antioquia virou de cabeça para baixo o mundo do seu tempo. Eles se referiam constantemente à Ressurreição como a base do seu ensino, da sua pregação, da sua vida e — o que é mais significativo — da sua morte.

Em seguida vem o fato do Dia Cristão. O domingo é o dia de culto para os cristãos. Sua história também pode remontar ao ano 32 d.C. Esta alteração no calendário foi monumental, e algo semelhante a um cataclismo deve ter acontecido para mudar o dia de culto do sábado judaico, o sétima dia da semana, para o domingo, o primeiro. Os cristãos diziam que esta alteração ocorreu por causa do seu desejo de comemorar a ressurreição de Jesus dentre os mortos. Esta mudança é tanto mais notável quanto nos lembramos de que os primeiros cristãos eram judeus. Se a Ressurreição não explica esta monumental reviravolta, que é o que a explica, então?

Vem depois o Livro Cristão, o Novo Testamento. Suas páginas encerram seis testemunhas independentes do fato da Ressurreição. Três deles são de testemunhas oculares: João, Pedro e Mateus. Paulo, escrevendo às igrejas numa data antiga, refere-se à Ressurreição de tal maneira que se torna óbvio que, tanto para ele como para seus leitores, o acontecimento era bem conhecido e aceito sem discussão. Esses homens, que contribuíram para transformar a estrutura moral da sociedade, são mentirosos consumados, ou tolos enganados? Estas alternativas são mais difíceis de crer do que o fato da Ressurreição, e não há nem uma sombra de prova para apoiá-las.

Dois fatos devem ser explicados, tanto pelo crente como pelo não crente. São o túmulo vazio e as supostas aparições de Cristo.

Como podemos resolver o problema do túmulo vazio?

A explicação mais antiga posta em circulação foi que os discípulos roubaram o corpo. Em Mateus 28.11-15 temos o registro da reação dos principais sacerdotes e os anciões judeus quando os guardas lhes trouxeram a notícia misteriosa que os enfureceu, de que o corpo havia desaparecido. Deram dinheiro aos soldados e lhes disseram que explicassem que os discípulos tinham vindo de noite e roubado o corpo enquanto eles dormiam. Esta história é tão flagrantemente falsa que Mateus nem se dá ao trabalho de refutá-la! Que juiz lhe daria ouvidos, se o leitor dissesse a ele que durante o seu sono o vizinho tinha entrado na sua casa e roubado seu televisor? Quem é que sabe o que está acontecendo quando se está dormindo? Um testemunho desta espécie seria alvo de galhofa em qualquer tribunal. Além do mais, vemo-nos face a face com uma impossibilidade ética e psicológica. Roubar o corpo de Cristo é algo totalmente estranho ao caráter dos discípulos e a tudo quanto conhecemos deles. Significaria que eles impingiram uma mentira deliberada que foi responsável pelo engano e finalmente a morte de milhares de pessoas. É inconcebível que, mesmo que um punhado dos discípulos tivesse tramado e levado a cabo com êxito este roubo, eles nunca tivessem contado aos outros.

Cada um dos discípulos enfrentou a prova da tortura e do martírio pelas suas afirmações e suas crenças. Os homens morrerão por aquilo que eles *creem* ser verdadeiro, ainda que isso seja efetivamente falso. Não morrem, contudo, pelo que *sabem* ser uma mentira. Se alguma vez um homem falará a verdade, será no seu leito de morte. Mesmo que os discípulos *tivessem* levado o corpo, e Cristo ainda estivesse morto, ainda teríamos o problema de explicar as Suas supostas aparições.

Uma segunda hipótese é que as autoridades, judaicas ou romanas, removeram o corpo. Mas por quê? Havendo posto guardas no túmulo, qual seria a razão deles para removerem o corpo? Existe também uma resposta convincente para esta tese — o silêncio das autoridades à vista da ousada pregação dos apóstolos a respeito da Ressurreição na própria cidade de Jerusalém. Os líderes eclesiásticos estavam espumando de ira, e fizeram tudo o que foi possível para impedir a expansão desta mensagem e abafa-la (Atos dos Apóstolos, capítulo 4). Prenderam Pedro e João e os espancaram e ameaçaram, numa tentativa de tapar-lhes a boca.

Mas haveria uma solução muito simples para o problema deles. Estivessem eles de posse do corpo de Cristo, bastaria que o levassem em desfile pelas ruas de Jerusalém. Com um golpe certo eles teriam extinguido com êxito o

Cristianismo no berço. Que não tenham feito isto traz um eloquente testemunho ao fato de que eles *não* tinham o corpo.

Outra teoria popular tem sido que as mulheres, perturbadas e dominadas pela tristeza, erraram o caminho na semiescuridão da manhã e foram a um túmulo errado. Em sua aflição elas *imaginaram* que Cristo ressuscitou, porque o túmulo estava vazio. Esta teoria, entretanto, cai por terra diante do mesmo fato que pulveriza a anterior. Se as mulheres foram ao túmulo errado, por que os principais sacerdotes e os outros inimigos da fé não foram ao túmulo certo e exibiram o corpo? Além disso, é inconcebível que Pedro e João se deixariam levar pelo mesmo equívoco, e certamente que José de Arimatéia, proprietário do túmulo, teria resolvido o problema. Além disso, deve-se recordar que aquele era um lugar de sepultamento particular e não um cemitério público. Não existia ali nenhum outro túmulo que pudesse ter favorecido este engano por parte delas.

A teoria do desmaio é outra que tem sido aventada para explicar o túmulo vazio. Segundo esta opinião, Cristo efetivamente não morreu. Foi dado erradamente como morto, mas havia apenas desmaiado de esgotamento, dor e perda de sangue. Quando depositado no frescor do túmulo, Ele reviveu. Saiu do túmulo e apareceu aos Seus discípulos, que erradamente pensaram que Ele havia ressuscitado dos mortos.

Esta é uma teoria de invenção moderna. Apareceu inicialmente ao final do século dezoito. É significativo que nem mesmo uma insinuação desta espécie tenha provindo da antiguidade por entre os violentos ataques que têm sido desfechados sobre o Cristianismo. Todos os registros mais antigos são enfáticos a respeito da *morte* de Jesus.

Mas vamos presumir por um momento que Cristo foi sepultado ainda vivo e desacordado. É possível acreditar que Ele teria sobrevivido três dias em um túmulo abafado, sem alimentos, nem água, nem atenção de espécie alguma? Teria Ele sobrevivido ser envolto nos panos cheios de especiarias do sepultamento? Teria Ele achado forças para desembaraçar-se dos panos do sepultamento, empurrar a pesada pedra da entrada do túmulo, subjugar os guardas romanos, e caminhar diversos quilômetros com aqueles pés que haviam sido traspassados pelos cravos? Tal crença é mais fantástica do que o simples fato da própria Ressurreição.

Até o crítico alemão David Strauss, que de maneira alguma crê na Ressurreição, rejeitou esta ideia como inacreditável. Diz ele: “É impossível que alguém que acabava de sair da sepultura, semimorto, que vinha se arrastando fraco e doentio, que se achava necessitado de tratamento médico, de ataduras, de fortalecimento e de minucioso cuidado, e que por fim sucumbira ao sofrimento, pudesse

jamais ter causado nos discípulos a impressão de que Ele era um vencedor da morte e da tumba; que Ele era o Príncipe da Vida. Isto formava a base do futuro ministério deles. Uma ressuscitação assim só poderia haver enfraquecido a impressão que Ele havia causado neles, em vida e na morte — ou, no máximo, poderia ter dado a tal impressão um aspecto melancólico — mas não poderia, por nenhuma possibilidade, ter mudado sua tristeza em entusiasmo ou elevado sua reverência ao nível da adoração.” (1)

Finalmente, se esta teoria for correta, o próprio Cristo estará implicado em flagrantes mentiras. Seus discípulos criam e pregavam que Ele esteve morto mas tornou a viver novamente. Jesus não fez nada para destruir esta crença, pelo contrário, estimulou-a.

A única teoria que explica adequadamente o túmulo vazio e a ressurreição de Jesus Cristo dentre os mortos.

O segundo conjunto de dados que cada um, seja crente ou incrédulo, deve explicar, é a série de aparições de Cristo que se acham registradas. Estas ocorreram desde a manhã da Sua ressurreição até à Sua ascensão 40 dias depois. Dez diferentes aparições são registradas. Elas mostram uma grande variedade quanto ao tempo, ao lugar e às pessoas. Duas foram h indivíduos: Pedro e Tiago. Houve aparições aos discípulos em grupo, e uma foi a 500 irmãos reunidos. Estas aparições aconteceram em diferentes lugares. Algumas foram no jardim, próximo ao Seu túmulo, algumas no cenáculo. Uma foi na estrada de Jerusalém a Emaús, e algumas foram longe dali, na Galiléia. Cada aparição foi caracterizada por diferentes atos e palavras de Jesus.

Pelas mesmas razões que o túmulo vazio não pode ser explicado na base de mentiras ou lendas, não podemos tampouco rejeitar a lista das aparições de Cristo nesta base. Isto é testemunho dado por testemunhas oculares, completa e profundamente convencidas da verdade das suas declarações.

A teoria mais importante aventada para explicar os registros das aparições de Cristo é que elas foram alucinações. De saída, isto soa como uma explicação plausível dum acontecimento que, doutra forma, seria sobrenatural. É plausível, até que comecemos a entender que a medicina moderna tem observado que a tais fenômenos psicológicos se aplicam certas leis. Quando aplicamos estes princípios às evidências que temos à mão, vemos que o que de início parecia muito razoável é, de fato, impossível.

(1) Strauss, David. “The Life of Jesus for the People” (“A vida de Jesus, para o Povo”). 2.^a edição, trad. inglesa, I, p. 412. Londres, 1879.

As alucinações geralmente acontecem com pessoas que possuem uma tendência a ser vividamente imaginativas e duma constituição nervosa. As aparições de Cristo, porém se deram com toda sorte de pessoas. Realmente algumas foram mulheres possivelmente emotivas, mas havia também homens sisudos, como o pescador Pedro, e outros de temperamentos diversos.

As alucinações são extremamente subjetivas e individuais. Por esta razão, nunca duas pessoas têm a mesma experiência. Mas no caso da Ressurreição, Cristo apareceu não apenas a indivíduos, mas a *grupos*, incluindo-se um de mais de 500 pessoas. Paulo diz que mais da metade deles ainda estavam vivos e podiam falar a respeito destes acontecimentos (I Coríntios capítulo 15).

As alucinações dum modo geral acontecem somente em ocasiões e lugares especiais, e vêm associadas aos acontecimentos imaginários. Mas estas aparições aconteceram tanto a portas fechadas como portas a fora, de manhã, à tarde e à noite.

Geralmente estas experiências psíquicas acontecem no decurso dum longo período de tempo com alguma regularidade. Mas estas experiências aconteceram durante um período de 40 dias, e então pararam abruptamente. Ninguém nunca mais disse que elas aconteceram novamente.

Mas talvez a indicação mais concludente da falácia da teoria da alucinação é um fato frequentemente desprezado. Para ter uma experiência semelhante a esta, uma pessoa tem que *desejar* crer, tão intensamente que projeta algo que realmente não existe, e atribui realidade à imaginação. Por exemplo, uma mãe que perdeu um filho na guerra, relembra como ele costumava voltar do trabalho para casa todas as tardes às 5h30min. Senta-se em sua cadeira de balanço cada tarde, meditativa e contemplativa. Finalmente, ela pensa que o vê passar pela porta, e sustenta uma conversa com ele. Neste ponto ela já perdeu o contato com a realidade.

Pode-se pensar que isto foi o que aconteceu com os discípulos a respeito da Ressurreição. O fato é que justamente o oposto foi o que aconteceu — eles foram persuadidos *contra suas vontades* que Jesus tinha ressuscitado dos mortos!

Maria foi ao túmulo na manhã do primeiro domingo de Páscoa com especiarias nas mãos. Para quê? Para ungir o corpo morto do Senhor que ela amava. Ela obviamente não estava esperando encontrá-lo ressurreto dentre os mortos. Aliás quando ela O viu pela primeira vez, tomou-o erradamente pelo jardineiro! Foi só depois que Ele lhe falou e Se identificou que ela percebeu quem era Ele.

Quando os outros discípulos ouviram, não creram. A história pareceu-lhes “um como delírio.”

Quando o Senhor finalmente apareceu aos discípulos, eles se achavam atemorizados e pensaram que estavam vendo um espírito! Pensaram que estavam tendo uma alucinação, e aquilo os deixou abalados. Por fim Ele teve que dizer-lhes: “Apalpai-me e verificaí, porque um espírito não tem carne nem ossos, como vedes que eu tenho.” Ele perguntou-lhes se tinham algum alimento, e deram-lhe um pedaço de peixe assado. Lucas não acrescenta o óbvio — os espíritos não comem peixe! (Lucas 24.36-43).

Por último vem o caso clássico do qual ainda se fala — Tomé, o duvidoso. Ele não estava presente quando o Senhor apareceu aos discípulos a primeira vez. Eles falaram-lhe acerca disto, porém ele escarneceu e não quis acreditar. Com efeito, ele disse: “Eu sou realista. Não creio enquanto não me mostrarem. Sou um empírico. A menos que eu possa por meu dedo nas feridas dos cravos em Suas mãos e minha mão no Seu lado, não creerei.” *Ele* é que não estava prestes a ter uma alucinação!

João nos dá a história vivida (João capítulo 20) da aparição do nosso Senhor aos discípulos oito dias depois. Ele cortesmente convidou Tomé a examinar as evidências de Suas mãos e do Seu lado. Tomé olhou para Ele e se prostou em adoração: “Senhor meu e Deus meu.”

Para sustentar a teoria da alucinação como meio de explicar as aparições de Cristo, deve-se ignorar completamente as evidências.

Que foi o que transformou um bando de discípulos atemorizados e acovardados em homens de coragem e convicção? Que foi o que mudou Pedro, de um indivíduo que na noite anterior à Crucificação estava tão temeroso da sua própria pele que três vezes negou até que conhecia a Jesus, num rugente leão da fé? Uns 50 dias depois Pedro arriscou a vida dizendo que ele havia visto Jesus ressuscitado dentre os mortos. Devemos lembrar-nos de que Pedro pregou seu arrebatador sermão de Pentecoste em Jerusalém, onde se deram os acontecimentos e onde sua vida corria perigo. Ele não estava na Galiléia, a léguas de distância, onde ninguém poderia verificar os fatos e onde suas retumbantes declarações poderiam ficar sem contestação.

Só a ressurreição corporal de Cristo poderia ter produzido esta mudança.

Finalmente, existe a evidência contemporânea e pessoal da Ressurreição. Se Jesus Cristo ressuscitou dos mortos, está vivo atualmente, e é poderoso para apossar-se da vida e transformar aqueles que O convidam a entrar em seu coração. Milhares que agora vivem dão um testemunho uníssono de que suas vidas *foram* revolucionadas por Jesus Cristo. Ele fez nessas vidas o que disse que faria.

É provando que se sabe o gosto. O convite permanece de pé: “Provai e vede que o Senhor é bom”! A avenida da experiência está franqueada a qualquer pessoa.

Resumindo, então, podemos concordar com Cônego Westcott, por muitos anos um brilhante erudito de Cambridge, e que disse: “Verdadeiramente, tomando todas as evidências em conjunto, não é demais dizer que não há um acontecimento-histórico mais bem nem mais variadamente sustentado que a ressurreição de Cristo. Nada senão a conjuntura preconcebida de que ela deve ser falsa poderia haver sugerido a ideia da insuficiência das provas que a atestam.” (2)

(2) Westcott, B.F. “The Gospel of the Resurrection”, (“O Evangelho da Ressurreição”), 4ª ed. p. 4-6. Londres, 1879.

5

a Bíblia é a Palavra de Deus?

Esta é uma pergunta decisiva, e que tem sido objeto de séria discussão em nossos dias. Contudo, não é a questão primordial no evangelismo. Muitos cristãos pensam que precisam provar que a Bíblia é a Palavra de Deus antes de começarem a testificar. Não é este o problema. Na salvação a questão não o seu conceito sobre a Bíblia. A Bíblia é a Palavra de Deus, não importa o que o indivíduo possa pensar dela, e se pode levá-lo a dar valor à Escritura mesmo antes que a questão da sua inspiração se lhe tenha alojado na mente. Depois da conversa com um crente, uma pessoa deve perceber que a questão é; “Que pensais vós do Cristo?” muito mais que “Que pensais vós da Bíblia?”

Tudo o que necessitamos fazer para colocar uma pessoa frente a frente com as pretensões do Senhor Jesus Cristo é mostrar-lhe que os Evangelhos são documentos históricos fidedignos. Isto é razoavelmente fácil, como veremos num capítulo mais adiante. Depois que uma pessoa confiou em Cristo, a pergunta lógica que ela haverá de fazer é: “Como é que Cristo considerava a Bíblia?” Como veremos, é abundantemente claro que o Senhor Jesus Cristo considerava as Escrituras como a autorizada Palavra de Deus. Como seguidor de Cristo, o passo lógico da obediência é aceitar o Seu ponto de vista sobre a Escritura.

Mas como podemos responder, para nós mesmos como crentes, a esta pergunta de alcance tão vasto?

Ao mesmo tempo que as declarações e pretensões das próprias Escrituras não são uma prova, constituem-se elas, entretanto, num significativo conjunto de dados que não pode ser ignorado.

Em II Timóteo 3.16, lemos: “Toda Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão, para a correção, para a educação na justiça.” A palavra “inspirada” aqui não deve ser confundida com o uso comum da palavra, como quando dizemos que Shakespeare foi “inspirado” a escrever grandes peças teatrais ou Beethoven foi “inspirado” a compor grandes sinfonias. A inspiração,

no sentido bíblico, é singular. A palavra traduzida “inspirada” (II Timóteo 3.16) realmente significa “soprada por Deus.” Não se refere aos escritores, mas ao que está escrito. Este é um ponto importante a não perder de vista.

II Pedro 1.20,21 é uma outra declaração importante: “Nenhuma profecia da Escritura provém de particular elucidação; porque nunca jamais qualquer profecia foi dada por vontade humana, entretanto homens falaram da parte de Deus movidos pelo Espírito Santo.” Aqui, mais uma vez, enfatiza-se a origem divina da Escritura.

É importante verificar, também, que os escritores da Bíblia não eram meras máquinas de escrever. Deus não os manipulava, como se batem teclas duma máquina de escrever, para produzir a Sua Mensagem. Ele não ditou as palavras, como a ideia da inspiração da Bíblia tem sido caricaturada tantas vezes. Está perfeitamente claro que cada escritor tem um estilo próprio. Jeremias não escreve como Isaías; e João não escreve como Paulo. Deus operou por meio do instrumento da personalidade humana, porém orientou e dirigiu os homens de tal maneira que, o que eles escreveram, *é o que Ele queria que fosse escrito*. (1)

O próprio conteúdo da Escritura acha-se pontilhado de outros indícios da pretensão da sua origem sobrenatural. Os profetas agiam conscientemente como porta-vozes de Deus, e falaram como tais. “Veio a mim a palavra do Senhor” é uma frase que ocorre frequentemente no Antigo Testamento. Diz Davi: “O Espírito do Senhor fala por meu intermédio, e a sua palavra está na minha língua” (II Samuel 23.2). Jeremias declarou: “Estendeu o Senhor a mão, tocou-me na boca, e me disse: Eis que ponho na tua boca as minhas palavras” (Jeremias 1:9). E Amós clama: “Falou o Senhor Deus, quem não profetizará?” (Amós 3:8).

É também muito digno de nota que, quando autores posteriores da Bíblia citam partes da Escritura que haviam sido produzidas anteriormente, com muita frequência eles a citam como palavras faladas por Deus, muito mais que por um determinado profeta. Por exemplo, Paulo escreve: “Tendo a Escritura previsto que Deus justificaria pela fé os gentios, preanunciou o evangelho a Abraão: Em ti serão abençoados todos os povos” (Gálatas 3.8).

Existem outros textos nos quais se fala de Deus como se Ele fosse as Escrituras. Por exemplo: “Tu, Soberano Senhor... disseste... por boca de nosso Davi, teu servo: Por que se enfureceram os gentios, e os povos imaginaram coisas vãs?” (Atos 4.24,25 e Salmo 2.1). Benjamim Warfield destaca que estes exemplos das Escrituras mencionados como se elas fossem Deus, e de Deus mencio-

(1) Warfield, B. B. *The Inspiration and Authority of the Bible* (“A Inspiração e a Autoridade da Bíblia”) p. 299ss. Nova Iorque: Oxford University Press, 1927.

nado como se Ele fosse as Escrituras, só podia resultar duma identificação habitual, na mente do escritor, do texto da Escritura com Deus falando. Tornou-se natural, então, usar-se a expressão “a Escritura disse”, e usar-se o termo “diz Deus”, quando o que se pretendia na realidade dizer era: “a Escritura, a Palavra de Deus, diz...” Estes dois grupos de textos, juntos, mostram desta forma uma absoluta identificação de “Escritura” com o “diz Deus”.

É igualmente claro que os escritores do Novo Testamento têm as mesmas pretensões proféticas de autoridade que os escritores do Antigo Testamento. Jesus disse que João Batista era profeta e mais que profeta (Mateus 11.9-15). Como assinalou Gordon Clark: “Ele era superior a todos os profetas do Antigo Testamento. Contudo, o menor profeta dos tempos do Novo Testamento era maior do que João. Não se conclui disto, por acaso, que os profetas do Novo Testamento não eram menos inspirados do que os seus precursores?”

Paulo alega autoridade profética: “Se alguém se considera profeta, ou espiritual, reconheça ser mandamento do Senhor o que vos escrevo” (I Coríntios 14.37).

Pedro fala das cartas de Paulo como algo que alguns “deturpam, como também deturpam as *demais* Escrituras, para a própria destruição deles” (II Pedro 3.16). Sua referência a elas no mesmo nível que “as demais Escrituras” revela que ele as considerava como tendo a autoridade profética da Bíblia.

O mais significativo de tudo, entretanto, é a opinião do nosso Senhor sobre a Escritura. Que pensava *Ele* a respeito dela? Como é que *Ele* a usava? Se pudermos responder a esta pergunta, teremos a resposta da Palavra encarnada do próprio Deus. Ele é indubitavelmente a autoridade para todo aquele que o chama de Senhor!

Qual era a atitude do nosso Senhor para com o Antigo Testamento? Ele declara enfaticamente: “Em verdade vos digo: Até que o céu e a terra passem, nem um i ou um til jamais passará da lei, até que tudo se cumpra” (Mateus 5.18). Jesus citava a Escritura como autoridade final, muitas vezes iniciando o argumento com a frase “Está escrito”, tal como na Sua disputa com Satanás durante a tentação no deserto (Mateus capítulo 4). Ele falou de si mesmo e dos acontecimentos que cercavam Sua vida como sendo cumprimentos da Escritura (Mateus 26.54,56).

Talvez o Seu mais cabal endosso e aceitação do Antigo Testamento foi quando Ele declarou peremptoriamente: “A Escritura não pode falhar” (João 10.35). (2)

Então, se nós aceitamos Jesus como Salvador e Senhor, seria uma contradição em termos, e estranhamente incongruente, se rejeitássemos a Escritura como a Palavra de Deus. Estaríamos neste ponto em desacordo com Aquele que reconhecemos como o Deus eterno, o Criador do universo.

Alguns têm sugerido que, em Sua opinião sobre o Antigo Testamento, nosso Senhor ajustou-se aos preconceitos dos ouvintes Seus contemporâneos. Eles aceitavam o Antigo Testamento como autoridade, e portanto Jesus apelava a ele para granjear uma aceitação mais ampla para o Seu ensino, embora Ele mesmo não subscrevesse o ponto de vista popular.

Sérias dificuldades, contudo, envolvem esta tese. O reconhecimento e o uso que nosso Senhor fez da autoridade do Antigo Testamento não era superficial ou secundário. Estava no âmago do Seu ensino a respeito da Sua própria pessoa e Sua obra. Do contrário Ele seria culpado de grave embuste, e muita coisa do que Ele ensinou estaria baseada num sofisma. Além disso, também, por que Ele Se ajustou aos preconceitos da época neste único ponto, quando em outros pontos aparentemente menos importantes Ele peremptoriamente deixou de ajustar-se? Isto se acha plenamente ilustrado na Sua atitude para com o sábado. E nós poderíamos levantar uma interrogação ainda mais decisiva: Se a acomodação é o Seu princípio de ação, como sabemos nós quando Ele está Se acomodando à ignorância e aos preconceitos, e quando não está?

Algumas definições serão de grande valia no nosso entendimento da Bíblia como a Palavra de Deus.

Aqueles que aceitam a Bíblia como a Palavra de Deus são constantemente acusados de tomar a Bíblia “ao pé da letra”. Como é geralmente apresentada, a pergunta “Você crê na Bíblia ao pé da letra?” é semelhante àquela outra: “Você já deixou de bater na sua mulher?”. Tanto um “Sim” como um “Não” condenará aquele que responder. Sempre que a pergunta é feita, a expressão “ao pé da letra” deve ser cuidadosamente definida. Aceitar a Bíblia literalmente não significa que não reconheçamos que na Escritura se usam figuras de linguagem. Quando Isaías diz “as árvores do campo baterão palmas” (Isaías 55.12) e o salmista diz que “os montes saltaram como cordeiros” (Salmo 114.4,6), não se deve pensar que aquele que aceita a Bíblia ao pé da letra considera tais declarações como literais. Não!

(2) Clark, Gordon. “Can I Trust My Bible?” (“Posso Confiar na Minha Bíblia?”) p. 15-16 Chicago: Moody Press.

Na Bíblia existe poesia, tanto quanto prosa e outras formas literárias. cremos que a Bíblia deve ser interpretada no sentido em que os autores pretendiam que ela fosse recebida pelos leitores. Este é o mesmo princípio que se aplica quando lemos o jornal. E é extremamente fácil distinguir entre as figuras de linguagem e as declarações que um escritor pretende que os seus leitores tomem ao pé da letra.

Este ponto de vista contrasta com o daqueles que não tomam a Bíblia “ao pé da letra”. Frequentemente eles tentam tangenciar a intenção clara da autoridade, insinuando que os registros bíblicos de certos acontecimentos (como, por exemplo, a queda do homem e os milagres) são meramente histórias fictícias para ilustrar e transmitir uma profunda verdade espiritual.

Aqueles que sustentam este ponto de vista dizem que, tal como a verdade: “Não mate a galinha dos ovos de ouro”, assim depende da verossimilhança literal da fábula de Escopo, assim também nós não necessitamos insistir na historicidade dos acontecimentos e registros da Bíblia para poder aproveitar e entender a verdade que eles transmitem. Alguns escritores modernos têm aplicado este princípio até à cruz e à ressurreição de Jesus Cristo. A expressão “tomar a Bíblia ao pé da letra”, portanto, é ambígua e deve ser definida cuidadosamente, a fim de evitar uma tremenda confusão.

Outro termo muito importante que precisamos definir claramente é “infallibilidade”. Que quer dizer este termo, e que não quer dizer? Pode-se evitar muita confusão mediante uma definição clara deste ponto.

Uma tentação a evitar é aquela de impor aos escritores bíblicos os nossos padrões do século XX para a precisão e a exatidão científica e histórica. Por exemplo: A Escritura descreve as coisas fenomenologicamente — isto é, como elas aparentam ser. Fala do sol nascendo e pondo-se. Ora, sabemos que o sol realmente não nasce nem se põe, e sim que a terra gira. Mas nós mesmos usamos “o nascer do sol” e “o por do sol”, mesmo numa época de luzes científicas, porque esta é uma maneira conveniente de descrever o que aparenta ser. Então não podemos acusar a Bíblia de erro quando ela fala fenomenologicamente. O fato de ela falar desta maneira tornou-a clara aos homens de todas as épocas e culturas.

Nos tempos antigos não havia os mesmos padrões de exatidão em questões históricas. Algumas vezes, por exemplo, usam-se números redondos em lugar de números exatos. Quando a polícia calcula uma multidão, sabemos que o número não é exato, mas tem aproximação suficiente para o propósito em mira.

Alguns erros aparentes são obviamente erros de transcrição, o que significa a necessidade dum trabalho cuidadoso para estabelecer o texto verdadeiro.

Discutiremos isto mais completamente no capítulo que estuda se podemos ou não confiar nos documentos da Bíblia.

Existem alguns outros problemas para os quais por enquanto não possuímos uma explicação fácil. Devemos admiti-lo com franqueza, lembrando-nos de que em muitas ocasiões, no passado, os problemas se resolveram por si mesmos quando foi possível obter dados mais abundantes. A posição lógica, então, pareceria ser que onde existem áreas de conflito aparente, devemos conservar o problema em suspenso, reconhecendo nossa atual incapacidade para explicá-lo, mas aguardando a possibilidade de novos dados. A presença de problemas não nos impede de aceitar a Bíblia como a sobrenatural Palavra de Deus.

Carnell expressou isto sucintamente: “Há um paralelo íntimo entre a ciência e o Cristianismo que bem poucos, surpreendentemente, parecem perceber. Enquanto o Cristianismo presume que tudo na Bíblia é sobrenatural, o cientista presume que tudo na natureza é racional e sujeito à ordem. Ambas as ideias são hipóteses — baseadas, não em todas as evidências, mas nas evidências ‘da maioria dos casos’. A ciência sustenta religiosamente a hipótese de que tudo da natureza é mecânico, embora, para dizer a verdade, o misterioso elétron fique saltando dum lado para outro, como declara o princípio da incerteza de Heisenberg. E como a ciência justifica sua hipótese de que tudo na natureza é mecânico, quando admite, por outras razões que muitas áreas da natureza não parecem conformar-se a este modelo? A resposta é que, uma vez que se observa, na natureza, a regularidade ‘na maioria dos casos’, a hipótese mais cabível é presumir que é a mesma coisa através do todo”. (3)

Um auxílio muito útil nas aparentes contradições da Bíblia é *Some Alleged Discrepancies in the Bible* (“Algumas Pretensas Discrepâncias da Bíblia”), de John W. Haley (Editora *Gospel Advocate*).

Mais uma indicação de que a Bíblia é a Palavra de Deus reside no apreciável número de profecias cumpridas que ela encerra. Não se trata, no caso destas, de vagas generalidades como as profecias dos modernos adivinhos — “Um belo homem aparecerá brevemente em sua vida”. Predições desse tipo são susceptíveis de fácil interpretação errada. Muitas profecias bíblicas são específicas em suas minúcias, e a autenticação e a veracidade do profeta descansa nessas minúcias. A própria Escritura deixa claro que a profecia cumprida é uma das evidências da origem sobrenatural da palavra dos seus profetas (Jeremias 28.9). A falta de cumprimento desmascararia um falso profeta: “Se disseres no teu coração: Como conhecerei a palavra que o Senhor não falou? sabe que quando esse profe-

(3) Carnell, E. J. “An Introduction to Christian Apologetics” (“Uma Introdução à Apologética Cristã”), p. 208. Grand Rapids: Wm. Eerdmans, 1950.

ta falar, em nome do Senhor, e a palavra dele se não cumprir nem suceder, como profetizou, esta é palavra que o Senhor não disse; com soberba a falou o tal profeta; não tenhas temor dele” (Deuteronômio 18.21,22).

Isaías vincula o desmascaramento dos falsos profetas à falta de cumprimento de suas profecias sobre o futuro. “Trazei e anunciai-nos as coisas que hão de acontecer; relatai-nos as profecias anteriores, para que atentemos para elas, e saibamos se se cumpriram; ou fazei-nos ouvir as coisas futuras. Anunciai-nos as coisas que ainda hão de vir, para que saibamos que sois deuses” (Isaías 41.22, 23).

Há várias espécies de profecias. Um grupo trata das predições sobre um Messias vindouro, o Senhor Jesus Cristo. Outras tratam de eventos históricos específicos, e ainda outras tratam dos judeus. É muito significativo que os primitivos discípulos citavam constantemente as profecias do Antigo Testamento para demonstrar que Jesus cumpriu minuciosamente as profecias feitas com muitos anos de antecedência.

Podemos mencionar apenas um número reduzido, mas representativo, destas profecias.

Nosso Senhor refere-se às profecias de predição, em relação a Ele mesmo, naquele que deve ter sido um dos mais empolgantes estudos bíblicos da História. Depois da conversa com dois discípulos na estrada para Emaús, Ele disse: “Ó néscios, e tardos de coração para crer tudo o que os profetas disseram!... E, começando por Moisés, percorrendo por todos os profetas, expunha-lhes o que a seu respeito constava em todas as Escrituras” (Lucas 24.25,27).

Isaías 52.13—53.12 é o exemplo mais destacado da profecia de predição a respeito de Cristo. Está cheio de situações que não podiam ser forjadas com antecipação numa tentativa de exhibir cumprimento. São situações que abarcam Sua vida, Sua rejeição no ministério, Sua morte, Seu sepultamento, e Suas reações diante dos processos judiciais injustos.

Miquéias 5.2 é uma ilustração impressionante, tanto da predição a respeito de Cristo quanto de minúcias históricas. “E tu, Belém Efrata, pequena demais para figurar como grupo de milhares de Judá, de ti me sairá o que há de reinar em Israel, e cujas origens são desde os tempos antigos, desde os dias da eternidade”. Foi necessário um decreto do poderoso César Augusto para levar este evento ao cumprimento.

As predições tratavam não somente do Messias vindouro, mas também de reis, nações e cidades. Talvez a mais notável delas (Ezequiel capítulo 26) tem a ver com a cidade de Tiro. Aqui se dá toda uma série de pequenos detalhes sobre

como Tiro seria destruída, de como essa destruição seria tão completa e o fato de que ela jamais seria reconstruída (cf. v. 4). Como esta profecia cumpriu-se por etapas, no ataque de Nabucodonosor e por meio da brutal investida de Alexandre o Grande, é uma ilustração assombrosa da exatidão e realidade da profecia de predição na Bíblia.

Finalmente, vêm as notáveis profecias a respeito do povo judeu, os israelitas. Mais uma vez apenas umas poucas destas surpreendentes profecias podem ser citadas.

A dispersão deles foi predita por Moisés e Oséias: “O Senhor te fará cair diante dos teus inimigos... e serás espalhado por todos os reinos da terra” (Deuterônimo 28.25). “O meu Deus os rejeitará, porque não o ouvem; e andarão errantes entre as nações” (Oséias 9.17). Foram preditos a perseguição e o desprezo: “Eu os farei objeto de espanto, calamidade, para todos os reinos da terra, opróbrio e provérbio, escárnio e maldição em todos os lugares para onde os arrojarei” (Jeremias 24.9). O capítulo 31 de Jeremias faz o espantoso vaticínio da restauração de Israel como nação. Durante séculos, isto foi considerado inimaginável. Todavia, alguns acontecimentos em nossos dias bem podem ser pelo menos um cumprimento parcial destas profecias. Todos os observadores concordam em que o restabelecimento de Israel como nação, em 1948, é um dos surpreendentes fenômenos políticos do nosso tempo.

Não se pode contestar a realidade da profecia cumprida. Muitas profecias não teriam possibilidade de haverem sido escritas depois dos acontecimentos preditos.

Existe, além disso, uma multidão de fragmentos de evidências sobre os quais uma pessoa pode razoavelmente basear a sua crença de que a Bíblia é a Palavra de Deus. Tão úteis quanto são estas evidências, o testemunho do Espírito Santo é o que no final das contas leva alguém a crer que a Bíblia é a Palavra de Deus. Quando tal pessoa avalia as evidências, e enquanto lê a Bíblia, “surge-lhe como um alvorecer,” para usar a frase de Gordon Clark, o fato de que ela é a Palavra de Deus. (4) Esta compreensão é obra do Espírito Santo. Mas a obra do Espírito é feita sempre com algum propósito. Isto inclui tanto a apresentação de *razões* para crer como a explicação da própria mensagem da Escritura.

Os dois discípulos na estrada de Emaús perguntaram: “Porventura não nos ardia o coração?” Esta mesma experiência temos nós quando, pelo Espírito Santo, chegamos à convicção de que a Bíblia é a Palavra de Deus, alimentamo-nos nela e a partilhamos com os outros.

(4) Clark. Obra citada, pág. 27.

6

são fidedignos os documentos da Bíblia?

Faz alguns anos uma revista importante publicou um artigo propondo-se a demonstrar que há milhares de erros na Bíblia.

Como sabemos que o texto da Bíblia, tal como o possuímos hoje, tendo chegado até nós por intermédio de tantas traduções e versões através dos séculos, não é apenas um pálido reflexo do original? Que garantias temos de que a mensagem original da Bíblia não foi totalmente obscurecida por emissões e acréscimos? Que diferença faz a exatidão histórica da Bíblia? Na verdade, a única coisa que tem importância é a mensagem!

O Cristianismo, entretanto, está arraigado na História. Jesus Cristo foi contado num recenseamento romano. Se as referências históricas da Bíblia não são verdadeiras, dúvidas graves podem ser levantadas a respeito da fidedignidade de outras partes da mensagem, baseada em acontecimentos históricos. Semelhantemente é essencial para nós saber que em nosso tempo possuímos substancialmente os mesmos documentos que o povo tinha há quase 2.000 anos. E como sabemos que os livros que temos agora são aqueles que deveriam estar na Bíblia? Ou, que outros não devem estar incluídos? Estas perguntas merecem resposta.

Se crermos que a Bíblia é a Palavra de Deus, inspirada verbalmente, o trabalho de estabelecer com precisão o texto é extremamente importante. A esta tarefa chama-se crítica textual. Ela está relacionada com a fidedignidade do texto, isto é, como o nosso texto em voga coincide com os originais e quão acuradamente os antigos manuscritos foram copiados.

Examinemos resumidamente os dados, tanto para o Antigo quanto para o Novo Testamento.

É sabido que a obra dum escriba consistia numa tarefa altamente profissional e cuidadosamente executada. Era também uma tarefa empreendida por um judeu devoto, num ato da mais profunda devoção. Uma vez que acreditava estar

lidando com a Palavra de Deus, ele estava agudamente atento à necessidade dum cuidado e duma precisão extrema. Não existem cópias completas do Antigo Testamento hebraico mais antigas que do ano 900 d.C., aproximadamente, mas parece evidente que o texto foi preservado muito cuidadosa e fielmente desde pelo menos 100 ou 200 d.C.

Pode-se obter uma amostra disto através da comparação de algumas traduções do hebraico para o latim e o grego, feitas por essa época. Esta comparação revela o trabalho cuidadoso no copiar o texto hebraico durante aquele período. O texto que data de cerca do ano 900 d.C. é chamado de “Texto Massorético” porque foi produzido pelos escribas conhecidos como os “massoretas”. Todas as cópias atuais do texto hebraico que vêm daquele período estão em notável acordo, atestando a perícia dos escribas nas revisões dos manuscritos.

Mas como poderíamos nós saber a respeito da exatidão e da autenticidade do texto nos tempos pre-massoréticos? A história dos judeus foi muito turbulenta, levantando questões quanto ao cuidado dos escribas durante aquele período agitado.

Em 1947 o mundo tomou conhecimento do que tem sido chamada a maior descoberta arqueológica do século. Em cavernas, no vale do Mar Morto, descobriram-se antigos vasos encerrando os já famosos Manuscritos do Mar Morto. Destes manuscritos infere-se que um grupo de judeus morou num lugar chamado Qumrân desde cerca de 150 a.C. até 70 d.C. A sociedade deles era comunitária, e funcionava muito semelhantemente a um mosteiro. Além do cultivo dos campos, eles gastavam o tempo estudando e copiando as Escrituras. Tornou-se evidente para eles que os romanos estavam por invadir a terra. Puseram seus rolos de couro em vasos e os esconderam em cavernas na encosta dos despenhadeiros ao ocidente do Mar Morto.

Pela providência de Deus os rolos sobreviveram sem ser incomodados até que foram descobertos acidentalmente, por um beduíno pastor de cabras, em fevereiro ou março de 1947. A descoberta acidental foi seguida duma cuidadosa exploração, e diversas outras cavernas contendo rolos têm sido localizadas. O achado incluía a mais antiga cópia manuscrita já conhecida do livro completo de Isaías, e fragmentos de quase todos os livros do Antigo Testamento. Demais disto, há uma cópia fragmentada contendo muito de Isaías capítulos 38–66. Os livros de Samuel, numa cópia esfarrapada, foram encontrados também, juntamente com dois capítulos completos de Habacuque. Descobriu-se ainda uma boa quantidade de documentos não bíblicos, incluindo os regulamentos da antiga comunidade.

A significação desta descoberta, para aqueles que se preocupam com a questão da exatidão do texto do Antigo Testamento, pode ser percebida facilmente. Num golpe espetacular foram saltados quase 1.000 anos, em termos de idade, dos manuscritos que agora possuímos. Pela comparação dos Manuscritos do Mar Morto com o texto massorético, obteríamos uma clara indicação da exatidão, ou da falta dela, na transmissão do texto pelo período de quase um milênio.

Que se aprendeu efetivamente? No cotejo do manuscrito de Isaías de Qumrân, capítulos 38—66, com aquele que tínhamos, os eruditos descobriram que “o texto se acha extremamente próximo ao nosso texto massorético. Uma comparação de Isaías capítulo 53 mostra que só 17 letras diferem do texto massorético. Dez destas são meras diferenças de soletração, como as nossas palavras ‘registro’ e ‘registro’, e não produzem absolutamente mudança no sentido. Outras quatro são diferenças muito insignificantes, tais como a presença da conjunção, que é muitas vezes uma questão de estilo. As outras três letras são a palavra hebraica para ‘luz’ que é agregada depois de “ele verá” no versículo 11. De 166 palavras neste capítulo, apenas esta única palavra está realmente em questão, e não muda absolutamente o sentido da passagem bíblica. Isto é típico do manuscrito inteiro”.

(1)

Outras testemunhas antigas atestam a precisão dos copistas que por fim nos ofereceram o texto massorético. Uma dessas é a tradução grega do Antigo Testamento, chamada a Septuaginta. É muitas vezes chamada LXX porque foi, segundo se supõe, feita por 70 sábios judeus em Alexandria. A melhor estimativa da sua data parece situar-se ao redor do ano 200 a.C.

Até à descoberta dos Manuscritos do Mar Morto, havia uma questão, quando a LXX era diferente do texto massorético, pela razão de existir a variante. Agora está evidenciado que o texto massorético não sofreu mudanças dignas de nota desde aproximadamente 200 a.C. Outros manuscritos entre os que foram descobertos mostram um tipo de hebraico que é muito semelhante àquele do qual a LXX foi traduzida. O manuscrito de Samuel, especialmente, assemelha-se à redação da LXX. A LXX dá a impressão de ser mais uma tradução literal, de modo que os nossos manuscritos são cópias excelentes da tradução original.

Outra testemunha antiga é a evidência de um terceiro tipo de texto semelhante àquele, e que foi preservado pelos samaritanos. Atualmente ainda sobrevivem cópias dos velhos manuscritos do Pentateuco em Nablus, Palestina.

(1) Harris, R. Laird. “How Reliable is the Old Testament Text? Can I Trust my Bible?” (“Até que Ponto o Texto do Antigo Testamento Merece Confiança? Posso Confiar na minha Bíblia?”), p. 124. Chicago. Moody Press, 1963. Esta obra deve ser consultada para uma discussão breve, porém completa da questão.

Em 200 a.C. existiam três tipos principais de texto. Para nós a questão é: Qual é a versão original do Antigo Testamento, à luz destas três “famílias” de textos a escolher?

Podemos concluir com R. Laird Harris: “Agora podemos ter certeza de que os copistas trabalharam com grande cuidado e precisão no Antigo Testamento, até mesmo no longínquo 225 a.C. Naquele tempo havia dois ou três tipos de texto à disposição para copiar. Entretanto, estes textos diferiam tão pouco entre si que podemos inferir que copistas ainda mais antigos haviam também transmitido fiel e cuidadosamente o texto do Antigo Testamento. Sem dúvida, só um precipitado ceticismo é que atualmente negaria que temos o nosso Antigo Testamento numa forma muito próxima àquela usada por Esdras, quando ele ensinava a Lei aos que haviam voltado do cativeiro babilônico.” (2)

E quanto ao Novo Testamento? Mais uma vez, baseada nas evidências, surge a convicção de que temos em nossas mãos um texto que não difere em nenhum caso substancial dos originais dos diversos livros tal como eles vieram das mãos dos escritores humanos. O grande sábio F. J. A. Hort disse que, com exceção de insignificantes variações da gramática ou soletração, não mais do que um milésimo do Novo Testamento inteiro é afetado pelas diferenças de redação. (3)

O Novo Testamento foi escrito em grego. Mais de 4.000 manuscritos do Novo Testamento, ou de partes dele, sobreviveram até os nossos dias. E se acham em diferentes tipos de material. O material comumente usado para escrever no começo da era cristã era o papiro. Era feito de juncos e tinha muita durabilidade. Nos últimos 50 anos têm-se descoberto muitos restos de documentos escritos em papiro, inclusive fragmentos de manuscritos do Novo Testamento.

O segundo material em que se faziam os manuscritos gregos era o pergaminho. Este consistia na pele de carneiro ou de bode, polida com pedra pomes. Foi usado até os fins da Idade Média, quando o papel começou a substituí-lo.

As datas dos documentos do Novo Testamento indicam que eles foram escritos dentro da vida dos contemporâneos de Cristo. Ainda estavam vivas pessoas que podiam lembrar-se das coisas que Ele disse e fez. Muitas das cartas de Paulo são ainda mais antigas que alguns dos Evangelhos. (4)

As evidências da existência antiga dos escritos do Novo Testamento são claras. A riqueza de materiais para o Novo Testamento torna-se ainda mais evi-

(2) Ibidem, págs. 129, 130.

(3) Westcott, B. F. e Hort, F. J. A., (Eds.) “New Testament in Original Greek” (“O Novo Testamento no Grego Original”), v. II, p. 2, 1881.

(4) Bruce, F. F. “The New Testament Documents: Are They Reliable?” (“Merece Confiança o Novo Testamento?”). Grand Rapids: Wm. B. Eerdmans. Contém uma discussão completa das datas dos documentos antigos e de outras questões relacionadas.

dente quando a comparamos com outros documentos antigos que têm sido aceitos sem discussão. Observa Bruce que só existem nove ou dez manuscritos bons da *Guerra Gálica*, de César. O mais antigo destes manuscritos foi preparado uns 900 anos depois do tempo de César. A *História de Tucídides* (cerca de 460—400 a.C.) nos é conhecida por meio de oito manuscritos, o mais antigo dos quais pertence ao ano 900 d.C. aproximadamente, e uns poucos restinhos de papiros que pertencem ao começo da era cristã, aproximadamente. Acontece o mesmo com a *História de Heródoto* (cerca de 480—425 a.C.). No entanto, nenhum estudioso daria ouvidos a um argumento de que a autenticidade de Heródoto ou Tucídides está em dúvida porque os manuscritos mais antigos de sua obra que tem qualquer utilidade para nós são mais de que 1.300 anos mais recentes que os originais.” (5)

Em contraste com isso existem dois excelentes manuscritos do Novo Testamento do quarto século. Fragmentos de cópias de livros do Novo Testamento em papiro datam de 100 a 200 anos ainda mais cedo. Talvez a peça antiga entre os dados que possuímos seja um fragmento dum códice de papiro com João 18.31—33.37. É datado de cerca de 130 d.C.

Mais evidências em favor da autenticidade do Novo Testamento vêm de outras fontes. São estas as referências e citações dos livros do Novo Testamento, tanto da parte dos amigos quanto dos inimigos do Cristianismo. Os Pais Apostólicos, escrevendo a maior parte deles entre 90 e 160 d.C., dão indicações da sua familiaridade com a maioria dos livros do Novo Testamento.

Parece evidente, de recentes descobertas, que a escola gnóstica de Valentino estava também familiarizada com a maior parte do Novo Testamento. (6)

Existem outras duas fontes de dados para determinar a autenticidade dos livros do Novo Testamento. A primeira fonte são as versões. Versões são os manuscritos que foram traduzidos do grego para outras línguas. Três grupos destas são da maior significação: as versões siríacas, as egípcias ou cópticas, e as latinas. Pelo cuidadoso estudo das versões têm sido revelados indícios importantes quanto aos manuscritos gregos originais de onde elas foram vertidas.

Finalmente, existem as evidências dos lecionários, os trechos para leitura usados nos cultos públicos das igrejas. Nos meados do século XX mais de 1.800 desses trechos para leitura haviam sido classificados. Há lecionários dos Evangelhos, dos Atos e das Epístolas. Embora eles não tenham aparecido antes do sexto

(5)Ibidem, p. 16, 17.

(6) Ibidem, p. 19.

século, o próprio texto do qual eles fazem a citação pode ser antigo e de alta qualidade. (7)

Ainda que tenha havido muitas mudanças nas muitas cópias dos escritos do Novo Testamento, a maior parte dessas mudanças é secundária. A ciência da crítica textual, que é muito exigente, nos deu condições de estar seguros do texto verdadeiro do Novo Testamento. Em lugar de partilhar do “alarme” da revista *Look* com todos os “erros” que ela preferiu chamar aquelas variações secundárias da Bíblia, podemos descansar com a conclusão do falecido Sir Frederic Kenyon, mundialmente famoso como estudioso dos manuscritos antigos. Disse ele: “O intervalo, então, entre as datas da composição original e da mais antiga prova existente, torna-se tão pequeno a ponto de poder ser realmente desprezível, de modo que o último alicerce, para qualquer dúvida de que as Escrituras nos vieram substancialmente tal como foram produzidas, foi agora afastado. A autenticidade, tanto como a integridade geral dos livros do Novo Testamento, pode ser considerada como finalmente estabelecida.”

Uma pergunta intimamente ligada à da fidedignidade dos textos que temos, é esta: “Como sabemos que os livros da nossa Bíblia, e não outros, são aqueles que deveriam estar nela?” Esta é chamada a questão do cânon. Estão implicados nela problemas diferentes quanto ao Antigo e ao Novo Testamento.

A Igreja Protestante aceita igualmente os mesmos livros do Antigo Testamento que os judeus tinham, e como Jesus e os apóstolos os aceitavam. A Igreja Católica Romana, desde o Concílio de Trento em 1546, inclui os 14 livros apócrifos. A ordem na Bíblia em português segue a da Septuaginta. Esta é diferente da Bíblia hebraica, na qual os livros estão divididos em três grupos: a Lei (Gênesis a Deuteronômio), divisão também conhecida como Torah ou Pentateuco; os Profetas, incluindo os Profetas Anteriores (Josué, Juízes, Samuel, Reis) e os Profetas Posteriores (Isaías, Jeremias, Ezequiel e o Livro dos Doze — Oséias a Malaquias); e os Escritos, com os livros restantes do cânon do nosso Antigo Testamento.

Os livros eram recebidos como autoridade por serem reconhecidos como expressão de homens inspirados por Deus a revelarem Sua Palavra. Como diz E. J. Young: “Quando a Palavra de Deus foi escrita, tornou-se Escritura, e visto que ela fora falada por Deus, possuía autoridade absoluta. Uma vez que ela era a Palavra de Deus, era canônica. O que determina a canonicidade dum livro, portanto, é o fato de que ele é inspirado por Deus. Daí, fazer-se uma distinção adequada

(7) Mickelsen, A. Berkley. “Is the Text of the New Testament Reliable? Can I Trust my Bible?” (“Merece Confiança o Texto do Novo Testamento? Posso Confiar na Minha Bíblia?”) p. 160.

entre a autoridade que os livros do Antigo Testamento possuem como divinamente inspirados e o reconhecimento dessa autoridade da parte de Israel.” (8)

Podemos ver este desenvolvimento na obra de Moisés. As leis promulgadas por ele e pelos profetas mais recentes destinaram-se a ser respeitadas como os decretos do próprio Deus. Assim eram elas consideradas então e também pelas gerações posteriores. A Lei foi negligenciada, é certo, mas a sua autoridade era reconhecida pelos líderes espirituais de Israel. Foi o reconhecimento desta autoridade que abalou Josias quando ele percebeu por quão longo tempo a Lei havia sido negligenciada (II Reis 22.11).

Quando examinamos os escritos dos profetas, salta à vista que eles achavam estarem falando com autoridade. “Assim diz o Senhor” e “Veio a mim a Palavra do Senhor, dizendo” são preâmbulos comuns de suas mensagens.

Não está claro sobre que bases a autoridade dos escritos foi aceita. Que ela *foi* aceita, entretanto, isso está claro. Nos tempos do Novo Testamento era costume descrever pelo menos alguns destes escritos como sendo as manifestações do Espírito Santo.

Nos começos da era cristã o termo “Escritura” havia chegado a significar um corpo definido de escritos divinamente inspirados que eram integralmente aceitos como autoridade. Nosso Senhor usou o termo neste sentido e foi perfeitamente entendido pelos Seus ouvintes quando disse: “a Escritura não pode falhar” (João 10.35). É interessante que não havia controvérsia entre o nosso Senhor e os fariseus sobre a autoridade do Antigo Testamento. A disputa surgiu porque eles haviam acrescentado a sua tradição e haviam atribuído a esta a mesma autoridade da Escritura. (9)

No Concílio de Jâmnia em 90 d.C., se sustentaram discussões informais a respeito do cânon. Se se tomaram decisões formais ou obrigatórias, é problemático. Parece que as discussões se concentraram, não sobre se certos livros deveriam ser incluídos no cânon, mas se certos livros deveriam ser excluídos. Em qualquer caso, os participantes reconheceram o que já estava aceito, e não trouxeram à existência aquilo que não existia. Em outras palavras, eles reconheceram, e não determinaram a canonicidade dos livros do Antigo Testamento como nós os temos.

Os livros apócrifos, é importante notar, nunca foram recebidos no cânon judaico e não eram considerados parte da Escritura inspirada, nem por judeus

(8) Kenyon, Sir. Frederic: “The Bible and Archaeology” (“A Bíblia e a Arqueologia”) conforme citação por F. F. Bruce no livro “The New Testament Documents: Are They Reliable?”

(9) Young, E. J. “The Canon of the Old Testament, Revelation and the Bible” (“O Cânon do Antigo Testamento, Revelação e a Bíblia”) p. 156; ed. C. F. Henry. Grand Rapids: Baker Book House, 1956.

nem por cristãos, nos primeiros séculos da era cristã. Isto se torna evidente dum estudo das obras de Josefo, o historiador judeu, e de Agostinho, o grande bispo norte africano de Hipona.

E é curioso que os escritores do Novo Testamento não citaram os apócrifos nem uma vez sequer.

Os livros apócrifos não pretendem ser a Palavra de Deus ou obra de profetas. Variam grandemente em conteúdo e valor. Alguns, como I Macabeus, foram escritos provavelmente lá para o ano 100 a.C. e têm valor como referência histórica. Outros se caracterizam mais pela lenda e são de valor insignificante. Embora a princípio não tenham sido incluídos, estes livros foram acrescentados posteriormente à LXX. Por esse meio chegaram eles a ser incluídos por Jerônimo na Vulgata Latina. Contudo, até mesmo Jerônimo só aceitava os livros do cânon hebraico. Ele considerava os outros apenas como de valor eclesiástico. Estava em desacordo com ele o procedimento posterior do Concílio de Trento, que, nos tempos da Reforma, elevou os apócrifos ao “status” canônico.

Quanto ao Antigo Testamento temos, de forma conclusiva, o testemunho do nosso Senhor a respeito da canonicidade dos 39 livros que agora possuímos.

Mas quanto aos livros do Novo Testamento?

Aqui, como no caso do Antigo Testamento, os livros ganharam canonicidade em virtude da sua inspiração, e não em razão de terem sido “votados” como canônicos por um grupo qualquer. A história do reconhecimento da canonicidade do Novo Testamento, contudo, é interessante. Boa parte do material do Novo Testamento alegava autoridade apostólica. Paulo e Pedro escreveram evidentemente com esta autoridade em mente. Pedro refere-se especificamente às canas de Paulo como sendo Escritura (II Pedro 3.15,16).

Judas (v. 18) diz que II Pedro 3.3 é palavra dos apóstolos. Primitivos Pais da Igreja, como Policarpo, Inácio e Clemente, mencionaram como autoridade uma porção de livros do Novo Testamento.

A investida da heresia nos meados do segundo século provocou a revivência da ideia de um cânon no pensamento dos cristãos. Chegou-se assim a delinear claramente o que tinha autoridade e o que não tinha. Irineu, e posteriormente Eusébio no terceiro século, nos fornecem mais luzes em seus escritos. A fixação final do cânon tal como o conhecemos ocorreu no quarto século. No Oriente, uma carta de Atanásio (367 d.C.) distingue claramente entre obras do cânon, descritas como fontes únicas de instrução religiosa, e outras que os crentes tinham permissão de ler. No Ocidente, o cânon foi fixado por decisão dum concílio eclesiástico reunido em Cartago, no ano 397 d.C.

Dum modo geral adotaram-se três critérios, durante este espaço de tempo, para estabelecer que determinados escritos eram o registro verdadeiro da voz e da mensagem duma testemunha apostólica. Primeiro: poderia ser atribuída a um apóstolo a autoria? Os Evangelhos de Marcos e Lucas não satisfazem especificamente este critério, mas foram aceitos como obras de companheiros íntimos dos apóstolos. Segundo: a questão do uso eclesiástico — isto é, aceitação dum livro por uma igreja importante ou pela maioria das igrejas. Terceiro: identidade com os padrões da sã doutrina.

Estes dados são úteis e interessantes, mas na análise final, como no problema da inspiração da Escritura, a canonicidade é uma questão de testemunho do Espírito no coração do povo de Deus.

Em dias de incerteza, que rocha firme é a Escritura para que nos afirmemos nela! “Passará o céu e a terra”, diz nosso Senhor, “porém as minhas palavras não passarão!”

a arqueologia ajuda?

Um dos estranhos paradoxos da nossa época é o ponto ao qual chegaram mais e mais pessoais nas suas dúvidas quanto à fidedignidade das Escrituras, apesar do fato de haver mais e mais evidências em prol da sua integridade. Há mais do que um século, os críticos questionavam muitas declarações históricas no Antigo Testamento. Consideravam-nas fictícias, puro fruto da imaginação. Mas nosso século é de descobertas sem precedentes, e a maior parte destas descobertas tem substanciado o registro bíblico. As declarações de estudiosos não-evangélicos são significantes. Dr. W. F. Albright, professor emérito da Universidade John Hopkins diz, “Não pode haver dúvida que a arqueologia tem confirmado a historicidade substancial da tradição veterotestamentária”. (1)

Millar Burrows, de Yale, declara, “Em regra geral, porém, a pesquisa arqueológica tem reforçado, de maneira indubitável, a confiança na integridade do relato bíblico. Mais do que um arqueólogo viu seu respeito pela Bíblia aumentar através da sua experiência de escavar na Palestina”. (2) Acresce ainda, “A arqueologia em muitos casos refutou os pontos de vista dos críticos modernos. Já comprovou, em várias ocasiões, que estas ideias se baseiam em pressuposições falsas e esquemas artificiais de desenvolvimento histórico que estão longe da verdade. Esta é uma contribuição real, que não deve ser menosprezada”. (3)

Sir Frederic Kenyon, ex-diretor do Museu Britânico, escreve: “É, portanto, legítimo dizer que, no que diz respeito àquela parte do Antigo Testamento contra a qual a crítica desintegrante da segunda parte do século dezenove, na sua maior parte, se dirigia, a evidência da arqueologia contribuiu para restabelecer sua autoridade e, ao mesmo tempo, incrementar seu valor ao torná-la mais inteligível a-

(1) Vos, Howard F. “An Introduction to Bible Archaeology” (“Introdução à Arqueologia Bíblica”) p. 121, citado do livro de W. F. Albright, “Arqueologia e a Religião de Israel”. Chicago Moody Press, s.d.

(2) Burrows, Millar. “What Mean These Stones?” (“Qual o Significado destas Pedras?”) p. 1. New Haven: American Schools of Oriental Research, 1941, citado por H. F. Vos, na obra citada.

(3) Ibidem, págs. 291, 292.

través dum conhecimento mais completo do seu pano de fundo e do seu meio ambiente. A arqueologia ainda não pronunciou sua última palavra, mas os resultados até hoje obtidos confirmam aquilo que a fé sugeriria — que a Bíblia só pode lucrar quando o conhecimento aumenta”. (4)

Mais recentemente, Nelson Glueck:, arqueólogo judeu de renome, fez esta declaração notável: “Nenhuma descoberta arqueológica tem entrado em controvérsia com uma referência bíblica, em ocasião alguma”. (5)

É claro, pois, que a arqueologia tem grande valor em nos dar uma compreensão mais límpida da narrativa e da mensagem da Bíblia, aos nos capacitar a compreender o meio-ambiente no qual se coloca. É igualmente claro que certos pontos que parecem constituir um conflito entre a narrativa bíblica e as informações previamente disponíveis, têm sido esclarecidos na medida em que novas informações têm surgido à lume. Parece, portanto, que a atitude lógica para com uma área de aparente conflito que ainda existe, seja conservar o assunto em aberto. Mais razoável do que tirar a conclusão que a Bíblia esteja errada, seria reconhecer a existência do problema, e deixar a solução em branco ao aguardar futuras descobertas. Tais descobertas novas tenderam no passado, vez após vez, a confirmar as Escrituras, e esta atitude seria, portanto, mais razoável do que declarar a Bíblia errada, sem mais nem menos.

Depois de ter dito isto, porém, é importante ressaltar que não podemos “comprovar” a Bíblia pela arqueologia, e que não *cremos* na Bíblia por causa de “provas” arqueológicas. É o Espírito Santo que, em última análise, confirma para nós a veracidade das Escrituras. Verdades espirituais nunca poderiam ser confirmadas pela arqueologia. Podemos, no entanto, ser gratos pelos detalhes históricos que já foram confirmados pela arqueologia, sem deixar de reconhecer que, aparentemente, ainda existem conflitos.

Quais são algumas das maneiras específicas pelas quais a arqueologia tem sido útil?

Foram localizados mais de 25.000 sítios que revelam alguma conexão com as terras bíblicas. Relativamente poucos têm sido explorados, e uma rica abundância de matéria ainda está esperando ser trazida à lume.

O maior corpo de evidência, para ser comparado com as Escrituras se acha nas inscrições orientais antigas. Pouquíssimos documentos contemporâneos têm sido descobertos na Palestina propriamente dita. É necessário tirar analogias das escritas de países vizinhos.

(4) Kenyon, Sir Frederic. Obra citada, pág. 279.

(5) Glueck, Nelson. “Rivers in the Desert” (Rios no Deserto”) p. 31.

Outra fonte principal de informações para comparar com as narrativas bíblicas tem sido a escavação arqueológica de sítios bíblicos.

O campo de informações e de correlações com os dados bíblicos é vasto, por isso só nos será possível ressaltar alguns aspectos de maior importância.

A vida e a época de Abraão são um bom exemplo da ajuda que a arqueologia pode nos prestar. Críticos da parte final do século passado e dos primeiros anos deste século tinham muitas dúvidas quanto à historicidade da narrativa bíblica de Abraão. Pensavam que fosse um nômade ignorante e bem primitivo. Achavam que não teria a mínima capacidade de ler, e que não possuiria mais conhecimentos de direito, de história, de comércio e de geografia do que um xequed beduíno no deserto da Arábia hoje em dia. Acreditavam que sua mudança de Ur para Harã tivesse sido apenas uma pequena migração nômade. Mas as descobertas de Sir C. Leonard Woolley nas suas escavações de Ur dos Caldeus demonstraram que estas ideias foram erros sérios.

“Descobrimos que Ur, na época de Abraão, foi uma cidade altamente desenvolvida. Os arqueólogos desenterraram residências de estilo adiantado, e muitas placas de barro que eram o equivalente de livros. Alguns destes eram recibos de transações comerciais; outros eram hinos dos templos; outros eram tabelas matemáticas com fórmulas para cálculo de raízes quadradas e cúbicas, e também de somas mais fáceis. Nos armazéns dos templos, acharam-se recibos de inúmeros objetos — ovelhas, queijo, lã, minério de cobre, óleo para lubrificar dobradiças — e listas dos salários de operárias. É tudo muito prático e curiosamente moderno.” (6)

“Tornou-se muito claro que Abraão era produto duma cultura brilhante e de alto desenvolvimento, e que deve ter significado muito para ele deixar tudo isto pela fé, ao sair para terras desconhecidas”. (7)

Como se pode datar estas descobertas? “Estas antigas cidades eram edificadas e reedificadas no mesmo sítio, de maneira que usualmente se acha uma grande sucessão de níveis, sendo que o nível mais baixo é naturalmente o mais antigo. As modas de louça mudavam, e em qualquer sítio escavado, datava-se uma moda específica, sabendo que louça semelhante achada em outras localidades seria do mesmo período. Os reis normalmente gravavam seus nomes nos soquetes das dobradiças das portas dos templos, e o nome da divindade seria igualmente mencionado. Pedras com inscrições frequentemente eram colocadas como alicerce dos muros de palácios e templos, como memorial do seu fundador.

(6) Short. A. Rendle. Obra citada pág. 137.

(7) Vos, Howard F. “Genesis and Archaeology” (“Gênesis e Arqueologia”) p. 52. Chicago: Moody Press, 1963.

Sepulturas reais usualmente se identificam da mesma maneira. Existem cópias, remontando até antes de 2.000 A.C., de listas compostas pelos escribas sumerianos, dos seus reis, segundo suas dinastias sucessivas, com anotações quanto à duração de cada reinado. A poucos quilômetros de Ur, uma pedra fundamental foi colocada por um rei de nome conhecido, da Primeira Dinastia de Ur, que os escribas descrevem como sendo a terceira dinastia depois do Dilúvio. Parece que este rei reinou 3.100 anos antes de Cristo, mais do que mil anos antes de Abraão.” (8)

A arqueologia oferece informações de grande alcance como pano de fundo para o estudo dos reis bíblicos. Os críticos têm questionado a historicidade destas narrativas. Os relatos da grandeza de Salomão têm sido recebidos com ceticismo especial. A Bíblia declara que tinha uma frota (I Reis 9.26) embora que a costa da Palestina não possua um porto para isto. Descreve suas riquezas como sendo fabulosas, o número dos seus cavalos e carros como sendo algo surpreendente (10.26). Seus projetos de obras de construção eram numerosos e de grande alcance. Fortificou as cidades de Jerusalém, Hazor, Gézer e Megido (9.15). Escavações extensivas foram realizadas em Megido. Detalhes interessantes destas instalações militares vieram à lume. De interesse especial são os estábulos de Salomão.

“Uma rua larga e pavimentada levava do portão da cidade de Megido até os estábulos de Salomão. O estábulo ao Sul media cerca de 70 metros por 90. Uma fileira de cinco estábulos individuais dava para o norte, com saídas para um pátio ou campo de paradas tendo quase 60 metros de cada lado. Um muro, chegando a ter um metro de grossura em certos pontos, tinha sido edificado ao redor deste pátio para evitar que as chuvas levassem a areia. Perto do centro do pátio havia uma cisterna ao nível do chão, feita de tijolos de barro seco, que provavelmente era empregada como reservatório de água para os cavalos beberem; tinha a capacidade de 11.000 litros de água. Dois cômodos retangulares ao longo dum lado desta área provavelmente serviam como garagens para os carros.”

“Cada estábulo individual consistia numa passagem central com cerca de três metros de largura, com o piso feito com reboque de cal. A cada lado desta, havia uma galeria de igual largura, separada da passagem central por uma fileira de pilares de pedra alterando-se com manjedouras de pedra com gamelas de 1,5 metros de largura, com o piso feito de entulho. Cada galeria tinha 25 metros de comprimento, com lugares para 15 cavalos, perfazendo um total de 150 cavalos

(8) Short, obra citada, p. 138.

para um estábulo do sul (com 5 estábulos individuais, cada um tendo duas galerias com 15 cavalos cada)". (9)

A fundição de metais de Salomão menciona-se em II Reis. Nas escavações de Ezriom-Géber um dos achados mais espetaculares foi o forno de fundição. Nelson Glueck escreve: "O melhor e maior alto forno e usina de refinaria já descoberto no Oriente Próximo antigo foi desenterrado no canto noroeste do sítio. Foi equipado com um sistema complicado de chaminés e de canais de ar, quase moderno no seu aspecto e na sua função". (10) Os ventos violentos que sopravam através do Arabá foram empregados para eliminar a necessidade de foles artificiais. A esta refinaria no porto marítimo de Salomão, eram trazidos os minérios que tinham sido parcialmente processados em fornos ao longo do Arabá do Sul (o vale que se estendia desde a extremidade sul do Mar Morto até ao Mar Vermelho). A maior parte daquilo que se sabe atualmente acerca destes sítios de mineração do Arabá deve-se ao trabalho de Nelson Glueck. Por exemplo, escavou Khirget Hahas (que em árabe significa "ruínas do cobre"), uns 33 km ao sul do Mar Morto. Minérios eram retirados da superfície nas vizinhanças e passaram pelo processo inicial de cozimento.

"O sítio é retangular, com os lados estreitos para o norte e para o sul. Uma cordilheira semicircular de colinas altas de arenito o cercam. Ao oriente há um pequeno uádi (riacho que não corre durante a estação seca). Entre as colinas, ao sul e ao oeste, com o uádi ao longo dos lados do leste e do norte, há uma área grande e aplanada, cheia das ruínas de muros, grandes construções, cabanas dos mineiros, fornos de fundição, e enormes pilhas de escórias pretas de cobre. Dois fornos, um quadrado e o outro circular, estão quase intactos. O quadrado é de blocos cortados de maneira grosseira, medindo três metros cada lado, e contendo dois compartimentos, um em cima do outro". (11)

Um memorial notável, comemorando um dos poucos incidentes da história de Moabe que consta dum relatório, sobreviveu até os nossos dias. Depois da morte de Acabe, Mesa, rei de Moabe, libertou-se do jugo de Jeorão, filho de Acabe, recusando-se a pagar tributo. Foi submetido a um cerco pelos reis de Israel, Judá e Edom. Tão grande era o aperto que Mesa finalmente ofereceu seu filho mais velho no muro como holocausto a Quemós, deus dos moabitas. O que aconteceu então não é claro, mas a implicação é que os três reis tiveram que abandonar o cerco.

(9) Vos, Howard F. "An Introduction to Bible Archaeology" ("Uma Introdução à Arqueologia Bíblica"), p. 75. Chicago: Moody Press, 1956.

(10) Glueck, Nelson, "Ezriom-Géber", *Bulletin of the American Schools of Oriental Research*, Out. 1939, p. 10. Citado por Vos, *ibidem*.

(11) Vos, *ibidem*, p. 79, 80.

Em 1868 um alemão de nome Klein achou uma pedra inscrita em Dibom, na terra de Moabe. Quando estava na Europa, para levantar dinheiro para comprá-la, os árabes aqueceram a pedra e depois jogaram água fria em cima dela para quebrá-la em pedaços e assim ganhar um preço mais elevado. Felizmente, uma impressão em gesso já tinha sido feita da pedra, possibilitando a restauração dos fragmentos e a leitura da inscrição. A pedra hoje se acha no Louvre, em Paris. A inscrição é feita numa forma primitiva do alfabeto fenício, e descreve como a pedra foi erguida por Mesa, rei de Moabe, para comemorar como ele, com o socorro de Quemós, tinha sacudido o jugo do rei de Israel. Certo número de localidades bíblicas mencionam-se, e o Deus de Israel é chamado Javé. (12)

A pesquisa e a descoberta arqueológica no caso do Novo Testamento tem sido de natureza um pouco diferente da do Antigo. Não se trata tanto de escavar à procura de edifícios enterrados ou de placas inscritas; pelo contrário, a arqueologia do Novo Testamento é mais uma questão de documentos escritos.

“Estes documentos podem ser inscrições públicas ou particulares, em pedra ou outra matéria igualmente durável; podem ser papiros tirados das areias do Egito, registrando textos literários ou listas de compras das donas de casa; podem ser notas particulares rabiscadas em pedaços de louça não vitrificada; podem ser as inscrições das moedas, conservando informações acerca dum soberano que teria sido olvidado, ou algum ponto de propaganda oficial para impressionar as pessoas que usavam as moedas. Podem constituir a coletânea de sagradas Escrituras duma igreja, como é o caso dos papiros bíblicos Chester Beatty; podem ser tudo quanto sobrou duma comunidade religiosa antiga, como é o caso dos rolos de Cunrã, ou dos textos gnósticos de Nag Hammadi. Mas seja qual for sua natureza, podem ser tão importantes para o estudo do Novo Testamento como são os tabletes cuneiformes para o estudo do Antigo Testamento”. (13)

Os documentos em papiros têm oferecido uma riqueza em informações. O povo comum escrevia cartas em papiro, e guardava registros das transações comerciais da vida diária escritos no mesmo material. Um material para escrita ainda mais barato era fornecido pelos cacos de louça quebrada, chamados *ostraca*. Foram empregados para neles rabiscar-se anotações avulsas. Um dos grandes significados destes materiais, descobertos em antigos montes de lixo, tem sido demonstrar a conexão existente entre a linguagem da vida diária do povo comum e o grego empregado na maior parte do Novo Testamento. Há muito, tem sido reconhecido que há grandes diferenças entre o grego da literatura clássica e o do

(12) Short, obra citada, p. 184.

(13) Bruce, F. F. “Archaeological Confirmation of the New Testament” “Revelation and the Bible” (artigo “Confirmação Arqueológica do Novo Testamento” no livro “Revelação e a Bíblia”), p. 320, ed. C. F., Henry, Grand Rapids: Baker Book House, 1958.

Novo Testamento. Alguns estudiosos chegaram ao ponto de sugerir, que o grego neotestamentário fosse uma linguagem celestial, criada com o propósito de se registrar a revelação cristã. Mas, através, das descobertas dos papiros, tornou-se óbvio que o grego neotestamentário era muito semelhante à língua do povo comum.

Em 1931, a descoberta duma coletânea de textos em papiro das Escrituras em grego foi publicamente noticiada. Veio a ter o nome de “Papiros Bíblicos Chester Beatty”. F.F. Bruce diz que parece evidente que esta coletânea formasse a Bíblia da alguma igreja egípcia longe dos centros populosos; consiste em 11 códices fragmentários. Três deles, no seu estado completo, continham a maior parte do Novo Testamento. Um continha os Evangelhos e Atos, outro, as nove cartas de Paulo às igrejas, e a Epístola aos Hebreus, e o terceiro continha o Apocalipse. Todos os três foram escritos no terceiro século d.C. O códice paulino, mais antigo dos três, foi escrito no começo do terceiro século. Mesmo no seu atual estado de mutilação, estes papiros têm trazido um testemunho importantíssimo quanto à história textual primitiva do texto do Novo Testamento. Contribuíram com evidência valiosíssima para a identificação do tipo “cesareiano” de texto. (14)

Estes exemplos demonstram a importância das descobertas de papiros.

Inscrições em pedras tem sido outra fonte valiosa de informações. Um exemplo disto é o edito de Cláudio gravado em pedra calcária em Delfos, na Grécia central. “Este edito deve ser datado rios primeiros sete meses do ano 52 d.C. (quanto à sua promulgação), e menciona Gálio como sendo pro cônsul da Acaia. Sabemos de outras fontes, que o pro consulado de Gálio teve a duração de um ano, e sendo que os pro cônsules entravam no seu período de ofício no dia primeiro de julho, a inferência é que Gálio tenha recebido o pro consulado naquela data, em 51 d.C. Mas este termo de ofício de Gálio na Acaia coincidiu parcialmente com o ministério de dezoito meses de Paulo em Corinto (Atos 18.11-12), de modo que a inscrição de Cláudio nos dá um ponto fixo na história, para reconstruir a cronologia da carreira de Paulo”. (15)

Lucas faz tantas referências específicas a pessoas e localidades que seus escritos são mais passíveis de serem ilustrados por este tipo de material do que outras partes do Novo Testamento. Sua exatidão nos detalhes já tem sido completamente estabelecida. Nos pontos nos quais dúvidas tem sido levantadas contra ele, tem sido vindicado várias vezes, pelas evidências novas. Bruce esclarece: “Por exemplo, sua referência em Lucas 3:1 a “Lisânias tetrarca de Abilene” na época do começo do ministério de João Batista (27 d.C.), tem sido considerada

(14) Ibidem, p. 323.

(15) Ibidem, p. 324.

errônea porque o único monarca com este nome que se conhecia daquela área entre os historiadores antigos era o Rei Lisânias que Antônio executou por instigação de Cleó-patra em 36 a.C. Porém, uma inscrição grega de Abila (28 km ao oeste-noroeste de Damasco), que dá seu nome ao território de Abileno, registra uma dedicação feita por um certo Ninfeo, “liberto de Lisânias, o tetrarca”, entre 29 e 14 d.C., perto do período indicado por Lucas”. (16)

Um dado raro foi descoberto em 1945. Eleazar L. Sukenik achou dois ossuários, ou receptáculos para ossos, perto do subúrbio jerusalemita de Talpiote. A câmara de sepultura perto da qual foram achados estava em uso nos anos antes de 50 d.C. É possível, segundo Bruce, “que aqui tenhamos relíquias da comunidade cristã em Jerusalém dos primeiros anos da sua existência”. (17)

Algumas informações que esclarecem o pano de fundo de partes da história do Novo Testamento têm sido tiradas de moedas. Uma das questões cruciais para se estabelecer a cronologia da carreira de Paulo é a data de Festo tomar o lugar de Félix como procurador da Judeia (Atos 24.27). Uma nova série de moedas da Judeia começa no quinto ano de Nero, antes de outubro de 59 d.C. Isto possivelmente indica o começo do novo termo de ofício da procuradoria.

Algumas localidades sagradas já foram estabelecidas com certeza, e áreas generalizadas também têm sido identificadas. Tem sido mais fácil estabelecer áreas de modo geral, do que as localidades exatas onde ocorreram muitos dos acontecimentos registrados do Novo Testamento. Jerusalém foi destruída em 70 d.C., e uma nova cidade pagã foi edificada no seu sítio em 135 d.C. Isto complicou a identificação de lugares em Jerusalém mencionados nos Evangelhos e em Atos. Alguns, porém, como a área do Templo e o tanque de Siloé, ao qual Jesus mandou o cego para se lavar (João 9.11), tem sido claramente identificados.

A arqueologia é uma assistência real no entender a Bíblia. Produz informações fascinantes que lançam luz sobre aquilo que, em outras circunstâncias, ficaria obscurecido, e em certos casos, até confirma fatos que sem ela, teriam sido alvos de dúvidas.

Podemos concordar com Sir Frederic Kenyon quando diz, “Na minha opinião, a coisa verdadeira e valiosa que se deve dizer no assunto da arqueologia, não é que prova a Bíblia, mas que ilustra a Bíblia... A contribuição da arqueologia ao estudo da Bíblia tem sido alargar e aprofundar nosso conhecimento do meio ambiente da narrativa bíblica, e especialmente da do Antigo Testamento... A tendência de todo este conhecimento adicional tem sido confirmar a autoridade

(16) Ibidem, pág. 327.

(17) Ibidem, pág. 328.

dos livros do Antigo Testamento além de lançar luzes sobre sua interpretação. A crítica destrutiva agora tem que se defender, enquanto o homem comum pode ler sua Bíblia confiante que, apesar de tudo aquilo que a pesquisa moderna possa postular, a Palavra do nosso Deus está firme para sempre”. (18)

(¹⁸) Sir Frederic Kenyon, citado por A. Rendle Short em “Modern Discovery and the Bible” (“A Bíblia e a Descoberta Moderna”).

8

os milagres são possíveis?

“Você realmente crê que Jonas foi engolido por uma baleia? E pensa com seriedade que Jesus realmente alimentou 5.000 pessoas com cinco pães e dois peixes?” Assim vai a tendência das perguntas de muitas pessoas hoje em dia, e este é seu tom. Decerto, dizem, estas histórias de “milagres” na Bíblia devem ser maneiras curiosas de transmitir verdades espirituais, e que não era a intenção serem tomadas ao pé da letra.

Com tantas perguntas, é muito importante discernir o problema que jaz em sua raiz, do que se envolver em debater um broto ou um galho. O problema de quem levanta a pergunta não é o assunto dum milagre específico, mas, de modo geral, com o princípio inteiro. Só comprovar o milagre em questão não seria responder sua pergunta. Sua controvérsia é com o princípio total da possibilidade de haver milagres.

A pessoa que têm dificuldades em aceitar milagres, muitas vezes acha difícil aceitar a profecia de predição. Estes problemas surgem dum conceito fraco sobre Deus. O problema real não é, pois, o assunto dos milagres ou das profecias; é com o conceito de Deus. Uma vez que aceitamos a existência de Deus, não há problemas quanto aos milagres, porque Deus por definição é onipotente. Na ausência de tal conceito de Deus, porém, o conceito dos milagres é extremamente difícil, senão impossível, de se aceitar.

Este fato imprimiu-se claramente na minha mente um dia, enquanto debatia a divindade de Cristo com um professor japonês amigo. “Eu acho muito difícil crer”, disse, “que um homem pode vir a ser Deus”. Sentindo seu problema, respondi, “Sim, Kinichi, eu também, mas creio que Deus se pode tornar homem”. Num relance, percebeu a diferença, e não muito depois disto, se tornou cristão.

A pergunta, pois, é realmente, “Existe um Deus onipotente, Criador do universo?” Se existe, teremos poucas dificuldades em crer nos milagres pelos

quais Deus transcende as leis naturais das quais Ele mesmo é Autor. É importante conservar em mente esta questão fundamental ao debater os milagres.

Já foi discutido acima o motivo pelo qual sabemos que Deus existe.

David Hume e outros definiram o milagre como sendo uma violação duma lei natural. Aceitar tal ponto de vista, porém, é praticamente deificar a lei natural, atribuindo-lhe a maiúscula de personalidade a tal ponto que, qualquer Deus que porventura existisse teria que se tornar o prisioneiro da Lei da Natureza, e, como consequência deixar de ser Deus.

Nesta moderna época científica, as pessoas tendem a personificar a ciência e a lei natural. Não conseguem entender que estas são os resultados impessoais de observação. O cristão crê na lei natural — isto é, que as coisas se comportam dentro dum relacionamento causa-efeito em quase todas as ocasiões. Mas, ao manter isto, não restringe o direito e o poder de Deus de intervir quando e como quiser. Deus está sobre, acima de, e fora de, qualquer lei natural, e não está submisso a ela.

As leis não causam as coisas na mesma maneira que Deus é causa. Não passam de meras descrições daquilo que acontece.

O que é um milagre, na realidade? Empregamos o termo de maneira frouxa, hoje em dia. Quando um estudante preocupado passa no seu exame, diz, “Foi um milagre!” Ou se um velho calhambeque consegue viajar duma cidade para a outra, dizemos, “É um milagre que esta lata velha conseguiu andar!” Empregamos o termo para significar qualquer coisa fora do comum ou inesperada. Não queremos necessariamente dizer que a mão de Deus estava operando.

Ao discutir os milagres conforme seu conceito na Bíblia, entretanto, a palavra tem uma aplicação inteiramente diferente. Aqui, queremos indicar um ato de Deus ao irromper no curso de eventos normais, alterando-os ou interrompendo-os.

Sem dúvida, a Bíblia registra vários tipos de milagres, e alguns deles *podiam* ter uma explicação “natural”. Por exemplo, a divisão do Mar Vermelho foi feita pela causa “natural” de fortes ventos que forçaram as águas para trás. Talvez isto *pudesse* ter acontecido sem a intervenção divina. A parte milagrosa era a hora exata dos acontecimentos. Que as águas se dividissem no momento, que os israelitas chegaram à beirada, e que se fechassem sobre os egípcios que estavam empenhados em sua caça justamente quando os últimos israelitas tinham alcançado a praia do outro lado, é uma prova clara da intervenção milagrosa de Deus.

De outro lado, há muitos milagres pelos quais não se acham explicações “naturais”. A ressurreição de Lázaro de entre os mortos, e a ressurreição do nosso Senhor envolviam forças que desconhecemos, fora do âmbito da assim chamada lei natural. O mesmo se pode dizer de muitas curas milagrosas. Tem sido considerado elegante explicá-las como sendo uma resposta psicossomática. Sabemos hoje que muitas doenças, ao invés de terem uma origem orgânica, surgem da própria mente. Se as condições mentais se corrigem, a condição física se reajusta por si mesma. Alguns peritos médicos fazem uma estimativa de acima de 80% das doenças da nossa sociedade sobrecarregada, como sendo psicossomáticas.

Não há dúvida que havia um elemento desta dimensão nas curas realizadas por nosso Senhor, mas algumas estavam obviamente fora desta categoria. Considerem-se, por exemplo, as curas de leprosos. É óbvio que estes não tinham uma base psicossomática. Os leprosos curados tinham experimentado o poder direto de Deus. Há, também, os casos claros de curas de doenças congênitas, como o do homem cego de nascença (João 9). Sendo que o homem já nasceu com sua cegueira, obviamente este caso não se esclarece pela teoria psicossomática, e, do mesmo modo, esta explicação não desvenda como recobrou a vista.

O caso ilustra a falácia duma outra noção divulgada entre pensadores modernos. Dizem que devemos nos lembrar de que as pessoas da antiguidade foram imensamente ignorantes, ingênuas e supersticiosas. Há muitas coisas que consideravam como sendo miraculosas que nós hoje, com o benefício da ciência moderna, reconhecemos como sendo, não milagres, mas simplesmente fenômenos que as pessoas não entendiam. Por exemplo, se fôssemos dirigir um avião a jato por cima de alguma tribo primitiva hoje, provavelmente cairiam por terra em adoração a este Deus-Pássaro Prateado do céu. Pensariam que aquilo que viam era um fenômeno milagroso. Nós, porém, sabemos que o avião é simplesmente o resultado da aplicação dos princípios da aerodinâmica, não havendo nele nada que se possa chamar de milagroso.

A fraqueza desta tese, que à primeira vista parece tão plausível é que muitos dos milagres não são deste tipo. No caso do cego, o povo reconheceu que desde o começo da história humana, não se ouviu que um cego de nascença tivesse recebido sua vista. E não existe hoje nenhuma explicação mais “natural” do milagre do que havia naquela época. E quem é que hoje tem uma explicação melhor, do ponto de vista natural, da ressurreição de nosso Senhor da morte, do que a que estava disponível quando aconteceu? Ninguém! Simplesmente não conseguimos fugir dos aspectos sobrenaturais do registro bíblico.

Mesmo assim, é importante notar que os milagres não estão em conflito com as leis naturais. Ao contrário, “Os milagres são acontecimentos *incomuns*

causados por Deus. As leis da natureza são generalizações acerca de acontecimentos ordinários causados por Ele”. (1)

Há dois pontos de vista entre os cristãos que pensam sobre o relacionamento dos milagres às leis naturais. Alguns sugerem que os milagres empregam uma lei natural “mais alta”, que atualmente nos é desconhecida. É bem óbvio que, apesar de todas as descobertas impressionantes da ciência moderna, ainda estamos de pé na praia dum oceano de ignorância. Depois de termos incrementado nossos conhecimentos de maneira suficiente, diz esta tese, reconheceremos que muita coisa que hoje encaramos como sendo milagrosa nada mais é do que o funcionamento de leis ainda mais altas do universo, leis que por ora desconhecemos.

Uma “lei”, porém, na sua aceitação científica moderna, é regular e age de maneira uniforme. Dizer que um milagre é resultado duma “lei” mais alta, é empregar a terminologia de maneira diferente do seu uso e seus sentidos comuns.

De outro lado, há pensadores cristãos que consideram os milagres como sendo um ato de criação — um ato soberano e transcendente do poder sobrenatural de Deus. Parece que este seja o ponto de vista mais apropriado.

Os milagres bíblicos, contrastados com as histórias de milagres na literatura pagã e na de outras religiões, nunca eram caprichosos ou fantásticos. Não se espalham a granel pela narrativa bíblica sem motivo nem razão de ser. Sempre havia neles ordem e propósito. Acham-se concentrados em três períodos da história bíblica: o Êxodo, o dos profetas que guiavam Israel, e a época de Cristo e da Sua Igreja primitiva. Sempre tinham o propósito de confirmar a fé por meio de autenticar a mensagem e o mensageiro, ou de demonstrar o amor de Deus no alívio do sofrimento. Nunca foram operados como um tipo de entretenimento, como o mágico que encena seus truques para os que o contrataram.

Os milagres nunca foram operados finalizando prestígio pessoal ou a obtenção de dinheiro ou de poder. O Diabo tentou nosso Senhor no deserto a empregar exatamente assim. Seu poder milagroso, mas Ele recusou sem hesitação. Como evidência da veracidade da mensagem cristã, porém, nosso Senhor frequentemente fez uso de milagres. Respondendo ao pedido direto dos judeus, de dizer-lhes claramente se Ele era o Messias, disse, “Já vo-lo disse, e não credes. As obras que eu faço em nome do meu Pai, testificam a meu respeito” (João 10.25). Também lhes disse, que caso tivessem qualquer hesitação em crer nas Suas reivindicações, deveriam crer por causa das próprias obras (14.11).

(1) Hawthorne, J. N “Questions of Science and Faith” (“Questões de Ciência e de Fé”), p. 55. London, Tyndale Press, 1960.

Deus confirmava a mensagem dos apóstolos na novel Igreja através de sinais e maravilhas.

Levanta-se frequentemente a pergunta, “Se Deus operava milagres *então*, porque não o faz *agora*? Se eu visse um milagre, poderia crer!” Esta pergunta já foi respondida na época do nosso Senhor. Um rico que estava nas tormentas do inferno levantou seus olhos e implorou a Abraão que alguém fosse prevenir seus cinco irmãos a fim de que não viessem àquele lugar terrível. A resposta era que seus irmãos já tinham as Escrituras. Mas, protestou o rico, se alguém ressuscitasse da morte, ficariam tão abalados pelo milagre que prestariam mais atenção. A réplica que recebeu é tão aplicável hoje como naquela época: “Se não ouvem a Moisés e aos profetas, tão pouco se deixarão persuadir, ainda que ressuscite alguém dentre os mortos” (Lucas 16). E assim é hoje. Muitas pessoas têm uma pressuposição racionalística que nega a própria possibilidade de haver milagres. Sendo que *sabem* que não existe a possibilidade de milagres, nenhuma quantidade de evidência poderia persuadi-las que um milagre aconteceu. Sempre teriam uma explicação naturalística para postular como alternativa.

Os milagres não são necessários para nós hoje, por que já temos relatos fidedignos dos milagres que já ocorreram. Conforme observa Ramm, “Se os milagres são passíveis de percepção sensorial, podem ser assuntos de testemunho. Se são adequadamente testificados, então o testemunho registrado tem a mesma validade evidencial como a experiência de ver o acontecimento”. (2)

Cada foro no mundo opera na base de testemunho fidedigno, falado ou escrito. “Se a ressurreição de Lázaro foi realmente testemunhada por João, e registrada fielmente por ele enquanto ainda gozando de suas faculdades mentais e duma boa memória, então, para sua utilidade como evidência, é a mesma coisa como se nós estivéssemos ali vendo tudo”. (3) Ramm depois alista as razões pelas quais podemos saber que os milagres têm testemunho adequado e fidedigno. Resumindo:

Em primeiro lugar, muitos milagres foram operados em público. Não foram operados secretamente na presença de uma ou duas pessoas, que depois os anunciaram ao mundo. Havia bastante oportunidade para se investigar os milagres no local. É muito impressionante que os oponentes de Jesus nunca tivessem negado o fato real dos milagres que operava. Ou os atribuíam ao poder de Satanás, ou procuravam suprimir a evidência, como no caso da ressurreição de Lázaro. Disseram, “Vamos matá-lo antes de todo o povo perceber o que está acontecendo, até que todo o mundo se torne em seguidor d’Ele!”

(2) Ramm, obra citada, p. 140.

(3) Ibidem, p. 141.

Em segundo lugar, muitos milagres foram operados perante descrentes. É significativo que os milagres que as seitas e certos grupos estranhos reivindicam parece que nunca acontecem quando há algum céptico presente para observar. Não era assim a obra de Jesus.

Em terceiro lugar, os milagres de Jesus foram operados durante um certo período de tempo, envolvendo uma grande variedade de poderes. Tinha poder sobre a natureza, como na ocasião quando transformou a água em vinho; tinha poder sobre as doenças, como se vê nas curas dos leprosos e dos cegos; tinha poder sobre os demônios, demonstrado quando os expulsava; tinha poderes sobrenaturais de conhecimento, evidenciados ao revelar que Natanael estivera debaixo da figueira; demonstrou Seus poderes de criação quando alimentou 5.000 pessoas com alguns pães e peixes; e exibiu Seu poder sobre a própria morte ao ressuscitar Lázaro e outros.

Em quarto lugar, temos o testemunho dos que foram curados. Conforme foi mencionado acima, o recebemos de pessoas as quais, como Lázaro, não tinham sofrido de doenças psicossomáticas ou doenças que tinham recebido diagnose errada.

Em quinto lugar, não podemos menosprezar os milagres dos Evangelhos por causa das reivindicações extravagantes dos milagres pagãos. “Nas religiões não cristãs, crê-se nos milagres por causa de já se crer na religião, mas na religião bíblica, os milagres fazem parte dos meios de estabelecer a religião verdadeira. Esta distinção é de imensa importância. Israel veio a existir através de uma série de milagres, a Lei foi outorgada acompanhada por maravilhas sobrenaturais, e muitos dos profetas foram identificados como sendo porta-vozes de Deus por causa do seu poder de operar milagres. Jesus veio pregando, e também operando milagres, e os apóstolos de vez em quando operavam milagres. Era o milagre como autenticação da religião, a cada passo”. (4)

Conforme escreveu C. S. Lewis, “Todos os essenciais do hinduísmo ficariam sem impedimento, creio eu, se fossem substituídas as partes milagrosas, e o mesmo quase se pode aplicar ao maometismo, mas isto não pode acontecer no cristianismo. Este é precisamente a história dum grande Milagre. Um cristianismo naturalístico omite tudo aquilo que é especificamente cristão”. (5)

Os milagres registrados fora da Bíblia não demonstram a mesma ordem, dignidade e motivo que os das Escrituras. Mas o que é mais importante; não possuem a mesma autenticação sólida dos milagres bíblicos. Já debatemos com al-

(4) Ibidem, p. 142, 143.

(5) Lewis, C. S. “Miracles” (“Milagres”), p. 83. Nova Iorque: Macmillan, 1947; citado por Ramm na obra citada.

guns detalhes a fidedignidade dos relatórios bíblicos. Investigações semelhantes em narrativas pagãs de milagres logo demonstrariam que não há base para comparação. O mesmo tanto se poderia dizer no que diz respeito dos assim chamados milagres e alegadas curas dos nossos dias. Não aguentam o peso total da investigação. Mas, tratar dalgum antigo milagre pagão, e dalguma reivindicação contemporânea, e demonstrar sua grande improbabilidade, não seria fazer justiça aos milagres bíblicos. O fato que alguns milagres são falsificados não é prova alguma que *todos* são espúrios, assim como a descoberta dalgumas cédulas falsificadas de cem cruzeiros não seria uma prova que todo dinheiro é falso.

Algumas tentativas têm sido feitas para explicar os milagres como sendo frutos de exagero nos relatos. Demonstravelmente, as pessoas são notoriamente inexatas ao prestar relatórios de acontecimentos ou de impressões. A simples brincadeira de festa chamada “Boatos” é suficiente para confirmar este fato. À luz desta tendência, conforme dizem os partidários desta explicação, é óbvio que se pode duvidar da fidedignidade do ser humano como observador. Por consequência, podemos descontar as narrativas dos milagres registradas nos Evangelhos, como sendo as observações errôneas de testemunhas inexatas.

Em resposta, menciona-se que, apesar desta tendência, as cortes de justiça não deixaram de funcionar, e a testemunha ocular ainda é considerada como sendo altamente capacitada para oferecer informações úteis. E por mais dúvidas que possa haver quanto a certos detalhes dum acidente, quanto a hora exata da ocorrência, a velocidade dos carros, etc., não se declara que não houve acidente por causa das discrepâncias nos relatos das testemunhas. Conforme observa Ramm, os carros trombados e as pessoas aleijadas são evidência irrefutável sobre a qual todos concordam. (6) Ajudar-nos-á consideravelmente perceber que alguns destes argumentos, levados a extremos, refutarão as próprias asseverações que querem fazer. Por exemplo, aqueles que estão fazendo as experiências visando comprovar que testemunhas humanas não são fidedignas, terão que tomar sua própria integridade por algo fora de dúvida, senão, terão que rejeitar suas próprias conclusões como sendo fruto de observação humana, tão falível!

Outra ideia errônea, às vezes levantada, é que as histórias de milagres terão que ser rejeitadas por causa de terem sido narradas por discípulos crentes, deixando, portanto, de ser “objetivos”. Mas, afinal, foram justamente os discípulos que estiveram presentes e que viram os milagres. Se eram ou não eram discípulos, não altera o que viram. A pergunta deve ser: Falaram a verdade? Como já notamos, o testemunho ocular é o melhor que podemos obter, e, afinal, a maioria dos discípulos enfrentou a morte como teste supremo da sua veracidade.

(6) Ramm, obra citada, p. 160.

Não diríamos hoje, num foro legal, que, a fim de garantir a objetividade da parte das testemunhas, só ouviríamos as pessoas que não estiveram presentes no local do acidente e não tiveram nada que ver com o assunto. Nem, tampouco, recusaríamos a receber o testemunho de testemunhas oculares, inclusive as próprias vítimas, pensando que teriam “preconceitos”. A questão crucial em cada caso é a veracidade, não a proximidade ou relacionamento com os acontecimentos.

Já demonstramos que a questão da possibilidade de haver milagres não é da ciência, mas da filosofia. A ciência só pode dizer que os milagres não ocorrem no curso normal da natureza. A ciência não pode “proibir” milagres, sendo que as leis naturais não causam nada, e, portanto, nada podem proibir. Não passam de meras descrições daquilo que acontece. O cristão abraça o conceito de lei natural. “É essencial à doutrina teística de milagres que a natureza seja uniforme na sua rotina diária. Se a natureza fosse completamente espontânea, seria tão impossível detectar os milagres como estabelecer uma lei natural.” (7)

É o “cientismo” e não a ciência, que declara que os milagres não podem acontecer. O cientista, como qualquer outra pessoa, só pode perguntar, “Estas narrativas de milagres são historicamente dignas de confiança?”

Além disto, já vimos que os milagres na Bíblia são uma parte inerente da comunicação que Deus nos envia — não é um apêndice com pouco significado. Já vimos que o debate total depende, em última análise, da existência de Deus. A própria uniformidade, em contraste com a qual o milagre se ressalta tão dramaticamente, depende dum Autor onipotente da lei natural, que também é capaz de transcendê-la a fim de cumprir Sua soberana vontade.

(7) Ibidem, p. 140.

há conflito entre a ciência e a religião?

Se há uma pergunta cuja resposta, nas suas várias tentativas, já gerou mais calor do que luz, é esta. A maior parte daquilo que parece ser conflito é causada pelos que fazem a Bíblia dizer o que não diz na realidade, e pelo “cientismo”, uma interpretação filosófica dos fatos. Estas interpretações, porém, se distinguem dos fatos propriamente ditos.

À pergunta, “Tem havido conflitos entre certos cientistas e certos cristãos?” a resposta terá que ser um “Sim!” de alto e bom tom. Só relembrar a perseguição de Galileu por parte da Igreja, ou o famoso processo Scopes de 1925, ou a lastiável confrontação, há um século, entre o Bispo Wilberforce e T. H. Huxley, basta para mostrar que tal é o caso.

Parte do problema, conforme já indicamos, vem da parte de alguns cristãos bem intencionados e mal orientados que querem que a Bíblia declare o que não declara. Um exemplo clássico e nocivo é a cronologia bíblica calculada pelo Bispo James Ussher (1581-1656), contemporâneo de Shakespeare. Por meio das genealogias da Bíblia calculou uma série de datas, chegando à conclusão que o mundo foi criado em 4004 a.C.

Muitos não cristãos, incluindo o famoso Lorde Bertrand Russell, acreditam que os cristãos fundamentalistas realmente creem que a criação ocorreu em 4004 a.C. Não faz muito tempo, estava visitando um estudante não cristão nas instalações duma universidade do oeste central. Tomou na mão um teste “certo-errado” dum curso de civilização ocidental. Uma pergunta disse: “Segundo a Bíblia, o mundo foi criado em 4004 a.C.” “Suponho que seu instrutor vai querer que você marque “certo” aqui, não é?” “Isto mesmo”, respondeu o estudante. “Interessante”, falei, meditativamente. Tirando do bolso uma edição da Bíblia, disse, “Gostaria de saber se você pode me mostrar onde a Bíblia diz isto”. O estudante ficou perplexo por não conseguir achar a data imediatamente na primeira página de Gênesis. Querendo ajudar, um estudante cristão que estava comigo

sugeriu, “Está na página três”. Era grande novidade para ambos que as datas do Bispo Ussher, que aparecem em muitas (mas não *todas*), as Bíblias em inglês, não fazem parte do texto.

Do outro lado, há alguns cientistas que têm o hábito de fazer declarações que vão além dos fatos. Estas declarações são, de fato, interpretações filosóficas que não têm o mesmo peso de autoridade dos próprios dados. Infelizmente, os fatos e as interpretações raras vezes se distinguem na mente dos ouvintes.

Quando um cientista fala sobre *qualquer* assunto, a probabilidade é que suas palavras sejam recebidas como verdadeiras. Pode estar falando sobre um assunto fora da sua especialidade, mas o mesmo respeito que merecidamente receberia se fosse falar *dentro* da sua matéria, quase que inconscientemente é transferido para *qualquer* coisa que diz. Por exemplo, Anthony Staden cita R. S. Lull, professor de paleontologia de Yale, que disse, “Desde a época de Darwin, a evolução tem recebido uma aceitação mais e mais generalizada, até o presente momento quando, nas mentes de homens instruídos e que pensam, não resta á menor dúvida que esta seja a única maneira pela qual se pode entender e interpretar a evolução. Não temos tanta certeza quanto ao modo de operação, mas podemos ter absoluta certeza que o processo seguiu a grandes leis da natureza, algumas das quais ainda são desconhecidas, e talvez nem sequer poderão ser conhecidas”.

(1)

Mas alguém pode sentir-se tentado a perguntar: se algumas das grandes leis da natureza são ainda desconhecidas, como é que sabemos que existem? E se algumas nem são passíveis de ser conhecidas, como poderemos saber se são “lógicas”?

Se nos limitamos àquilo que a Bíblia realmente declara, e aos fatos realmente científicos, reduziremos a área de controvérsia de maneira marcante. Podemos mencionar aqui que, como cristãos, devemos reconhecer que podem existir diferenças sinceras de opinião entre cristãos igualmente ortodoxos e dedicados quanto àquilo que a Bíblia quer dizer em certas passagens — por exemplo, o significado de “dia” em Gênesis capítulo 1. Devemos hesitar antes de condenar como herege alguém cuja interpretação dum trecho específico não coincide com a nossa. Enquanto alguém concorda que aquilo que a Bíblia ensina é autoritativo, está dentro dos limites da ortodoxia. Só quando alguém admite que a Bíblia está ensinando algo com clareza, como a historicidade de Adão (cf. Romanos 5), mas *não quer aceitá-lo*, é que passou dos limites da ortodoxia bíblica.

(1) Standen, Anthony, “Science is a Sacred Cow” (“A Ciência é uma Vaca Sagrada”) p. 106. Nova Iorque: E. P. Dutton citando R. S. Lull, “Organic Evolution” (“Evolução Orgânica”) Macmillan, 1947.

Outra área de surgir conflitos é a questão quanto à realidade e validade de coisas que não podem ser averiguadas pelo método científico. Algumas pessoas, de maneira consciente ou de maneira inconsciente, pressupõem que se uma declaração não pode ser provada num laboratório pelos métodos da ciência natural, não é fidedigna, e não pode ser aceita como merecedora de confiança. Os veredictos da ciência são considerados objetivos e, portanto, reais; declarações que precisam ser recebidas pela fé são consideradas algo suspeito.

Há, porém, meios e jeitos de adquirir conhecimentos reais e genuínos, além, dos métodos de laboratório. Consideremos o processo de se apaixonar. Decerto, este não é um processo que se leva a efeito num laboratório, com uma coletânea de instrumentos, mas qualquer pessoa que tenha passado pela experiência seria o último a reconhecer que seu conhecimento deste amor é incerto ou irreal. Já mencionamos acima que o método científico apenas tem validade para aquelas realidades que se pode medir em termos físicos. Deus é um tipo de realidade diferente do mundo da natureza que a ciência examina. Deus não aguarda a investigação empírica do homem; é um Ser pessoal que Se revelou em amor, e que pode ser conhecido através duma resposta pessoal.

A fé não é nenhum detrimento à apreensão da realidade.

De fato, a própria ciência depende de pressuposições que precisam ser aceitas pela fé antes de ser possível existir a pesquisa. Uma destas suposições é que o universo obedece a uma ordem, que opera de acordo com um padrão, e que seu comportamento é, por este motivo, passível de ser predito.

Deve ser mencionado aqui o método científico, conforme o conhecemos hoje, começou no século dezesseis entre homens que eram cristãos. Rompendo com os conceitos politeísticos gregos que consideravam o universo como sendo algo caprichoso e irregular, e, portanto, não merecedor de estudo sistemático, estes raciocinaram que o universo, como obra dum Criador inteligente, forçosamente teria que possuir uma ordem, e ser digno de pesquisas. Ao se dedicar à pesquisa científica, estavam convictos que estavam pensando os pensamentos de Deus atrás d'Ele.

Outra pressuposição que não pode ser provada e que tem que ser aceita pela fé é a fidedignidade de nossas percepções sensoriais. É necessário crer que nossos sentidos são suficientemente dignos de confiança ao ponto de nos dar uma impressão fiel do universo e de nos capacitar a compreender a ordem que observamos.

Os cristãos, então, creem que a Ciência é uma avenida à descoberta de verdades acerca de coisas físicas, mas que há outras realidades não materiais, e

outras maneiras de se chegar à verdade. O cristão exerce sua fé e tem suas presunções, assim como o cientista, e nisto não vê nada de incompatível com a razão ou o intelecto. É aparente que há muitos cristãos que são cientistas. Não se consideram esquizofrênicos intelectuais, preferem-se classificar seguidores nos passos dos fundadores cristãos da ciência moderna.

Além disto, deve ser reconhecido que a ciência é incapaz de emitir julgamentos quanto aos valores das coisas que mede. Muitos homens nas fronteiras da ciência reconhecem que não há nada inerente na ciência para guiá-los na aplicação das suas descobertas. Nada há dentro da própria ciência para determinar se a energia nuclear será empregada para destruir cidades ou destruir câncer. Estes julgamentos de valor estão fora do campo do método científico.

Além disto, a ciência pode nos dizer como algo funciona, mas não *por que* funciona. Não é a ciência que pode responder para nós a questão sobre a existência ou não de propósito no universo. Como foi dito por um escritor, “A ciência pode nos dar o ‘saber como’, mas não pode nos dar o ‘saber por que’”. (2)

Dependemos da revelação para nos dar muitos tipos de informação; a sua ausência nos deixaria com um quadro bem incompleto. A Bíblia não pretende nos explicar o *como* de muitas coisas, mas é patente que nos dá os *porquês*.

Isto não quer dizer que, quando as Escrituras se referem a assuntos científicos e históricos, são inexatas, simplesmente se pretende indicar qual é o ponto focal das suas atenções.

A humildade é, pois, uma virtude valiosa tanto para o cientista não cristão, como para o cristão, seja cientista ou não. Danos incalculáveis têm sido feitos pelo emprego do argumento da zombaria. Uma observação sarcástica sempre evoca uma boa gargalhada de alguns dos partidários, mas, invariavelmente perde a pessoa pensativa, que tem incertezas nas suas convicções, e o descrente tímido, que está fazendo sua primeira investigação tentativa.

Algumas pessoas tem pensado, erroneamente, que Deus só seria necessário para explicar áreas da vida e da existência que atualmente carecem de outra explicação. Os cientistas descrentes se apegam avidamente a este conceito para demonstrar que as lacunas deste tipo são sempre menores. “É só uma questão de nos dar mais tempo”, dizem, “e então o homem saberá esclarecer o funcionamento de tudo que existe no universo”.

Os que adotam este ponto de vista se esquecem de que Deus não é apenas o Criador, é também o Sustentador. “Ele é antes de todas as coisas. Nele tudo subsiste” (Colossenses 1.17). O universo cairia em pedaços sem Seu poder sus-

(2) Hawthorne. Obra citada, p. 4.

tentador. Mesmo se um homem compreende e explica tudo, ainda precisará de Deus. Saber como é que se sustenta o universo não é a mesma coisa que sustentá-lo.

Por exemplo, muita coisa se diz hoje em dia quanto à possibilidade dos cientistas criarem vida num tubo de ensaio (Deve ser notado que a definição que uma pessoa dá à vida tem muita coisa que ver sobre seu conceito da iminente possibilidade de criá-la). Alguns cristãos, sinceros temem que se este evento tão incrível acontecer, Deus, de alguma maneira, terá sido desalojado do Seu trono. Mas que é que de fato teria acontecido? O que seria comprovado? Só que a vida não surgiu do acaso cego, mas duma mente inteligente. Será aparente até para os mais simples, que esta nova “vida” não surgiu através duma coincidência ocasional com a interação da matéria, mas como resultado do mais prodigioso pensamento e trabalho, sob as condições as mais rigidamente controladas. Seria um argumento lúcido em prol do teísmo. Além disto, ainda teríamos que explicar os elementos empregados para produzir a vida — de onde é que *estes surgiram*? A explicação mais lógica é que Deus os fez. Se for verdade que o homem pode pensar os pensamentos de Deus atrás d’Ele, não deve ser tão inconcebível que o homem pudesse produzir vida num tubo de ensaio — mas nem por isso veio a ser Deus.

Talvez não haja nenhum campo de batalha contemporâneo maior do que aquele no qual lutam diariamente os cristãos evangélicos nas instituições educacionais — a questão de evolução. A própria palavra faz as glândulas de adrenalina começar a funcionar com redobrada energia. Parte da tensão surge por causa de se colocar o problema em termos de “sim” ou “não”. Muitos pensam que ou uma pessoa crê numa criação total feita num só instante, ou é um completo agnóstico ou evolucionista ateu.

Cada vez que se emprega o termo “evolucionista”, porém, devemos tomar o cuidado de explicar o que queremos dizer com isto, e de pedir aos outros, no emprego da palavra, uma definição daquilo que querem dizer. Há muitas teorias de evolução. Ramm tem uma lista conveniente. (3)

Primeiro, há um tipo de teoria de evolução que é naturalístico e anticristão. O evolucionismo como teoria tem sido aplicado a campos muito além da biologia, e, de fato, tornou-se para muitos, uma filosofia de vida que explica a história, a sociedade humana, e a religião. Com esta expansão da teoria da evolu-

(3) Ramm, Bernard. “The Christian View of Science and Scripture” (“O Ponto de Vista Cristão da Ciência e das Escrituras”) p. 216ss. Grand Rapids: Wm. B. Eerdmans, 1954. Sua discussão inteira é útil. Alguma matéria deste capítulo foi tirada dela.

ção até transformá-la numa filosofia de vida, não há nenhum ponto de acordo com o cristão evangélico. Repudiamos tal filosofia completamente.

Nem todos os que aderem a algum tipo de evolução podem ser colocados nesta classificação, porém. A interpretação tomista moderna da evolução diz que a evolução é meramente o meio que Deus escolheu para operar, e que não haveria evolução se Deus não existisse.

Depois, há a teoria da evolução emergente. Os que sustentam este ponto de vista creem que a vida e a mentalidade tenham aparecido milagrosamente. Os novos níveis não foram atingidos através da evolução por acaso, eram novidades que apareceram de súbito.

Além disto, há algumas pessoas nos arraiais evangélicos que sustentam a evolução teística. Não acham que há conflito entre este ponto de vista e sua fé cristã. Entre eles, havia heróis da fé tais como James Orr e A. G. Strong. A maior parte dos teólogos católicos também creem na evolução teística.

A lista supra citada simplesmente demonstra que as alternativas não são apenas a criação total feita num só instante, e o evolucionismo ateu. E no evangelismo é inútil entrar numa discussão de evolução. A primeira coisa que pergunto a um evolucionista é se a conclusão que tira do seu ponto de vista é que não existe Deus e que tudo aconteceu ao acaso, ou se reconhece que Deus é o Autor da vida. Se aceita a segunda posição, confronto-o com o desafio direto de Jesus Cristo. *Ele* é o verdadeiro ponto de debate no assunto da salvação, e não a questão da evolução. Quando se esclarece o ponto central que é Cristo, assuntos menos importantes se esclarecem sozinhos no decurso do tempo.

Dois extremos devem ser evitados. O primeiro é supor que a evolução tem sido comprovada fora de qualquer dúvida, e que qualquer pessoa que possui um cérebro na cabeça forçosamente tem que aceitá-la. O segundo é a noção que a evolução é “apenas uma teoria”, com pouca evidência para sustentá-la.

A teoria científica é uma questão do mais alto grau de probabilidade baseado nos dados disponíveis. Não existem coisas absolutas no caso. Além disto, a ciência é um trem que está constantemente viajando. A generalização de ontem é a hipótese ultrapassada de hoje. Este é um dos motivos pelos quais devemos ser *autotaxativos* ao aceitar qualquer forma de teoria de evolução como sendo a explicação final da biologia. Por este motivo também, é perigoso procurar “comprovar” a Bíblia através da ciência. Se a Bíblia fica totalmente vinculada às teorias científicas de hoje, que vai acontecer quando a ciência, daqui a dez anos, muda de posição?

Evolucionistas que pensam, estão dispostos a reconhecer que o assunto não é um caso simples como o abrir e fechar, mas sentem que a teoria precisa ser aceita apesar de algumas contradições aparentes e de alguns fatores não esclarecidos.

O seguinte é tão interessante que o cito por extenso para ilustrar este ponto. Depois de discutir o assunto de quão pateticamente os estudantes de teologia de Cambridge, num século anterior, aceitavam dogmas e ensinamentos que não entendiam plenamente nem investigavam pessoalmente, G. A. Kerkut, um evolucionista, indica que muitos estudantes universitários da atualidade sucumbiram às mesmas tendências não críticas para seus estudos em geral, e, especificamente, na sua aceitação da evolução na biologia.

“No decurso de vários anos agora”, escreve, “tenho sido tutor de universitários em vários aspectos da biologia. É muito comum, no decurso da conversa, perguntar ao estudante se conhece as evidências da evolução. Isto normalmente evoca um sorriso um pouco superior... “Então, senhor, há a evidência da paleontologia, da anatomia comparativa, da embriologia, a sistemática, e as distribuições geográficas”, diria o estudante, papagaiando como se fosse citar uma poesia infantil, chegando até a contar as palavras nos dedos. Depois ficaria sentado, com uma expressão de complacência, aguardando uma pergunta mais difícil, tal como a natureza da evidência em prol da seleção natural. Mas depois eu continuo no assunto da evolução.

“Você pensa que a teoria da evolução é a melhor explicação até agora proposta para esclarecer os inter-relacionamentos entre os animais?” vou perguntando.

“Mas naturalmente, senhor”, é a resposta. “Não existe outra alternativa, a não ser a explicação religiosa dada por alguns cristãos fundamentalistas, e, segundo entendo, senhor, estes pontos de vista já não são sustentados pelos eclesásticos mais modernos.”

“Então você crê na evolução por falta de outra teoria?”

“Oh, não, senhor, creio nela por causa das evidências que acabo de mencionar.”

“Já leu algum livro sobre a evidência da evolução?”, pergunto.

“Sim, senhor”. E aqui menciona os nomes dos autores dum livro escolar popular. “E naturalmente, senhor, há aquele livro de Darwin, *A Origem das Espécies*”.

“Você já leu este livro?” pergunto.

“Bem, não o livro inteiro, senhor.”

“As primeiras 50 páginas?”

“Sim, senhor, um tanto assim; talvez um pouco menos.” “Entendo. E isto lhe deu uma compreensão firme da evolução?”

“Sim, senhor.”

“Bem, se realmente entende um argumento, poderá me indicar não somente os pontos em favor do argumento, mas também as objeções as mais eficazes contra ele.”

“Suponho que sim senhor.”

“Muito bem. Vá citando, pois, algumas das evidências contra a teoria da evolução.”

“Mas não há, senhor.”

“A esta altura a conversa começa a ficar numa atmosfera um pouco tensa. O estudante olha para mim como se eu estivesse lhe pregando uma peça de maneira injustificável. Ficaria muito magoado se eu fosse sugerir que seu ponto de vista não era muito científico, ao engolir o último dogma científico, repetindo como papagaio, ao ser interrogado, os pontos de vista do Arcebispo da Evolução então em voga. Realmente, seu comportamento seria como o de certos estudantes de religião que quis tratar com tanto desprezo. Estaria aceitando pela fé o que não entendia intelectualmente, e, sob exame, estaria apelando à autoridade do “bom livro” que no caso seria *A Origem das Espécies*. (É interessante notar que muitos daqueles livros que tanto se citam, são lidos apenas pelo título. Três livros deste tipo que imediatamente surgem à mente são a Bíblia, *A Origem das Espécies* e *das Kapital*), “Nesta altura, sugiro que o estudante vá ler as evidências em favor da evolução, e as evidências em contrário, transformando tudo numa composição. Depois duma semana, aparece o aluno armado com uma tese sobre a evidência favorável à evolução. Normalmente, o estudo é bem escrito, sendo que os estudantes logo chegam à conclusão que não é tão fácil me convencer. Depois da leitura da composição, e depois de eu perguntar sobre a evidência contra a evolução, o estudante dá um sorriso um pouco ofendido. ‘Bem, senhor, consultei vários livros, mas não descobri nada em livros científicos contra a evolução. Acha-va que o senhor não iria querer um argumento religioso’. ‘Não, não queria mesmo. Quero um argumento científico contra a evolução.’ ‘Então, senhor, parece que não existe nenhum, e isto em si mesmo é mais uma evidência em prol da teoria da evolução.’”

“Então, explico ao aluno que a teoria da evolução já é antiga, e menciono que poderia ter consultado o livro de Radi, *The History of Biological Theories*,

(“A História de Teorias Biológicas”). Depois de assegurar que o aluno anota o nome do livro para futuras pesquisas, continuo como segue:

“Antes que se possa decidir que a teoria da evolução é a melhor explicação do gama de formas diferentes de matéria viva que atualmente existe, é necessário examinar todas as implicações que esta teoria traz consigo. Acontece por demais frequentemente que a teoria se aplica, por exemplo, ao desenvolvimento do cavalo, e depois, porque se considera aplicável a este caso, estende-se ao restante do reino animal, sem se procurar mais evidência.”

“Há, porém, sete pressuposições básicas que frequentemente nem se mencionam durante debates sobre a evolução. Muitos evolucionistas ignoram as primeiras seis pressuposições e consideram só a sétima.”

“A primeira suposição é que as coisas sem vida dessem origem à matéria viva, isto é, que ocorresse a geração espontânea.”

“A segunda suposição é que a geração espontânea tenha ocorrido uma única vez.”

“A terceira... é que os vírus, bactérias, plantas e animais sejam todos inter-relacionados.”

“A quarta... é que os protozoários tenham dado origem aos metazoários.”

“A quinta... é que os vários filos invertebrados sejam inter-relacionados.”

“A sexta... é que os invertebrados tenham dado origem aos vertebrados.”

“A sétima... é que os vertebrados e os peixes tenham dado origem aos anfíbios, os anfíbios, aos répteis, e os répteis, aos pássaros e mamíferos. Isto às vezes se exprime em outras palavras, isto é, que os anfíbios e répteis modernos remontam aos antepassados dum tronco comum, e assim por diante.”

“Para os propósitos iniciais desta discussão da evolução, vou levar em conta que os que apoiam a teoria da evolução sustentam a validade destas sete suposições, e que estas suposições, no seu todo, compõe a teoria geral da evolução.”

“O primeiro ponto que gostaria de levantar é que *as sete suposições, pela sua própria natureza, não são passíveis de verificação experimental*. (Os grifos são meus). Supõem que uma certa série de acontecimentos se tenha verificado no passado. Assim, embora possa ser *possível* copiar alguns destes acontecimentos em condições atuais, isto não quer dizer que forçosamente os mesmos se tenham realizado no passado. Demonstra-se assim apenas que é possível ocorrer tais mudanças. Assim, mudar um réptil dos nossos dias em mamífero, por mais interessante que seja, não demonstraria como surgiram *de fato* os mamíferos. Infeliz-

mente, nem sequer esta mudança temos conseguido; ao invés disto, somos forçados a depender de evidências circunstanciais limitadas para o apoio às nossas suposições, e agora é minha intenção discutir a natureza destas evidências.” (4)

Conforme observa Ramm, “Falta ainda a prova da origem inorgânica da vida. Pode ser pressuposta, mas nunca ainda averiguada. Há o problema das espécies robustas que sobreviveram sem modificações durante milhões de anos. Há o problema do aparecimento súbito de novas espécies no cronograma geológico”. (5) É um erro falar do “elo faltante”. O fato é que faltam milhares de elos.

Há o problema adicional do conflito aparente entre a teoria de evolução e a segunda lei da termodinâmica. Chama-se também a lei da entropia. Declara, na sua essência, que “em qualquer transferência ou mudança de energia, embora que a quantidade de energia permaneça sem alteração, a quantidade de utilidade e disponibilidade que a energia possui, sempre é diminuída”. (6) A evolução e a entropia parecem ser incompatíveis. Conforme diz Ramm, “Estamos confrontados com a clara distinção entre duas teorias: (a) a recuperabilidade da energia e (b) a irrecuperabilidade da energia. Se a energia é irre recuperável, temos que aceitar a doutrina da criação. Até o presente momento, nunca foi comprovado nenhum processo pelo qual a energia pode ser recuperada.” (7)

Uma boa parte do problema e da controvérsia acerca da evolução depende da definição da espécie. Parece que uma vez que se entende o que é uma espécie, evitaríamos muitos mal-entendidos entre os evangélicos, como sendo desnecessários. Se identificarmos as espécies como as conhecemos cientificamente falando hoje em dia, com a expressão “espécie” em Gênesis capítulo 1, então teremos grandes problemas ao falar da fixidez das espécies. Mas esta é uma identificação errônea. Mesmo um antievolucionista tão firme como o é Henry M. Morris diz, “Seria bom observar... que a Bíblia não ensina a fixidez das espécies, e por um motivo muito simples: ninguém sabe exatamente o que é uma espécie. Há poucos debates mais vivos entre os biólogos de hoje, do que neste assunto de que é que constitui uma espécie. *Certamente, segundo muitas das definições do termo, muitas novas espécies evoluíram depois da criação original* (grifos meus). A pesquisa genética tem comprovado conclusivamente que as mudanças nos cromossomos, a mutação nos genes, e a hibridização podem produzir, e de fato têm produzido, muitas variedades distintamente novas tanto em plantas como em a-

(4) Kerkut, G. A. “Implications of Evolution” (“Implicações da Evolução”), *International Series of Monographs on Pure and Applied Biology*, v. 4, p. 3. Pergamon Press, 1960.

(5) Ramm, obra citada, p. 273.

(6) Morris, Henry. “The Bible and Modern Science” (“A Bíblia e a Ciência Moderna”) p 14. Chicago: Moody Press, 1953.

(7) Ramm. Obra citada, p. 276.

nimais. Estas variedades, segundo a maioria dos métodos modernos de classificação, têm sido consideradas novas espécies, ou até novas classes.

“Apesar disto, toda a evidência até agora existente no campo da genética parece comprovar de maneira conclusiva que estas agências de mudança não podem ir além de limites comparativamente estreitos, e é muito certo que não pode produzir novas espécies. A narrativa de Gênesis simplesmente diz que cada grupo tinha que produzir “segundo a sua espécie” sem qualquer indicação clara de que é que constitui uma “espécie”, a não ser a implicação que as diferentes espécies não seriam férteis entre elas (se fossem, não estariam reproduzindo cada uma segundo sua espécie). Assim, o relato bíblico deixa bastante vazão para as mesmas condições de mudança dentro dos grupos menores, e a mesma estabilidade dentro dos grupos maiores, que tem sido indicado pelas descobertas modernas.” (8)

Semelhantemente, Russel Mixter diz, “Como criacionista, estou disposto a aceitar a origem duma espécie de outras espécies, o que se chama microevolução.” (9) Rejeita a macroevolução, o que seria a evolução de tudo dum único original. Carnell também crê que há amplas possibilidades de mudanças dentro das espécies originalmente criadas por Deus. Estas variações, porém, não podem cruzar certas fronteiras. Declara, “Observa-se, pois, que o conservador pode abrir mão da doutrina da “fixidez das espécies” também, sem o mínimo perigo à sua premissa maior.” (10)

Reiteramos: frequentemente, os assim chamados conflitos entre a ciência e a Bíblia são conflitos entre as interpretações dos fatos.

As pressuposições com as quais os fatos são encarados, mais do que os fatos propriamente ditos, são determinantes das conclusões que se tira. Por exemplo, pode se dito a um marido que sua esposa foi vista passeando pela cidade com outro homem. Conhecendo sua esposa, tira uma conclusão diferente deste fato do que as mas línguas da cidade. As conclusões diferentes dependem, não de fatos diferentes, mas das diferentes pressuposições pelas quais se encaram os fatos.

Em tudo o que lemos, e em tudo o que ouvimos, devemos perguntar: “Qual é a pressuposição desta pessoa?” de tal maneira que poderemos interpretar

(8) Morris. Obra citada, p. 45.

(9) Mixter, Russell. “The Science of Heredity and the Source of the Species” In: “Creation and Evolution” (artigo “A ciência da hereditariedade e a Origem das Espécies” no livro “Criação e Evolução”) p. 2, 1945. Citado por Ramm, obra citada, p. 288.

(10) Carnell, E. J. “An Introducion to Christian Apologetics” (“Uma Introdução à Apologética Cristã”) p. 236. Citado por Ramm, na obra citada, p. 289.

as conclusões à luz disto. Não existe a objetividade total, nem na ciência, nem em qualquer outro aspecto da vida humana.

Apesar de existir problemas que não receberam uma resposta satisfatória até o presente, não há nenhum conflito fundamental entre a ciência e a Escritura.

10

por que Deus permite o sofrimento e o mal?

Esta é uma das perguntas mais angustiosas do nosso tempo. Mais urgente do que a questão dos milagres, ou da ciência e a Bíblia, é o doloroso problema do por que os inocentes sofrem, por que criancinhas nascem cegas, ou por que uma vida que promete muito é apagada no seu desabrochar. Por quê há guerras nas quais milhares de pessoas inocentes são mortas, crianças irreconhecivelmente queimadas, e muitos ficam aleijados para o restante da vida?

Na postulação clássica do problema, ou Deus é todo-poderoso, mas não todo-bom, e por este motivo não acaba com o mal, ou Deus é todo-bom, mas incapaz de acabar com o mal, sendo, portanto, que não é todo-poderoso.

A tendência geral é culpar Deus por todo o mal e o sofrimento, passando toda a responsabilidade para ele.

Não há respostas fáceis para esta pergunta profunda. Não pode ser tratada levianamente, nem de maneira dogmática. Podemos parafrasear uma expressão famosa, “Quem nunca sofreu uma ferida não leva uma cicatriz a sério”. Mas há certos fatores que se pode ter em mente.

Nunca devemos esquecer que, quando Deus criou o homem, criou-o perfeito. O homem não foi criado como pecador. Mas, como ser humano, tinha a capacidade de obedecer ou de desobedecer a Deus. Se o homem tivesse obedecido a Deus, não teria havido problema algum. Teria vivido uma vida de eterna comunhão com Deus, desfrutando d’Ele e da Sua criação. Foi isto que Deus pretendia para o homem ao criá-lo. O fato, porém, é que o primeiro homem se rebelou contra Deus — e cada um de nós tem ratificado esta rebelião. “Assim como por um só homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado a morte, assim também a morte passou a todos os homens, porque todos pecaram” (Romanos 5.12). O fato que precisamos ter em mente é que o *homem* é responsável pelo pecado, e não Deus.

Muitos, porém perguntam: Por que Deus não nos criou de tal maneira que não poderíamos pecar? É verdade, que Deus *poderia* ter feito isto, mas não nos esqueçamos que se Ele tivesse feito assim, nós não seríamos seres humanos, seríamos máquinas. Você gostaria de se casar com uma boneca faladora? Cada manhã e cada noite, bastaria dar corda para ouvir as lindas palavras, “Eu amo você”. Nunca haveria palavras acaloradas, nunca haveria conflitos, nada seria dito ou feito que causariam tristezas! Mas quem gostaria disto? Pois, da mesma forma, não haveria o amor. O amor é voluntário; Deus poderia nos ter feito como robôs, mas então não seríamos homens. Parece que Deus decidiu que valeria a pena tomar o risco de nos criar como somos. De qualquer forma, é assim que fez, e precisamos encarar a realidade.

Da mesma forma, precisamos reconhecer que Deus poderia extirpar o mal se assim resolvesse. “As misericórdias do Senhor são a causa de não sermos consumidos porque as suas misericórdias não têm fim.” (Lamentações 3.22). Vai chegar o dia no qual Ele esmagará todo o mal que há no mundo. O diabo e todas as suas obras passarão pelo julgamento eterno. Neste ínterim, o amor e a graça de Deus prevalecem, e sua oferta de misericórdia e perdão ainda é válida.

Se Deus fosse extirpar toda a maldade hoje, faria uma limpeza *completa*. Mas o que queremos, é que acabe com a guerra, sem porém corrigir *nossas* vidas. Se Deus fosse remover todo o mal do universo, Sua ação seria completa, e incluiria forçosamente as nossas mentiras e impurezas pessoais, nossa falta de amor, nossa recusa de praticar o bem. Imaginemos que Deus decretasse que hoje, à meia-noite, todo o mal fosse removido do universo — quem entre nós ainda ficaria de pé depois da meia-noite?

E, afinal, Deus *fez* algo para tratar do problema da maldade. Fez a coisa mais dramática, cara e eficaz possível ao dar Seu Filho para morrer em prol de homens maus. Há uma maneira para o homem escapar ao julgamento divino inevitável contra o pecado e a maldade. É também possível ver seu poder quebrado, por entrar num relacionamento pessoal com o Senhor Jesus Cristo. A resposta final para o problema do mal, no nível pessoal, se acha no sacrifício e morte de Jesus Cristo.

A não ser que o universo seja sem significado, as ações de cada indivíduo afetam outras pessoas. Nenhum homem é uma ilha. Se não fosse assim, seria como jogar uma partida de xadrez, mudando as regras depois de cada jogada. A vida não teria significado.

Especular sobre a origem do mal é interminável. Ninguém tem a resposta total. Pertence à categoria de coisas encobertas que pertencem ao Senhor nosso Deus (Deuteronômio 29.29).

Temos perante nós a realidade crua do fato do mal, e é com esta realidade que teremos que nos haver.

Parte do nosso problema surge da nossa definição limitada da palavra *bom* ao aplicá-la a Deus. Hugh Evan Hopkins observou, “Na sua famosa escrita sobre a Natureza, John Stuart Mill coloca o problema com clareza, que pensadores no decurso da história queriam solucionar: Se a lei de toda a criação fosse a justiça, e se o Criador fosse onipotente, então, qualquer que seja a quantidade de sofrimento ou de felicidade dispensada ao mundo, a participação nelas de cada pessoa seria distribuída de acordo com os bons ou maus atos de cada um. Nenhum ser humano teria um pior quinhão do que um outro, sem ter merecido uma situação pior; acidentes e favoritismos não teriam nenhuma participação neste mundo, sendo que cada ser humano estaria desempenhando seu papel num drama que teria sido preparado como uma estória moral perfeita. Nenhuma teoria do bem, por mais “comprada” ou distorcida que tenha sido, planejada por qualquer fanatismo religioso ou filosófico, tem conseguido fazer o andamento da Natureza se assemelhar à obra de um ser que seja ao mesmo tempo bom e onipotente”. (1)

“O problema surge principalmente da crença que um Deus “bom” pagaria a cada homem segundo seus merecimentos, e que um Deus “onipotente” não teria nenhuma dificuldade em levar isto a efeito. O fato que galardões e punições, na forma de felicidade ou de mágoas, parecem ser distribuídos nesta vida de maneira casual, leva muitas pessoas a duvidar tanto da bondade como do poder de Deus.” (2)

Mas Deus seria bom se tratasse com cada pessoa exatamente segundo seu comportamento? Considere só o que isto significaria na vida do leitor! A totalidade do Evangelho, segundo a “prévia” no Antigo Testamento, e irradiado em estéreo televisão no Novo Testamento, é que a bondade de Deus consiste não somente na Sua justiça, mas também no Seu amor, bondade e misericórdia. Nós, e todos os seres humanos, devemos sentir gratidão que “Não nos trata segundo os nossos pecados, nem nos retribui consoante as nossas iniquidades. Pois quanto o céu se alteia acima da terra, assim, é grande a sua misericórdia para com os que o temem” (Salmo 103.10,11).

Tal conceito da bondade de Deus se baseia também na suposição que a felicidade é o sumo bem da vida. A felicidade usualmente é aquilatada em termos de conforto. A verdadeira felicidade, genuína e entranhada, é, porém, algo muito mais profundo do que o prazer efêmero do momento fugaz. Às vezes, na Sua in-

(1) Hopkins, Hugh Evan. “Mystery of Suffering” (“O Mistério do Sofrimento”). Chicago: Inter-Varsity Press, 1959. Citando J. S. Mill, “Essays” (“Ensaaios”) p. 38.

(2) Ibidem, p. 13.

finita sabedoria, Deus sabe que há coisas a serem aperfeiçoadas em nosso caráter que só o podem ser através do sofrimento. Proteger-nos deste sofrimento, seria nos privar dum bem superior. Pedro se refere a isto quando escreve, “Ora, o Deus de toda a graça, que em Cristo vos chamou para a sua eterna glória, depois de herdes sofrido por um pouco, ele mesmo vos há de aperfeiçoar, firmar, fortificar e fundamentar” (1 Pedro 5.10).

Para ver na prática a consequência lógica do conceito de Mill do “galardão exato” no que diz respeito à maneira de Deus tratar conosco, é só considerar o hinduísmo. A lei de Carma diz que todas as ações da nossa vida hoje, são o resultado das ações duma vida prévia. A cegueira, a pobreza, a fome, a deformidade física, a rejeição social, e todas as demais agonias da vida coletiva, são o desenrolar da punição pelos maus atos praticados numa existência anterior. Logicamente então, quanto às tentativas de aliviar tais dores e misérias, isto seria interferir com os caminhos da justiça divina. Este conceito é um dos motivos pelos quais os hindus durante tanto tempo faziam tão pouco pelos desafortunados. Hoje em dia, alguns hindus mais esclarecidos estão falando em trabalhar pelo progresso social e reformas, mas ainda não souberam reconciliar este novo conceito com a doutrina clara e antiga de Carma, fundamento do pensamento e da vida dos hindus.

Este conceito de Carma, porém, serve como uma explicação nítida, singela, facilmente entendida, do sofrimento: o sofrimento é o resultado da prática anterior do mal.

Mas não há, porventura, também no cristianismo, até um certo sentido, o conceito que o sofrimento é um castigo da parte de Deus?

Certamente, na mente de muitas pessoas, há este conceito. “O que é que fiz para merecer isto?” é frequentemente a primeira pergunta que brota aos lábios de quem passa por um sofrimento. E a convicção dos seus amigos, expressa ou não, frequentemente opera baseada nesta mesma suposição. O tratamento clássico do problema de sofrimento e do mal no Livro de Jó mostra até que ponto esta cruel pressuposição tinha a aceitação dos amigos de Jó. Completou sua dor, que já era de abalar.

O ensinamento tanto do Antigo como do Novo Testamento deixa claro que o sofrimento *pode* ser o julgamento de Deus, mas que há muitas ocasiões nas quais é totalmente desvinculado de qualquer mau procedimento. Uma suposição automática da culpa seguida por uma punição consequente é totalmente injustificável.

Não resta dúvida, Deus não é um vovô sentimental lá no céu, cofiando suas barbas ao tomar a atitude “a rapaziada – assim mesmo!” “Aquilo que o homem semear, isto também ceifará” (Gálatas 6.7) é um aviso solene para quem pensaria em “puxar as barbas de Deus” numa atitude de presunção arrogante. Deus feriu Miriã com lepra por causa de ter desafiado a autoridade de Moisés, seu irmão, que Deus apontara como líder. Tomou a vida do filhinho de Davi, nascido da sua relação adúltera com Batseba. Há outros exemplos que poderiam ser citados. No Novo Testamento, temos o exemplo eletrificante de Ananias e Safira, mortalmente feridos por causa das suas mentiras, desonestidade e hipocrisia. Que pode haver uma conexão entre o sofrimento e o pecado é evidente, mas o fato nem sempre é tão abundantemente óbvio. Temos neste assunto a palavra de Jesus, que não deixa ambiguidade. Parece que os discípulos aceitavam a teoria da retribuição direta no assunto do sofrimento. Um dia, viram um homem cego de nascença, e queriam saber quem era que tinha pecado ao ponto de causar esta cegueira — ele, ou seus pais. Jesus deixou bem claro que nem ele nem seus pais tinham a culpa daquela condição, “mas foi para que se manifestem nele as obras de Deus” (João 9.1-3).

Ao receber a notícia de alguns galileus que Pilatos chacinara, Jesus tomou o cuidado de esclarecer que não eram maiores pecadores do que os demais galileus. Disse que as 18 pessoas que morreram quando a torre de Siloé caiu sobre elas não eram maiores pecadores do que outras pessoas em Jerusalém. De ambos os incidentes, tirou a lição: “Se não vos arrependerdes, todos igualmente perecereis” (Lucas 13.1-3).

Torna-se manifesto, portanto, que estamos nos adiantando muito se queremos pressupor automaticamente, seja em nosso próprio caso, seja no de outra pessoa, que a explicação duma determinada tragédia se acha no julgamento divino. Além disto, conforme ressalta Hopkins, parece claro nos exemplos bíblicos que se as provações pelas quais alguém passa são simplesmente castigos pela prática do mal, o sofredor nunca é deixado numa situação de dúvida quanto à sua desgraça ser uma punição.

De fato, uma das verdades mais profundas das Escrituras inteiras é que o julgamento divino é precedido por uma advertência. Em todo o Antigo Testamento temos as repetidas súplicas de Deus com as advertências do juízo vindouro. Só depois de ter havido rejeição e descuido persistente dos avisos, é que o julgamento se concretiza. As palavras pungentes de Deus são um exemplo disto: “Não tenho prazer na morte do perverso, mas em que o perverso se converta do seu caminho, e viva. Converti-vos, converti-vos dos vossos maus caminhos; pois por que haveis de morrer, ó casa de Israel?” (Ezequiel 33.11).

O mesmo tema continua no Novo Testamento. Que quadro mais comovente poderíamos ter do amor e da longanimidade de Deus do que quando Jesus chora sobre Jerusalém, “Jerusalém, Jerusalém!... quantas vezes quis eu reunir os teus filhos, como a galinha ajunta os seus pintinhos debaixo das asas, e vós não o quísestes!” (Mateus 23.37). Temos também a palavra manifestada de Pedro que “ele é longânimo para convosco, não querendo que nenhum pereça, senão que todos cheguem ao arrependimento” (II Pedro 3.9).

Quando surge a pergunta, “Como é que um Deus bondoso poderia mandar pessoas ao inferno?”, devemos esclarecer que, num certo sentido, Deus não envia ninguém ao inferno. Cada um se envia a si mesmo. Deus já fez tudo quanto é necessário para que sejamos perdoados, redimidos, purificados, e preparados para o céu. O que falha é apenas nossa parte em receber a dádiva. Se a recusamos, Deus não tem outra opção senão nos dar aquilo que escolhemos. O céu, para a pessoa que não deseja estar ali, seria para ela como o inferno.

Embora que o julgamento divino seja às vezes a explicação certa do sofrimento, há também várias outras possibilidades a serem consideradas. O homem, conforme já vimos antes, era responsável pela vinda do pecado e da morte a este universo. Não devemos nos esquecer também, que o mau procedimento humano é também responsável por uma grande parte da miséria e do sofrimento deste mundo, no dia de hoje. A negligência na construção dum prédio às vezes tem provocado um colapso numa tempestade, causando mortes e ferimentos. Quantas vidas foram subitamente apagadas pelo assassinato de guiar embriagado? A fraude, a mentira, o furto e o egoísmo, tão característicos da nossa sociedade moderna, todos colherão uma ceifa amarga de sofrimento. Mas dificilmente poderíamos culpar Deus por isto! Pense o leitor em toda a miséria que tem sua origem na maldade humana — é impressionante quanto sofrimento se explica desta maneira.

Mas o homem não está sozinho neste planeta. Sabemos, pela revelação divina, que há um inimigo presente. Aparece em várias formas, segundo se nos conta, apropriadas à ocasião. Pode aparecer como anjo de luz, ou como leão que rugir, segundo as circunstâncias e os seus propósitos. Seu nome é Satanás. Foi ele que recebeu da parte de Deus licença de fazer Jó sofrer. Jesus, na parábola do trigo e do joio, explica os estragos sofridos na colheita do agricultor, dizendo: “Um inimigo fez isto” (Mateus 13.28). Satanás acha grande prazer em arruinar a criação de Deus e causar muita miséria e sofrimento. Deus permite que tenha algum poder limitado, mas não pode tocar na pessoa que vive em profunda comunhão com Deus. “Resisti ao diabo, e ele fugirá de vós (Tiago 4.7) é a garantia

que recebemos. Mesmo assim, Satanás é a explicação de muitas doenças e privações no mundo atual.

Em resposta à pergunta sobre o motivo pelo qual Deus permite que Satanás tenha poder para causar o sofrimento, podemos aprender da resposta de Robinson Crusoe ao seu moço Sexta-Feira. “Bem”, diz Sexta-Feira, “você diz que Deus é tão forte, tão grande; não tem tanta força e grandeza como o diabo?” “Sim, sim”, digo eu: Sexta-Feira, Deus é muito mais forte do que o diabo”. “Mas se Deus é muito mais forte e poderoso do que o diabo, por que Deus não mata o diabo para que não faça mais maldade?”. “Seria a mesma coisa perguntar”, responde Crusoe de maneira meditativa, “por que Deus não mata a você e a mim quando fazemos coisas que O ofendem”.

Ao considerar o sofrimento e a dor, seja física ou mental, há outra consideração importante a ter em mente. Deus não é um potentado distante, removido, impérvio, longe do seu povo e dos seus sofrimentos. Não somente toma conhecimento dos sofrimentos — até os sente. Não há dor ou sofrimento que chega até nós, que não passou em primeiro lugar através do coração e da mão de Deus. Por mais terrivelmente que soframos, é bom ter em mente que Deus é o grande Sofredor. As palavras de Isaías, profetizando a agonia de Cristo, trazem consolo para nós: “Era desprezado, e o mais rejeitado dos homens; homem de dores e que sabe o que é padecer” (Isaías 53.3). O escritor aos Hebreus nos lembra, “Pois naquilo que ele mesmo sofreu, tendo sido tentado, é poderoso para socorrer os que são tentados” (Hebreus 2.18). E “Não temos sacerdote que não possa compadecer-se das nossas fraquezas, antes foi ele tentado em todas as coisas, à nossa semelhança, mas sem pecado” (Hebreus 4.15).

O problema do mal e do sofrimento é um dos mais profundos problemas de todos os tempos. Está se tornando crescentemente agudo em nossos dias, com o advento da Bomba. Não existem respostas fáceis, e não temos a última palavra no assunto. Há, porém, algumas pistas.

Em primeiro lugar, conforme a expressão de J. B. Phillips, “O mal é inerente no dom arriscado da livre vontade”. (3) Deus poderia nos ter criado como máquinas, mas se assim tivesse feito, teria nos privado da nossa preciosa liberdade de escolha, e teríamos deixado de ser pessoas. Exercer o livre arbítrio para praticar o mal, naquilo que chamamos a “queda do homem”, é o motivo básico do mal e do sofrimento que há no mundo. É a responsabilidade do homem, não de Deus. Poderia ter acabado com isto, mas assim teria nos destruído a nós todos.

(3) Phillips, J. B. “God Our Contemporary” (“Deus Nosso Contemporâneo”), p. 88. Nova Iorque: Macmillan, 1960.

Vale a pena notar “que o ponto central do verdadeiro cristianismo jaz, não em interferir com o direito humano de escolher, mas em produzir uma disposição espontânea em escolher o bom em detrimento do mal”. (4)

Em segundo lugar, uma boa parte do sofrimento que há no mundo remonta a escolhas pecaminosas feitas por homens e mulheres. Isto se torna aparente quando o assaltante mata sua vítima. Às vezes é menos aparente, e mais indireto, como quando decisões desonestas são feitas no governo ou nos negócios, que podem trazer privações e sofrimentos a muitas pessoas totalmente desconhecidas às pessoas que tomam as decisões. Mesmo os resultados de desastres naturais são agravados pela culpabilidade de não se prestar atenção às advertências sobre mareúms, erupções vulcânicas, inundações etc.

Em terceiro lugar, parte — mas não a totalidade — do sofrimento é permitida por Deus como juízo e punição. Esta é uma possibilidade que sempre pode ser considerada. Deus usualmente permite tal sofrimento tendo em vista a restauração e a formação do caráter, e os que sofrem por causa da sua prática do mal usualmente ficam sabendo disto.

Em quarto lugar, Deus tem em Satanás um inimigo implacável. Foi derrotado na Cruz, mas está solto para operar seus feitos malignos até o juízo final. Que há no mundo uma força maligna mais forte do que o próprio homem fica claro, tanto pela experiência como pela revelação.

Em quinto lugar, o próprio Deus é o grande Sofredor, e solucionou plenamente o problema do mal pela dádiva do Seu próprio filho, um preço infinito que Ele pagou. A consequência eterna do mal é removida para sempre ao aceitarmos Jesus Cristo, nosso Senhor. Nossos pecados são perdoados, e recebemos vida nova, e capacidade de escolher o que é certo, enquanto o Espírito Santo vai formando a imagem de Cristo em nosso íntimo.

Talvez o maior teste para a vida cristã hoje é crer que Deus é bom. Há tanta coisa que, isoladamente considerada, sugeriria o contrário. Helmut Thielecke de Hamburgo indica que um pedaço de tecido visto através duma lente seria nítido no meio e borrado na circunferência da lente. Mas sabemos da nitidez daquelas partes por causa daquilo que estamos vendo corretamente no meio. A vida, segundo ele, é como este tecido. Há muitas zonas periféricas borradas, muitos eventos e circunstâncias que não podemos entender. Mas devem ser interpretados pela nitidez que estamos vendo no centro — à luz da cruz de Cristo. Não ficamos incumbidos de adivinhar sobre a bondade de Deus, através de fragmentos isolados de verdade. Ele claramente revelou Seu caráter e o demonstrou dramatica-

(4) Ibidem, p. 89.

mente para nós na Cruz. “Aquele que não poupou a seu próprio Filho, antes, por todos nos o entregou, porventura não nos dará graciosamente com ele todas as coisas?” (Romanos 8.32).

Deus nunca pede de nós a nossa compreensão; só precisamos confiar n’Ele assim como nós pedimos que nosso filho confie em *nós*, em nosso amor, mesmo quando não pode compreender nem sentir apreço quando o levamos para o médico.

A paz chega a nós quando chegamos à compreensão que só podemos ver alguns fios na tapeçaria da vida e da vontade de Deus, reconhecendo que aqui não possuímos o quadro total.

Assim chegaremos a afirmar, com calmo alívio e gozo, que “todas as coisas cooperam para o bem daqueles que amam a Deus, daqueles que são chamados segundo o seu propósito” (Romanos 8.28).

Às vezes é nossa reação ao sofrimento, mais do que o sofrimento propriamente dito, que determina se a experiência vai ser uma bênção ou uma maldição. O mesmo sol derrete a manteiga e endurece o barro.

Quando, pela graça de Deus, conseguimos examinar a vida através da lente da fé em Deus e no Seu amor, poderemos afirmar juntamente com Habacuque, “Ainda que a figueira não floresça, nem haja fruto nas vides; ainda que falhe o produto da oliveira, e os campos não produzam mantimento; ainda que o rebanho seja exterminado da malhada e nos currais não haja gado” (Habacuque 3.17,18).

o Cristianismo é diferente de outras religiões universais?

Esta pergunta se levanta frequentemente em nosso mundo moderno no qual as distâncias sempre diminuem. Há, atualmente, um encontro entre culturas, nações, raças e religiões numa escala sem precedentes na história. Nesta era do jato, poderemos chegar a qualquer ponto na terra dentro de 24 horas. A televisão traz ao nosso lar a coroação dum papa, a queima dum monge budista, ou uma cerimônia muçulmana dirigida por um líder político.

Quase 100.000 estudantes de mais do que 150 países do mundo chegam aos Estados Unidos cada ano, para estudar em mais do que 2.000 colégios e universidades em cada um dos 50 Estados. Sárís de cores brilhantes usados por mulheres indianas graciosas e turbantes impressionantes em sikhs eretos já não são coisas raras em nossas áreas metropolitanas ou até nas pequenas cidades universitárias. Além disto, há muitos milhares de visitantes diplomatas, negociantes e turistas chegando cada ano.

Muitos destes visitantes chegam a ser convidados a reuniões das associações de pais e mestres, grêmios militares, e igrejas, para falar sobre sua vida cultural e religiosa. São sinceros, educados e inteligentes. Frequentemente, se interessam em aprender sobre o cristianismo, e nós aprendemos deles.

Conforme os contatos que uma pessoa tem com estes amigos de além-mar, tomando conhecimento das suas crenças religiosas, surge naturalmente a questão de o Cristianismo sei ou não ser singular entre as religiões do mundo. Ou será que se trata apenas duma variação do tema básico que existe em todas as religiões? Ou, exprimindo o mesmo pensamento com outras palavras, “O muçulmano, budista, hindu ou judeu, não adora o mesmo Deus que nós adoramos, mas com

outro nome?” Ou, de maneira mais franca, “Jesus Cristo é o *único* caminho para Deus?”

Ao responder a esta pergunta, é extremamente importante esvaziá-la de qualquer conteúdo emocional explosivo em potencial. Quando o cristão assevera que Cristo é o único caminho para Deus, e que fora d’Ele não há salvação, não está sugerindo que imagina que é pessoalmente melhor do que outras pessoas, ou que os cristãos em geral assim pensam. Algumas pessoas erroneamente imaginam que os cristãos formaram um clube de preconceitos, como uma fraternidade com uma cláusula de segregação racial. Tais pessoas pensam que se a fraternidade e os cristãos tivessem menos preconceitos, votariam para mudar as regras da membresia, e, no caso dos cristãos, admitir qualquer que crê em Deus. “Por que introduzir Jesus Cristo dentro do problema?” é a pergunta que frequentemente ouvimos. “Por que não podemos concordar simplesmente na existência de Deus?” E isto nos leva à questão fundamental.

Os cristãos declaram que Jesus Cristo é o único caminho para Deus por que a Escritura diz, “Abaixo do céu não existe nenhum outro nome, dado entre os homens, pelo qual importa que sejamos salvos” (Atos 4.12). Os cristãos creem assim, não por causa de ter feito esta regra por conta deles, mas porque Jesus Cristo assim ensinava, (João 14.6). O cristão não permaneceria fiel ao seu Senhor se afirmasse outra coisa. Tem que se confrontar com o problema da verdade. Se Jesus Cristo é Quem reivindica ser, então possuímos a própria palavra autoritativa de Deus quanto a este assunto. Se é Deus, e se não há outro Salvador, então, obviamente, é o *único* caminho para Deus. Os cristãos não poderiam mudar este fato, nem por um voto seu, nem por outra maneira.

Seria útil esclarecer, a quem faz esta pergunta, que existem certas leis, cujas penalidades são socialmente determinadas. Há outras leis que não são assim. Por exemplo, a penalidade de deixar de parar o carro no sinal vermelho, é determinada pela sociedade. Não está inerente no próprio ato. A penalidade poderia ser estabelecida em Cr\$ 25,00 ou Cr\$ 5,00 ou poderia ser totalmente abolida.

No caso da lei da gravidade, entretanto, a penalidade pela violação não é socialmente determinada. As pessoas poderiam votar com unanimidade a suspensão da lei da gravidade por uma hora, mas ninguém em plena posse das suas faculdades mentais pensaria em se lançar do alto dum prédio para fazer o teste! Não, a penalidade de violar esta lei está inerente no próprio ato, e a pessoa que a violou será levada embora numa maca, apesar da resolução unânime!

Assim como há leis físicas inerentes, assim também há leis espirituais inerentes. Uma delas é a revelação de Deus em Cristo. Outra é a morte de Cristo como sendo a única expiação pelo pecado.

Ao proclamar a exclusividade de Cristo, o cristão não procura se mostrar como sendo alguém superior. Fala como pecador salvo pela graça. Conforme a bonita expressão de D. T. Niles, de Ceilão, “A evangelização é simplesmente um mendigo informando outro onde se pode achar comida”.

Depois de remover o detonador da bomba emocional, o próximo passo essencial é avançar até a questão importante da verdade. Crer em alguma coisa, com grande sinceridade, não a transforma em verdade; testemunha disto é qualquer pessoa que já escolheu o vidro errado na caixa de remédios numa noite escura. A fé nunca é mais válida do que o objeto da fé, por mais sincera e intensa que seja esta fé. Uma enfermeira, com grande sinceridade, coloca ácido carbólico ao invés de nitrato de prata nos olhos do recém-nascido. Sua sinceridade não salvará o nenê da cegueira.

Os mesmos princípios se aplicam a coisas espirituais. Crer em alguma coisa não a transforma em verdade, e, do mesmo modo, deixar de crer na verdade não a transforma em falsidade. Fatos são fatos, independentemente das atitudes que as pessoas tomam no que diz respeito a eles. Em assuntos religiosos, a questão básica sempre é, É verdade?

Considera-se, por exemplo, o fato da divindade, morte e ressurreição do Senhor Jesus Cristo. O cristianismo afirma que estes fatos são o coração da sua mensagem. O islamismo, pelo contrário, nega a divindade, morte e ressurreição de Cristo. Neste ponto muito crucial, um destes pontos de vista mutuamente exclusivos, é errado. Não podem ser simultaneamente verdadeiros, não importa quão sinceramente ambos são cridos, nem por quantas pessoas.

Muita coisa tem sido dito sobre a semelhança que há entre as religiões do mundo. Muitos cristãos ingenuamente supõem que as outras religiões são basicamente as mesmas, fazendo as mesmas reivindicações que faz o cristianismo, e, em todos os essenciais, praticando as mesmas obras, só que em termos ligeiramente diferentes. Tal atitude revela uma completa ignorância das demais religiões.

Apesar de haver certas semelhanças, as diferenças sobrepõem as semelhanças, em número e em importância.

Uma das semelhanças é a essência da Regra Áurea, que existe em quase todas as religiões. Desde a época de Confúcio, existem declarações, em várias formas, que cada um deve fazer aos outros aquilo que gostaria que os outros fizessem a ele. Muitas pessoas erroneamente supõem ser esta a essência do cristianismo. Mas se Jesus não tivesse feito mais do que nos dar o Sermão do Monte e a Regra Áurea, na realidade, não faz nada mais do que incrementar nossa frustra-

ção. Conforme já notamos, a raça humana possuía a Regra Áurea desde a época de Confúcio. O problema do homem nunca tem sido saber o que deveria fazer. Seu problema, pelo contrário, tem sido que não tem a capacidade de fazer aquilo que sabe ser seu dever.

Cristo subiu o nível da ética, fazendo que a religião tenha exigências ainda mais altas. Isto tomado isoladamente, aumenta nosso nível de frustração. Mas não é esta a única coisa que Cristo fez, e nisto há uma principal diferença entre o cristianismo e as outras religiões. Cristo nos oferece o poder de viver como deveríamos. Oferece-nos perdão, purificação, Sua própria justiça, tudo como dom gratuito. Reconcilia-nos com Deus. Faz algo por nós que não podemos fazer por nós mesmos.

Qualquer outro sistema religioso, porém, é essencialmente uma proposição de se fazer tudo por conta própria. Seguindo tal e tal modo de vida, segundo dizem, o homem achará favor com Deus e finalmente galgará a salvação. De certo modo de falar, outros sistemas religiosos são como um manual de natação para oferecer a uma pessoa que está se afogando. O cristianismo é uma boia salva-vidas.

D. T. Niles também mencionou que noutras religiões as obras boas são “a fim de”. No cristianismo, as boas obras são o “portanto”. Noutras religiões, as boas obras são os meios pelos quais a pessoa espera ganhar a salvação. No cristianismo, a salvação se recebe como dom gratuito através da obra completada por Cristo, e o “portanto” das boas obras vem a ser o imperativo do amor de Deus. Ou, conforme a expressão de outra pessoa, as outras religiões são: “faça” — o cristianismo é: “feito”.

O cristianismo é aquilo que Deus fez em prol do homem, ao procurá-lo e ao estender a mão para ajudá-lo. As demais religiões tratam do homem buscando a Deus, esforçando-se por achá-lo.

Por causa desta profunda diferença, só o cristianismo oferece a *certeza* da salvação. Sendo que nossa salvação depende daquilo que Deus fez por nós e que nos deu, podemos dizer, com a mesma maravilhosa certeza do Apóstolo Paulo, “Entretanto estamos em plena confiança, preferindo deixar o corpo e habitar com o Senhor” (II Coríntios 5.8).

Em cada religião de “obras”, porém, *nunca* é possível ter certeza. Quando é que se pode saber que já foram feitas uma suficiência de boas obras? Nunca é possível saber, não há dúvida disto. O medo persiste, porque não há a certeza da salvação.

A natureza da salvação, e aquilo que estamos indicando ao mundo, é bem diferente nas religiões do mundo daquilo que é no cristianismo.

No budismo, por exemplo, o alvo final é nirvana, ou a extinção do desejo. Segundo os ensinamentos de Buda, toda a dor e todo o sofrimento *surgem* do desejo. Todo este desejo pode ser vencido ao seguir o Óctuplo Caminho à iluminação, e assim a pessoa galga nirvana, que é a aniquilação total. E comparado ao apagar duma vela. É isto, segundo se supõe, que acontece à vida e à consciência quando a pessoa chega a nirvana.

No hinduísmo, o alvo final também é nirvana, mas aqui o termo tem um significado diferente. Nirvana é a reunião final com Brama, a força que permeia todo o universo, e que é o deus dos hindus. A experiência é comparada à volta da gota d'água ao oceano. A individualidade se perde na reunião com Deus, mas sem a autoaniquilação total do budismo. Nirvana, no hinduísmo, se atinge através dum ciclo total e contínuo de nascimento, vida, morte e renascimento. Logo que qualquer animal, inseto, ou ser humano morre, imediatamente renasce em outra forma. Se sobe ou desce a escala da vida depende da qualidade de vida moral que viveu. Se foi uma vida virtuosa, a pessoa é promovida na escala, com mais conforto e menos sofrimento. Se foi uma vida iníqua, é rebaixada na escala, e enfrenta miséria e pobreza. Se foi suficientemente má, nem sequer renasce como ser humano, mas como animal ou inseto. Esta lei de ceifar na próxima vida a colheita desta vida atual é chamada a lei de carma. Este é o motivo pelo qual os hindus não matariam um inseto, muito menos uma vaca sagrada, por maiores que sejam os problemas de sanitarismo e de saúde pública criados por estas inibições. O que para nós, do mundo ocidental, parece estranho, curioso ou até lúdrico, tem uma razão de ser muito óbvia para o hindu, assim como para nós, uma vez que entendemos seu modo de pensar.

No islamismo, o céu é um paraíso de vinho, mulheres e canção. Atinge-se, ironicamente, através duma vida pela qual se abstém justamente das coisas que depois passará a receber como galardão no paraíso. Além desta abstenção, é necessário seguir os Cinco Pilares do Islamismo: repetir o credo, fazer romaria a Meca, dar esmolas aos pobres, orar cinco vezes por dia, e observar o jejum do mês de Ramadã.

Em todas estas religiões, não há possibilidade de certeza. Frequentemente perguntei a hindus, muçulmanos, e budistas, se vão galgar nirvana ou chegar ao paraíso depois de morrer. Até agora não recebi uma única resposta afirmativa. Pelo contrário, se referiram à imperfeição das suas próprias vidas como sendo um empecilho nesta realização. Não há nenhuma certeza nos seus sistemas religiosos

porque não há expiação, e porque a salvação depende do indivíduo granjear mérito suficiente.

Até no conceito fundamental de Deus, apesar da exortação de que todos nós devamos concordar a respeito, revelam-se profundas divergências. Dizer que podemos nos unir com todos os que creem em Deus, sem considerar o nome que se Lhe dá, deixa de lado o fato por que o próprio termo Deus não tem significado fora da definição que se Lhe atribui.

Buda, ao contrário daquilo que popularmente se crê, nunca alegou ser uma divindade. Na realidade, era agnóstico quanto à questão total da existência de Deus. O ensinamento enfático de Buda era que, mesmo se Deus existisse, não poderia ajudar um indivíduo a galgar a iluminação. Cada pessoa tem que tratar disto sozinho.

Os hindus são panteísticos. *Pan* quer dizer “tudo” e teístico se refere a Deus. Os hindus creem que Deus e o universo são idênticos. O conceito de *maia* é central nos seus pensamentos. *Maia* quer dizer que o mundo material é uma ilusão e que a realidade é espiritual e invisível. *Brama* é a força impessoal do universo, permeando tudo, e o alvo final do homem é ser reunido com este “Deus” em nirvana. O budismo, semelhantemente, ensina que o mundo material é uma ilusão. Percebe-se facilmente por que a ciência moderna veio a existir através dos cristãos, crendo num Deus pessoal e numa ordem divina no universo, e não no contexto da filosofia oriental.

Fica patente o motivo pelo qual a maioria do progresso científico surge do ocidente e não do oriente. Quem investigaria aquilo que considera uma ilusão?

No islamismo e no judaísmo temos um Deus muito mais perto do conceito cristão. Neste caso, Deus é pessoal e transcendente, ou seja, separado da Sua própria criação. Certamente, alguns recomendam, podemos entrar em união com aqueles que creem em Deus em termos pessoais.

Ao examinar o conceito muçulmano de Deus, porém, com seu nome *Alá*, segundo o *Corão*, descobrimos que não é o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, mas, ao contrário, como nos demais casos, um Deus segundo a imaginação humana. Nosso conhecimento de *Alá* se obtém do *Corão*, e este veio de *Maomé*. *Maomé*, como Buda e diferentemente de Jesus Cristo, não reivindicava para si mesmo a Deidade: ensinava que era pelo profeta de *Alá*. A descrição de Deus que nos chega através das páginas do *Corão* é de um Deus que está totalmente afastado dos homens, tão caprichoso em todos os seus atos, responsável tanto pelo bem como pelo mal, e certamente não o Deus que “deu seu filho unigênito para que todo o que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna”. É este conceito

dum Deus tão totalmente afastado que faz a ideia da Encarnação totalmente inconcebível ao muçulmano. Como é que seu deus, tão majestoso e remoto, poderia ter contato com o homem mortal no seu pecado e na sua miséria? A morte de Deus Filho na Cruz seria igualmente inconcebível ao muçulmano, sendo que isto significaria que Deus tenha sido derrotado pelas Suas criaturas, o que consideram uma impossibilidade.

O conceito judaico de Deus é o mais estreitamente relacionado de todos ao conceito cristão. Afinal das contas, o Deus que adoram não é o Deus do Antigo Testamento, que também aceitamos? No mínimo devemos nos entender com eles quanto a isto!

Mais uma vez, porém, um exame mais acurado revela que os judeus não admitiriam que seu Deus seja o Pai de Jesus Cristo. Na realidade, foi exatamente este o problema que precipitou tão amarga controvérsia nos dias de nosso Senhor. Disseram para Cristo que aceitavam a Deus, mas não aceitariam a Ele por causa de, sendo homem, alegar ser Deus, que seria blasfêmia.

Numa conversação com os judeus, nosso Senhor debatia esta dúvida. “Deus é nosso Pai”, disseram eles. Jesus lhes respondeu “Se Deus fosse de fato vosso pai, certamente havíeis de me amar, porque eu vim de Deus e aqui estou... Quem é de Deus ouve as palavras de Deus; por isso não me dais ouvidos, porque não sois de Deus” (João 8.42-47). Empregando palavras ainda mais fortes, disse, “Vós sois do diabo, que é vosso pai” (v. 44).

Aqui, citando as próprias palavras de nosso Senhor temos a pista que indica qual deve ser nossa atitude para com os que estão sinceramente procurando “Deus”. Se estão procurando o Deus verdadeiro, sua sinceridade será comprovada pelo fato de receber Cristo logo ao ficar sabendo quem Ele é. A história das missões contém numerosos casos de pessoas que tinham seguido a outros deuses ou a um Deus desconhecido, mas que deram uma resposta afirmativa ao ouvir a apresentação da verdade acerca de Jesus Cristo. De imediato, reconheceram que Ele é o verdadeiro Deus, a quem procuravam.

As Escrituras são claras em todo o Antigo Testamento e em todo o Novo, que a adoração a outros deuses fora de Deus tem a sua origem no diabo. “Nunca mais oferecerão os seus sacrifícios aos demônios” (Levítico 17.7). “Antes digo que as coisas que eles sacrificam, é aos demônios que as sacrificam, e não a Deus” (II Coríntios 10.20).

Dos grandes líderes religiosos do mundo, só Cristo declara que é Deus. Realmente, não importa tanto o que se pensa acerca de Maomé, de Buda, de Confúcio como indivíduos. Seus seguidores enfatizam seus *ensinamentos*. Este não é

o caso de Cristo. Cristo fez Sua *própria* Pessoa o ponto central dos Seus ensinamentos. A pergunta central que postulava aos Seus ouvintes era: “Quem dizeis que *eu sou*?” Quando lhe perguntaram em que consiste fazer as obras de Deus, Jesus respondeu, “A obra de Deus é esta, que creiais naquele que por ele foi enviado” (João 6.29).

No assunto de quem ou o que é Deus, qual a natureza da salvação, como ela é obtida, é evidente que o cristianismo é radicalmente diferente das demais religiões mundiais. Vivemos numa época na qual a tolerância é a palavra-chave. A tolerância, porém, precisa ser claramente compreendida. (A verdade, pela sua própria natureza, é intolerante ao erro). Se dois mais dois são quatro, a resposta não pode ser 23 ao mesmo tempo. Mas ninguém é considerado intolerante se não aceita a *segunda* resposta e se mantém que a única resposta certa é *quatro*.

O mesmo princípio se aplica em assuntos religiosos. É necessário ser tolerante do ponto de vista do outro, respeitando seu direito de ser ouvido, de sustentar suas opiniões. Apesar disto, não é possível que uma pessoa seja forçada, em nome da tolerância, a concordar que todos os pontos de vista, inclusive aqueles que se contradizem mutuamente, são igualmente válidos. Tal atitude seria um contrassenso.

Não é verdade que “não é importante o se que crê, o importante é *crer* mesmo”. A chacina de cinco milhões de judeus, levada a efeito por Adolf Hitler, foi baseada num conceito sincero de superioridade racial, mas ele estava desesperadamente errado. Jesus disse, “Eu sou o caminho, e a verdade, e a vida; ninguém vem ao Pai, senão por mim” (João 14.6). Há muitas maneiras de se chegar a Cristo, mas se é que vamos conhecer o Deus vivo e verdadeiro na nossa experiência pessoal, só pode ser através de Cristo, único Caminho a Deus.

é válida a experiência cristã?

“Poderia obter a mesma resposta daquela lâmpada na mesa, se acreditasse que possuísse os mesmos atributos do seu Deus”, disse o jovem estudante de Direito. Este cético tão expressivo estava me dizendo o que sentem milhares de pessoas — que a experiência cristã é completamente pessoal e subjetiva, sem validade objetiva, eterna e universal.

A premissa que há por detrás desta noção é que a mente humana é capaz de racionalização infinita. A crença em Deus é vista como sendo o simples cumprimento daquilo que se deseja ser verdade. Nos adultos, é uma reversão à nossa necessidade de ter uma figura paterna em nossa vida.

A suposição, seja abertamente expressa ou não, é que o cristianismo é apropriado aos emocionalmente aleijados que não aguentariam a vida sem esta “muleta emocional”.

Alega-se que a conversão cristã é uma experiência psicologicamente induzida operada pela “lavagem cerebral” do tipo empregada tanto pelos fascistas como pelos comunistas. Um evangelista é um mestre em manipulação psicológica. Depois de martelar verbalmente seu auditório, o povo se torna fácil de moldar em suas mãos. Pode persuadi-los a fazer tudo quanto se pede; se apela por uma “Decisão” na hora certa e pela maneira certa.

Alguns vão mais longe. Alegam que a experiência cristã é muitas vezes positivamente nociva. Mais do que um universitário tem sido pressurosamente mandado para um psiquiatra por pais descrentes por causa de ter chegado a uma fé pessoal em Cristo.

“Veja quantos loucos religiosos há nos asilos de doentes mentais. É sua religião que os leva a isto”. Os que assim pensam, sucumbiram ao erro que Anthony Standen chama a “falácia do fator comum”. Conta o caso dum homem que se embriagava cada segunda-feira com uísque e soda; cada terça-feira se embria-

gava com conhaque e soda; cada quarta-feira, com gim e soda. Qual era a causa da sua embriagues? Obviamente, o fator comum, a soda! (1)

Para muitas pessoas, a Igreja é considerada como se fosse o último ponto na viagem antes de alguém chegar ao hospício. Um escrutínio cuidadoso duma pessoa realmente desorientada revelaria, porém, uma falha de equilíbrio e de realidade em outras áreas além da sua vida religiosa. Realmente, a Igreja merece crédito se está disposta a oferecer socorro a estas pessoas. Do outro lado, existem perturbações mentais com raízes espirituais. Quando estas pessoas chegam ao relacionamento certo com Deus através de Jesus Cristo, recebem libertação e saúde imediatas.

Tão forte é o preconceito contra a validade da experiência cristã em certos círculos, que até graus acadêmicos têm sido negados. Um amigo, estudando em uma das nossas universidades famosas, não recebeu seu grau de doutor em ciências sociais. A recusa de entregar-lhe o grau foi explicada assim, “Tendo estas crenças acerca de Deus, você é definido como sendo louco”.

Alguns céticos sugerem que tudo o que há na experiência cristã pode ser explicado pelos reflexos condicionados. Esta maneira de pensar remonta às experiências de Pavlov, o famoso cientista russo. Colocava aparelhos de medição na boca e no estômago para determinar a quantidade de sucos digestivos produzidos. Então, trazia comida ao cachorro, tocando ao mesmo tempo uma campainha. Depois de ter feito isto repetidas vezes durante um longo período de tempo, Pavlov tocou a campainha sem trazer a comida, e o cachorro produziu saliva como de costume. A inferência que se tira é que, através de tal condicionamento repetido, a mente pode ser levada a produzir as reações físicas desejadas. Esta é a base pela qual se pode explicar todas as conversões políticas, sociais e religiosas, dizem os proponentes deste ponto de vista.

Estas são acusações sérias, de grande alcance. Algumas delas têm uma aparência de plausibilidade. E válida mesmo a experiência cristã?

Desde o início, devemos reconhecer que existe a possibilidade de manipular as emoções humanas em certas circunstâncias. E teremos que admitir que certos evangelistas, deliberadamente ou não, manipulam as emoções do seu auditório com histórias de pessoas na hora de morrer, com dramatizações teatrais, e outros métodos. Nosso Senhor, na Parábola do Semeador, implicitamente nos previne contra um tipo de evangelismo que meramente comove as emoções. Descreve os que receberam a semente da Palavra em lugares pedregosos, como sendo os que, ao ouvir a Palavra, a aceitaram com júbilo, mas que não possuem

(1) Standen. Obra citada, p. 25.

raízes em si mesmas. Aguentaram até a vinda da tribulação e da perseguição, e depois “logo se ofendem”. Todos nós temos conhecido pessoas que fizeram o que parece ser uma tremenda resposta ao Evangelho, caindo depois à beirada do caminho. Frequentemente isto acontece quando descobrem que “custa” algo ser cristão, e não se dispõem a pagar o preço. Suas emoções foram comovidas, mas suas vontades não tinham sido dobradas para obedecer ao Senhor.

Dr. Orville S. Walters, Diretor de Saúde Estudantil na Universidade de Illinois, um psiquiatra cristão, indicou que a vontade é como um carro puxado por dois cavalos, as emoções e o intelecto. No caso de algumas pessoas, a vontade é atingida mais rapidamente através das emoções. Com outras pessoas, é a mente que atinge a vontade. Mas em cada caso, não houve conversão real se a vontade não foi atingida. (2)

Reconhecendo estas potencialidades para manipular as emoções, mesmo inconscientemente, todos aqueles que se envolvem em trabalho evangelístico, seja com crianças, seja com adultos, precisarão eliminar, até onde é humanamente possível, fatores e técnicas que poderiam produzir estes resultados abortivos. Mas, a tentativa de explicar *toda* a experiência cristã na base deste tipo de psicologia, não é condizente com os fatos. De passagem, é útil observar um princípio que se aplica aqui tanto como em outras áreas, isto é, que descrever uma coisa não é sempre explicá-la. Sem dúvida, a vida cristã pode ser descrita psicologicamente, mas isto não explica *por que* acontece, nem nega sua realidade.

Uma evidência que a fé cristã é verdadeira é a realidade da experiência daqueles que aceitam a Cristo Jesus. Um dos desafios que o cristão coloca diante dos céticos é, “Provai e vede que o Senhor é bom” (Salmo 34.8). Verifique o leitor também, no laboratório da vida, a hipótese que Jesus Cristo é o Filho de Deus, que vive. A realidade da experiência cristã é evidência da realidade do cristianismo.

Que se diria da objeção que a experiência cristã é meramente um reflexo condicionado? Em primeiro lugar, precisamos perguntar, como faz Dr. D. Martyn Lloyd-Jones na sua resposta ao livro influenciador, *Battle for the Mind* (“A Luta pela Mente”), de William Sargant, se a comparação entre homens e animais é estritamente legítima. O homem possui o raciocínio, e uma faculdade crítica, e poderes de autoanálise, autocontemplação e autocrítica que o tornam bem diferente dos animais. “Em outras palavras, a comparação é somente válida em certas épocas (como as guerras) quando aquilo que distingue o homem tem

(2) Walters, Orville S. “You Can Win Others” (Você Pode Ganhar Outros”). Winona Lake, Ind.: Light and Life Press, 1950.

sido colocado fora de ação, e o homem porque há terríveis pressões e tensões, se reduz, por um tempo, ao nível do animal”. (3)

Em segundo lugar, se fôssemos apenas criaturas com reflexos condicionados, então esta tem que ser a explicação de todos os atos de heroísmo e de dedicação dos quais a raça humana tem se orgulhado. Tais atos não seriam nada mais do que respostas a certos estímulos dados num determinado momento. Levando isto à sua conclusão lógica, um ponto de vista determinístico quanto ao comportamento humano elimina a totalidade da responsabilidade moral. A jovem menina que disse, “Não é minha culpa, são as minhas glândulas”, tinha razão. É significativo, porém, que as pessoas que têm um ponto de vista determinístico na sua filosofia, tendem a operar numa base totalmente diferente na vida diária: como qualquer outra pessoa, querem que o batedor de carteiras seja imediatamente preso!

Não podemos explicar a experiência cristã na base dos reflexos condicionados, porém. Sendo que milhares de pessoas criadas em lares cristãos infelizmente nunca se tornam cristãos, o fato que muitos outros realmente confiam em Cristo não pode ser explicado exclusivamente na base do seu passado e do seu ambiente. Apesar de a fé pessoal em Cristo ser a única porta de entrada para tornar-se cristão, os caminhos que levam a esta porta são quase tão numerosos como o número de pessoas que entram por ela. Conheci pessoas que se tornaram cristãs a *primeira vez* que ouviram o Evangelho. É significativo, em contraste com isto, que na lavagem cerebral política, assim como nas experiências de Pavlov, o estímulo precisa ser aplicado repetidas vezes para se obter o resultado desejado.

Os que vieram a ser cristãos, provindos de todos os ambientes religiosos que se possa imaginar, ou de nenhum ambiente religioso, todos testificam de maneira uniforme de uma experiência através da dedicação pessoal a Jesus Cristo. A evidência das suas vidas transformadas testifica a realidade da sua experiência. Este resultado não pode ser obtido duma lâmpada através do pensamento positivo. Se o pensamento positivo fosse a resposta a tudo, não teríamos problemas. Como estamos no assunto, o estudante acima mencionado dedicou sua vida a Cristo no decurso das preleções da semana seguinte.

Mas como é que nós, os cristãos, vamos saber que não estamos sendo vítimas de auto-hipnose? Como podemos saber que não estamos nos ludibriando com falsas esperanças? A experiência subjetiva como tal, não comprova coisa alguma. Muitos têm reivindicado experiências de todos os tipos cuja legitimidade

(3) Lloyd-Jones, D. Martyn. “Conversions: Psychological or Spiritual?” (“Conversões, Psicológicas ou Espirituais?”), p. 13. Chicago: Inter-Varsity Press.

podemos desafiar. É necessário ter algo mais do que uma experiência como base para nossas convicções, senão, vamos ficar em dificuldades.

Por exemplo, supomos que um homem com um ovo frito na sua orelha esquerda fosse passar pela porta de sua igreja, exclamando calorosamente: “Oh! Este ovo me dá alegria, paz, uma razão para viver, o perdão dos pecados, e força para viver!” O que poderia dizer para ele? Não pode dizer que não experimentou estas coisas. Um dos pontos fortes do testemunho pessoal é que não é passível de argumentação. O cego mencionado em João 9 não podia responder a muitas das perguntas que lhe fizeram, mas tinha certeza do fato de agora ter recuperado a vista. Seu testemunho foi eloquente e poderoso.

Poderíamos, entretanto, fazer várias perguntas a nosso amigo com o ovo frito. São perguntas que nós como cristãos devemos estar dispostos a *responder* também.

Em primeiro lugar, quem mais teve a mesma experiência com o ovo frito? Decerto, nosso amigo teria dificuldade em apresentar outros. O falecido Harry Ironside estava pregando, há alguns anos, quando um aparteante gritou: “O ateísmo contribuiu mais para o mundo do que o cristianismo!”. “Muito bem”, disse Ironside, “amanhã à noite, traga cem homens cujas vidas foram mudadas de maneira favorável pelo ateísmo, e eu trarei os que foram transformados por Cristo!” Desnecessário é mencionar que o amigo aparteante nem apareceu na noite seguinte. No caso do cristianismo, há centenas de pessoas em cada raça, cada país, cada profissão, que podem testificar ter tido uma experiência com Jesus Cristo.

Em segundo lugar, devemos perguntar a nosso amigo com o ovo frito, a qual realidade objetiva, fora de si mesmo, se vincula esta sua experiência interior e subjetiva? Como saberia que não foi vítima de autossugestão? Naturalmente, não teria nada para dizer. No cristianismo, nossa experiência pessoal e subjetiva é vinculada ao fato histórico de Cristo e Sua ressurreição. Se Cristo não tivesse ressuscitado da morte, não poderíamos experimentá-Lo. É por causa da Sua ressurreição, e da Sua vida hoje, que podemos conhecê-Lo realmente.

A experiência cristã não se produz através da crença naquilo que não é real. Não é como o caso dum jovem membro duma fraternidade universitária que morreu de medo quando, num trote noturno, foi amarrado a um trilho do caminho de ferro. Disseram-lhe que o trem chegaria dentro de cinco minutos. Não foi informado que o trem passaria num trilho paralelo. Pensou que só havia aquele trilho. Quando ouviu o trem se aproximar, sofreu um colapso de coração. No cristianismo, nada acontece se não há realmente “Alguém lá longe”.

Porque Cristo realmente está presente, todas as possibilidades da vida que há em nós são concretizáveis. Só é metade do assunto, quando cantamos, “Ele vive dentro do meu coração”. A outra metade crucial é que sabemos que vive, porque ressurgiu da morte como *fato histórico*. Nossa experiência subjetiva pessoal tem por base um *fato histórico*, objetivo.

Ao comentar o fato que as pessoas, no sofrimento, falam que dependem dum poder fora de si mesmas. J. B. Phillips disse “Reconheço perfeitamente que apenas estou descrevendo fenômenos subjetivos. Mas o que há de certo é que, quando tenho observado resultados em fenômenos objetivos — tais como fé, coragem, esperança, alegria e paciência, por exemplo — estas qualidades são facilmente passíveis de observação. O homem que exige que tudo seja comprovado por meios científicos tem toda a razão ao exigir “condições de laboratório”, se investiga, por exemplo, a descoberta de água pela adivinhação, a clarividência, a telecinese. Mas não pode haver nada que se chame “condições de laboratório” para investigar a área do espírito humano, a não ser que se reconheça que estas “condições de laboratórios” sejam a própria vida humana. Um homem não pode exhibir uma mudança na sua vida, de forma bem objetiva, nem uma fé que dirige sua vida, a não ser na *sua própria maneira prática de viver*”. (4)

É nestes resultados objetivos na vida individual que podemos perceber a relevância dinâmica de Cristo, Ele vem ao encontro do homem quando este está mais profundamente necessitado.

Cristo dá propósito e diretrizes à vida. “Eu sou a luz do mundo”, diz Ele, “aquele que me segue não andarás nas trevas mas terá a luz da vida” (João 8.12). Muitas pessoas se acham na escuridão quanto ao assunto do propósito da vida em geral, e da sua particular. Estão como quem vai tateando pelo quarto da vida procurando o interruptor da luz. Qualquer pessoa que tem estado num quarto escuro, desconhecido, conhece esta sensação de falta de segurança. Quando a luz se acende, porém, surge uma sensação de segurança. Assim é também quando alguém sai das trevas para entrar na luz da vida que há em Cristo.

Deus, em Cristo, dá para nossas vidas um propósito cósmico vinculando-as com Seu propósito para a história e para a eternidade. O cristão vive não somente para o tempo, mas para a eternidade. Mesmo as coisas rotineiras se transformam enquanto vivemos a totalidade das nossas vidas dentro do propósito divino, obedecendo à admoestação, “Quer comais, quer bebais, ou façais outra coisa qualquer, fazei tudo para a glória de Deus” (I Coríntios 10.31). Este propósito abrange cada aspecto da vida. Também é um propósito eterno, sem fim. Não há

(4) Phillips. Obra citada, p. 22, 23.

dúvida que o não cristão tem propósitos temporários tais como a família, a carreira, e o dinheiro que lhe dará satisfação limitada. Mas estas coisas, na melhor das hipóteses, são transitórias e podem falhar com uma mudança de circunstâncias.

Para uma época que tem sido descrita como sendo sem significado e absurda pelos filósofos existenciais, nada poderia ter mais poder e significado do que esta reivindicação de Cristo que é passível de ser averiguada.

O falecido Carl Gustav Jung disse, “A neurose central da nossa época é a sensação de vazio”. Quando não temos dinheiro, fama, sucesso, poder e outras coisas externas, pensamos que teremos a felicidade final ao atingi-las. Muitas pessoas testificam como se sentem desiludidas depois de ter obtido estas coisas, para então reconhecer que ainda permanecem sendo a mesma pessoa infeliz. O espírito humano nunca pode ser satisfeito “com pão somente” — só com coisas materiais. Fomos feitos para Deus e nunca podemos achar o descanso até descansarmos n’Ele.

Um automóvel, por mais bonito, potente e superequipado que seja, não pode funcionar com água. Foi fabricado para andar somente com gasolina. Assim também o homem só acha sua realização através dum relacionamento pessoal com Cristo. Ele disse, “Eu sou o pão da vida; o que vem a mim, jamais terá fome; e o que crê em mim, jamais terá sede” (João 6.35). Quando alguém tem a experiência de Cristo, recebe no íntimo um contentamento, alegria e refrigério espiritual que o capacita a transcender as circunstâncias. Foi esta realidade que deu a Paulo a capacidade de dizer, “Aprendi a viver contente em toda e qualquer situação” (Filipenses 4.11). Esta realidade sobrenatural capacita o cristão a se regozijar no meio de circunstâncias difíceis.

“Paz em nossos dias” exprime o anseio de todos os homens ao contemplar o cenário internacional. Esperamos, até ao limite da esperança, que as atuais guerras tipo “incêndio de moita” não estourem num conflito de grande escala.

A paz é o desejo de cada coração humano. Se fosse possível comprá-la, as pessoas pagariam milhões por ela. As vendas astronômicas de livros que tratam do assunto de paz de espírito e de mente testificam que tocaram uma corda ressonante nas vidas de milhões. Os escritórios dos psiquiatras transbordam.

Jesus diz, “Vinde a mim todos os que estais cansados e sobrecarregados, e eu vos aliviarei” (Mateus 11.28). Só Cristo concede a paz que excede todo o entendimento, a paz que o mundo não pode dar nem tirar. É muito comovedor ouvir o testemunho de pessoas que ansiosamente buscavam durante anos, e finalmente acharam em Cristo a paz almejada. O atual surto de narcóticos, de alcoolismo, de

obsessão com o sexo, são vãs esperanças de achar a paz, que somente através de Cristo se pode obter. “Ele é a nossa paz” (Efésios 2.14).

A sociedade dos nossos dias está sofrendo dum corte de luz — um corte de energia moral. Os pais sabem o que é certo para eles e para suas crianças, mas, por falta de personalidade, acham mais fácil acompanhar a maioria. As crianças facilmente assimilam esta atitude. O resultado é a deterioração do sistema moral do universo. Simplesmente dar bons conselhos a adultos ou a criança é como aplicar iodo ao câncer. O que é necessário é poder radical. O cristianismo não é colocar um terno novo no homem, é colocar um novo homem dentro do terno. Jesus Cristo disse, “Vim para que tenham vida e a tenham em abundância” (João 10.10). Ele nos oferece Seu poder. Não somente há poder e libertação para nos livrar de coisas como alcoolismo e narcóticos, mas também poder para perdoar aqueles que nos fizeram injustiça, para resistir à tentação, para amar os que não são amáveis. Homens renascidos têm novos apetites, novos desejos, novos amores. São, de fato, “novas criaturas” (II Coríntios 5.17). A salvação é literalmente atravessar a barreira entre a morte e a vida espiritual.

A experiência cristã soluciona o problema da culpa. Cada pessoa normal sente culpa. Um complexo de culpa seria um sentimento irracional, sem nenhuma base nos fatos. Mas a culpa que se sente por causa de ter feito algo errado, em violação a uma lei moral inerente, é normal. A ausência de qualquer sentimento de culpa é anormal. A pessoa que não sente nada depois de deliberadamente matar ou ferir uma pessoa inocente é anormal. A culpa não pode dissipar-se pela racionalização. Em Cristo, há uma base objetiva para o perdão. Cristo morreu pelos nossos pecados; a sentença de morte que seria aplicada a nós foi enfrentada por Ele. “Agora, pois, já nenhuma condenação há para os que estão em Cristo Jesus”. (Romanos 8.1). O perdão, no nível pessoal, é uma realidade.

O cristianismo fala ao homem na sua solidão, que é tão típica da sociedade moderna. É irônico que, num período de explosão populacional, o homem se sente mais sozinho do que nunca. Cristo é o Bom Pastor (João 10.14) que não nos deixará nem nos abandonará. E Ele nos introduz numa família de alcance mundial, e nos une numa fraternidade mais estreita do que o parentesco de sangue com um descrente. (5)

Finalmente, ao reconhecer a validade da experiência cristã, devemos perceber que uma descrição dela feita pela psicologia é válida até onde fica dentro da sua própria categoria. Mas é só uma descrição, não uma causa. Um homem convertido tem uma nova vida espiritual dentro de si. Esta nova vida vai afetar to-

(5) Para maiores detalhes destas experiências e sua relevância a vida, consulte o livro do autor. “How to Give Away Your Faith” (“Como Compartilhar a Sua Fé”), p. 83ss. Chicago: Inter-Varsity Press, 1966

talmente sua personalidade inteira. Não é possível que uma parte da natureza dum homem possa ser alterada sem afetar o restante.

O cérebro e o sistema nervoso dum homem podem ser analisados da mesma maneira que seu coração e seus rins. O corpo e o espírito são inextricavelmente interlaçados. O homem é esta totalidade. Não é apenas um espírito conservado num corpo. Do outro lado, sua mente também é uma realidade. Os aspectos mecânicos e espirituais da vida se complementam mutuamente. Dr. Donald M. Mackay exprime este fato duma maneira bastante esclarecedora:

“Uma ilustração familiar é aquela do uso feito de lâmpadas para enviar sinais de navios em alto mar. Quando alguém manda um recado do navio para a terra, em certo sentido podemos dizer que a única coisa que sai do navio é uma série de piscadas de luz, mas o marinheiro treinado que está na praia olhando aquela luz diz, “Vejo uma mensagem ordenando que fulano vá para tal localidade” ou, “Olha! estão em dificuldades!” Por que diz isto? Não viu “nada mais” do que piscadas de luz. O padrão inteiro desta atividade pode corretamente ser assim definido por um físico, e ele pode chegar a descrever tudo isto tão exatamente que poderá produzir quando quiser o mesmo fenômeno que o homem na praia viu. Não acrescenta “a mensagem” como algo “extra” no fim da sua descrição, e claramente seria errado dizer que estava “omitindo a mensagem” como se fosse muito errado assim fazer. O que fez é escolher uma maneira de abordar uma unidade complexa, a saber, *o envio duma mensagem do navio para a terra*, um aspecto que é puramente físico, permitindo uma descrição completa em termos tais como o comprimento das ondas da luz, e o padrão-tempo. De outro lado, se ele lê isto também como mensagem, não é como se tivesse descoberto algo misterioso acontecendo além das piscadas de luz. Não, simplesmente descobriu que a coisa inteira, quando permite que o alcance de maneira diferente, pode ser *lida* e pode fazer sentido em termos não físicos. A mensagem aqui se relaciona à luz que pisca, não como um efeito a uma causa, mas, muito mais, como um dos aspectos duma unidade complexa se relaciona a outro aspecto.

“Vamos traçar uma outra ilustração. Dois matemáticos começam a debater um problema de geometria. Com um giz, fazem um padrão de riscos e rabiscos na lousa, e o argumento vai ficando rápido e caloroso. Podemos imaginar agora que alguém entraria ali, nada sabendo da matemática, e chegaria a dizer, espantado, “Não sei porque estão discutindo, não tem nada ali senão giz”? Mais uma vez, isto ilustraria aquilo que chamo a falácia do “nada mais do que” — a ideia de que, considerando as coisas dum certo sentido, ou ângulo, ou nível, não há nada mais do que giz ali, então não existem outros termos pelos quais se poderia falar acerca do caso. Também, se os matemáticos protestassem, “Mas há uma

figura geométrica ali; estamos discutindo estes ângulos”, não estão sugerindo que os olhos do outro homem não estão percebendo aquilo que se vê na lousa, sendo que todos eles estão respondendo às mesmíssimas ondas de luz. Não é que os matemáticos têm algum sexto sentido ou outra coisa estranha que os capacita a receber da lousa alguma emanção invisível que a outra pessoa não está recebendo. O problema é que, como resultado duma atitude, diferente perante aquilo que realmente está ali, têm a capacidade de ver nele, ou, se preferir, abstrair dele, um aspecto ou um significado que a outra pessoa não nota. Naturalmente, neste caso pode ser treinado a fazer esta descoberta. Não há nenhuma dificuldade para impedir que cheguem a um acordo, e então o visitante vai reconhecer que o padrão geométrico é relacionado ao giz na lousa, não naturalmente como o efeito se relaciona à causa, mas de maneira ainda mais íntima.

“Quero esclarecer esta alternativa de “causa e efeito”, porque influi em questões que frequentemente se levantam, no que diz respeito à “causação” de ação física pela atividade mental. Se o argumento fosse surgir no assunto de se a luz causa a mensagem, ou se a mensagem causa a luz, se a distribuição do giz causa a figura geométrica, ou se a figura geométrica causa a distribuição do giz, perceberíamos imediatamente que a palavra “causa” no seu sentido científico, seria inaplicável aqui. Na ciência, a causalidade é o relacionamento entre dois eventos ou dois grupos de eventos, a causa e o efeito. Aqui, porém, não temos dois acontecimentos, ou duas situações — é uma só. Não há as piscadas de luz sem haver a mensagem: são uma única série de eventos. Não pode haver a distribuição do giz sem haver, ao mesmo tempo, a figura na lousa. De outro lado, as duas possuem um certo tipo de independência. Seria possível reproduzir a mesma mensagem ou a mesma figura com outras formas físicas — em tinta ou em lápis, por exemplo. Por este motivo, prefiro dizer que um aspecto “incorpora” o outro”.
(6)

Como cristãos, não precisamos temer descrições psicológicas de experiência cristã. Não são explicações. O fato de que certas experiências cristãs podem ser reproduzidas por outros meios é uma advertência contra a tentação de manipular a personalidade humana. O fato de que uma sólida experiência cristã é também a robusta saúde mental é um valor positivo e não algo detrimental, e é uma evidência da validade do Evangelho.

(6) MacKay, Donald M. “Christianity in a Mechanistic Universe” (“O Cristianismo num Universo Mecanístico”) p. 57-59. Londres: Inter-Varsity Fellowship, 1965.

apresentação do autor

Paul E. Little foi diretor de Evangelismo da *Inter-Varsity Christian Fellowship* (Aliança Bíblica Universitária nos Estados Unidos). Por vários anos proferiu palestras em quase 200 Colégios e Universidades dos Estados Unidos, Canadá e mais 29 países da Europa, África e América Latina.

Além dessa intensa atividade junto dos universitários, Paul E. Little serviu como Professor Assistente de Evangelismo, da *Theological Trinity School* (Escola Teológica da Trindade), em Deerfield, Illinois (EUA).

Foi também Coordenador de Atividades Evangelísticas de Praia nas Férias, movimento patrocinado pela *Inter-Varsity* em *Fort Lauderdale*, Flórida (EUA). Milhares de universitários que se dirigiram para as praias nas férias de verão participaram desse programa amplamente noticiado pelas imprensas religiosa e secular.

Little foi colaborador semanal do *Sunday School Times* (Noticiário das Escolas Dominicais) e das revistas *Eternity*, *Moody Monthly*, *Decision*, *His* e outras. É autor além deste, dos livros *Saiba o que você crê!* e *Como compartilhar sua fé* já traduzidos para o português, e inúmeros outros trabalhos.

Paul Little era graduado pela Escola *Wharton* de Finanças, da Universidade de Pennsylvania. Mestre de Literatura Bíblica pelo *Wheaton College*. Casado, dois filhos. Foi uma grande perda para o Evangelismo Mundial a morte prematura de Little em 1974 num desastre automobilístico na Califórnia.

A fé cristã não deve ser cega

Quando você fala com um incrédulo sobre Jesus Cristo, sabe realmente como explicar sua fé? Sabe mesmo a razão por que crê? É possível crer sem saber a razão por que o fazemos. Um cristão, porém, deve estar preparado para demonstrar a outros os fatos básicos de sua fé.

Este livro mostra como o cristianismo é relevante ao homem moderno, respondendo a perguntas básicas da mente humana:

- Existe Deus?
- A Bíblia é a Palavra de Deus?
- O cristianismo é racional?
- Cristo é Deus?
- Há conflito entre a ciência e a religião?
- Os milagres são possíveis?
- O cristianismo é diferente de outras religiões universais?



PAUL E. LITTLE foi diretor de evangelismo da Aliança Bíblica Universitária nos Estados Unidos.

**Mundo
Cristão**

EDITORA MUNDO CRISTÃO

Caixa Postal 21.257. 04698 — São Paulo, Est. S.P.
Sede: Rua Antonio Carlos Tacconi, 79 - Tel.: 520-5011